

**UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM**  
**DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**MÔNICA ARAUJO BARBOSA**

**MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À MONOGAMIA COMPULSÓRIA**  
**A luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI**

Salvador  
2011

**MÔNICA ARAUJO BARBOSA**

**MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À MONOGAMIA COMPULSÓRIA**

**A luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre multidisciplinar e profissional em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Colling

Salvador

2011

Escola de Administração - UFBA

B239 Barbosa, Mônica Araujo

Movimentos de resistência à monogamia compulsória: a luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI / Mônica Araujo Barbosa. – 2011.

111 f.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Colling.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

1. Rede Relações Livres – Porto Alegre (RS). 2. Comportamento sexual – Séc. XXI. 3. Grupos sociais. 4. Movimentos sociais. 5. Teoria Queer. 6. Direitos fundamentais. 7. Redes de relações sociais. 8. Mudanças sociais. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 302.4



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MONICA  
ARAUJO BARBOSA DO CURSO DE MESTRADO  
MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

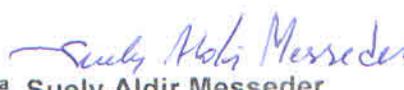
Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo Prof. Dr. Leandro Colling (IHAC/UFBA), orientador da aluna, e pelos membros titulares Prof. Dr. Djalma Rodrigues Lima Neto(IHAC/UFBA), Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira (UFBA/Politécnica) e a Profª.Drª. Suely Aldir Messeder (UNEB) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“Movimentos de Resistência à Monogamia Compulsória: a luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI”** de autoria de **Mônica Araújo Barbosa**. Após a apresentação da dissertação a mestrandona foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser **APROVADO**. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestrandona.

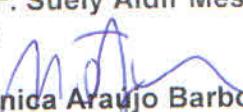
Salvador, 18 de julho de 2011.

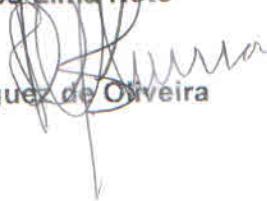
Prof. Dr. Leandro Colling  
(IHAC/UFBA - Orientador)

Prof. Dr. Djalma Rodrigues Lima Neto  
(IHAC/UFBA)

Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira  
(UFBA/Politécnica)

  
Profª.Drª. Suely Aldir Messeder  
(UNEB)

  
Srª. Mônica Araújo Barbosa  
(Mestrahdona)



THAC

**MÔNICA ARAUJO BARBOSA**

**MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À MONOGAMIA COMPULSÓRIA**

**A luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre multidisciplinar e profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: 18 de julho de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leandro Colling – Orientador \_\_\_\_\_

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira \_\_\_\_\_

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Djalma Rodrigues Lima Neto \_\_\_\_\_

Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Suely Aldir Messeder \_\_\_\_\_

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia

Para Mason e Nilza, com amor.

## AGRADECIMENTOS

Ao Leandro Colling, orientador atento e generoso, pelas preciosas contribuições e pelo carinho com que conduziu o processo de orientação.

À Nilza Silva, amiga querida, pelas leituras e pelos comentários primorosos.

À Rede Relações Livres, que me acolheu carinhosamente nesta jornada e não mediu esforços para atender as minhas solicitações.

Aos colegas do FIC, da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), em especial à professora Marisela Montenegro, que viabilizou a realização da Residência Social e à Eva Cruels, que me ajudou nos primeiros contatos com a UAB.

À Muzamba e ao Dinho Costta pela amizade e pelo apoio em terra estrangeira.

Ao Mason Hiatt, pelo amor, pela amizade, pela inspiração e por compartilhar comigo as dores e as delícias de meu percurso acadêmico.

Ao Marcelo de Trói, que abriu casa, coração e caminhos na Bahia.

À Rebeca Donazar, à Cíntia Fonseca, à Luciane Prestes, à Ignez Borgese e ao Mano Gomes, que me deram guarida em Porto Alegre.

À Katerina Volcov, à Cecília Sosa, à Juliane Mendes Motta e ao Edson Costa Duarte, que dedicaram seu tempo para discutir comigo este trabalho.

Aos colegas e professores da Turma III do Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, pelas trocas intelectuais e afetivas, em especial à Roseli Rodrigues Lopes, por sua dedicação a nossa turma.

Aos meus pais David e Eunice e aos meus irmãos, Flávio, Arlindo e Valquíria, pelo apoio incondicional à realização desta pesquisa.

A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.  
Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.  
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.  
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Carlos Drummond de Andrade)

BARBOSA, Mônica Araujo. **Movimentos de resistência à monogamia compulsória:** a luta por direitos sexuais e afetivos no Século XXI. 111f. 2011. Dissertação (Mestrado). - Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

## RESUMO

O presente trabalho analisa o discurso empreendido por um grupo que integra os movimentos de afirmação da multiplicidade sexual e afetiva. Estuda o caso da Rede Relações Livres, coletivo de resistência à monogamia compulsória, de Porto Alegre (RS/Brasil), por meio da genealogia, procedimento que analisa as relações de força que operam no meio social e disseminam focos de saber-poder, no quais alguns discursos tornam-se hegemônicos, outros subalternos. Revela-se um coletivo em rede com uma postura política que articula ações estratégicas, solidárias e cognitivas na luta para ter sua expressão sexual e afetiva respeitada, em um contexto em que os direitos sexuais são ainda heteronormativos. Sua dificuldade de interlocução com outros movimentos sociais aponta para a necessidade de estratégias políticas desvinculadas das identidades na luta por direitos sexuais e afetivos.

**Palavras-chave:** Monogamia compulsória. Genealogia. Direitos sexuais.

BARBOSA, Mônica Araujo. Movements of resistance to compulsory monogamy: the struggle for sexual and affective rights in the twenty-first century. 111 p. 2011 - Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

## ABSTRACT

This work analyzes the discourse employed by a group that belongs to the movement towards affirmation of sexual and affective multiplicity. It includes a case study of *Rede Relações Livres*, a Porto Alegre-based collective that works in resistance to compulsory monogamy. The analysis is conducted using Foucault's genealogical method, a procedure that analyzes power relations operating in society and disseminating centers of power-knowledge, in which some discourses become hegemonic and others subaltern. The collective is revealed to have a political stance, since it articulates strategic, cooperative and cognitive actions as part of a struggle for respect of its sexual and affective expressions, in a context in which sexual rights remain heteronormative in nature. The collective's difficulty in dialoguing with other social movements points towards the need for political strategies disassociated from identities in the struggle for sexual and affective rights.

**Key words:** Compulsory monogamy. Genealogy. Sexual rights.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACT UP</b>	<b><i>AIDS COALITION TO UNLEASH POWER</i></b>
<b>AGAPAN</b>	<b>ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL</b>
<b>AIDS</b>	<b>SÍNDROME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA</b>
<b>AZT</b>	<b>AZITODIMIDINA</b>
<b>CIAGS</b>	<b>CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL</b>
<b>DCE</b>	<b>DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES</b>
<b>DS</b>	<b>DEMOCRACIA SOCIALISTA</b>
<b>DST</b>	<b>DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS</b>
<b>FLAES</b>	<b>FEIRA LATINO AMERICANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>
<b>FSM</b>	<b>FÓRUM SOCIAL MUNDIAL</b>
<b>FULS</b>	<b>FRENTE ÚNICA DE LIBERTAÇÃO SEXUAL</b>
<b>HIV</b>	<b>VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA</b>
<b>LGBT</b>	<b>LÉBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRAVESTIS</b>
<b>LGBTTTI</b>	<b>LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSGÊNEROS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS</b>
<b>MNLN</b>	<b>MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA</b>
<b>MST</b>	<b>MOVIMENTO DOS SEM TERRA</b>
<b>NY</b>	<b>NOVA IORQUE</b>
<b>ONU</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS</b>
<b>OP</b>	<b>ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b>
<b>ONG</b>	<b>ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL</b>
<b>PNUD</b>	<b>PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO</b>
<b>PSOL</b>	<b>PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE</b>
<b>PT</b>	<b>PARTIDO DOS TRABALHADORES</b>
<b>QI</b>	<b>QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA</b>
<b>RLI</b>	<b>REDE RELAÇÕES LIVRES</b>

RS	RIO GRANDE DO SUL
SP	SÃO PAULO
TPM	TRIP PARA MULHERES
TQ	TEORIA <i>QUEER</i>
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIFRA	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO
USAID	AGÊNCIA NORTE AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	11
<b>1 SOCIEDADE DA NORMALIZAÇÃO .....</b>	15
1.1 TEORIA E POLÍTICA QUEER.....	32
<b>2 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SEXUAIS .....</b>	40
2.1 OS MOVIMENTOS PELA LIVRE EXPRESSÃO DA AFETIVIDADE E DA SEXUALIDADE .....	51
<b>3 PROCEDIMENTO DE PESQUISA.....</b>	56
3.1 ABORDAGEM GENEALÓGICA .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2 PERCURSO REDE RELAÇÕES LIVRES EM PESQUISA .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	99
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	104

## INTRODUÇÃO

Tratar da resistência à monogamia compulsória no contexto do Desenvolvimento e da Gestão Social, como tema de pesquisa, pode causar, em princípio, estranhamento. Embora a sexualidade seja abordada no âmbito das conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), certas práticas sexuais não-convencionais permanecem alijadas do debate.

As normas que operam sobre a sexualidade surgem numa sociedade de normalização que, por meio da biopolítica, articula processos de regulamentação e disciplinarização social, que agem sobre os indivíduos e a população. Neste processo, que ganha forte impulso a partir do século XVIII, o desenvolvimento é concebido como conexão entre o biológico, o econômico e o político, articulados pelo sexo<sup>1</sup>, concepção que alcança o século XXI.

Por meio da criação de uma “*scientia sexualis*”<sup>2</sup>, aparelho de produção de “discursos verdadeiros” sobre o sexo<sup>3</sup>, “a sexualidade foi definida como sendo, ‘por natureza’, um domínio penetrável por processos patológicos”<sup>4</sup> e tornou-se alvo de “intervenções terapêuticas ou de normalização”<sup>5</sup>, segundo Michel Foucault. Através de suas pesquisas, o autor considera que a história da sexualidade deve ser analisada sob o enfoque da história dos discursos, na qual o sexo foi tomado como “economia do prazer” e “regime ordenado de saber”. Trata-se de verdades reguladas, segundo táticas de poder, nas quais o sexo torna-se objeto de disputa pública entre o Estado e os indivíduos<sup>6</sup>.

Os direitos sexuais são abordados no contexto dos direitos fundamentais do ser humano desde a Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, pela ONU. A liberdade sexual e afetiva integra direitos sexuais básicos, no entanto, aproxima-se do exercício no meio social somente quando se ajusta ao padrão heteronormativo, dispositivo cuja base é o casal heterossexual monogâmico.

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>2</sup> Foucault, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 77

<sup>3</sup> Idem, p.79.

<sup>4</sup> Idem, p.78.

<sup>5</sup> Ibidem

<sup>6</sup> Ibidem, p.79

No questionamento a esta norma e na luta por respeito e dignidade surgem os movimentos de afirmação pela multiplicidade sexual e afetiva. É o caso do Poliamor, movimento surgido nos Estados Unidos, na década de 1980, e da Rede Relações Livres (RLI), concebida em 2001, em Porto Alegre (RS/Brasil).

A Rede Relações Livres realiza ações políticas e sociais, nas quais afirma a multiplicidade sexual e afetiva como direito humano. Ao dizer não à monogamia compulsória os integrantes do grupo lidam com pressões sociais para que ajustem seu comportamento à heteronormatividade monogâmica e articulam um discurso que questiona o “regime de verdade” do amor, concebido com base na exclusividade. O grupo também enfrenta dificuldades de articulação com outros movimentos de afirmação da sexualidade, efeito não somente de uma norma hegemônica que dispõe a não-monogamia no patamar da perversidade, mas da dificuldade de interlocução entre movimentos sociais que se valem da identidade como única estratégia política. Por outro lado, a RLI constitui um discurso de resistência que agrupa cada vez mais adeptos e fortalece a luta por seu modo de vida.

Diante do dispositivo da heteronormatividade monogâmica, que atravessa as relações sociais, se colocam as perguntas: os direitos sexuais, tal qual são concebidos hoje, contemplam pessoas que têm relações não-monogâmicas? A forma monogâmica é a única legítima para expressar o amor ou foi legitimada para atender a um determinado modelo de produção capitalista que encontrou na família a sua menor unidade? Quais as táticas e as estratégias empregadas pela resistência no enfrentamento de tal dispositivo?

A gestão social ocupa-se do que é produzido no espaço público, estatal ou societário, representa a articulação entre Estado e sociedade e supõe a ação política das organizações no espaço público. Sua vocação é de reconciliar economia e política<sup>7</sup>. Neste contexto, a sexualidade, sobre a qual se investem mecanismos de controle e regulação social, é um elemento privilegiado neste campo de investigação.

---

<sup>7</sup> FRANÇA FILHO, Genauto. Definindo Gestão Social. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2005, Juazeiro do Norte, BA, **Anais...** Juazeiro do Norte, BA, [s.n], 2005. Disponível em <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/extensao/gestao-da-responsabilidade-social-empresarial-e-desenvolvimento/bibliografia-basica/01%20Genauto.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2011. p.6

O procedimento empregado neste trabalho, para efetuar a análise do discurso de resistência à monogamia compulsória, é o genealógico. Conceito criado por Friedrich Nietzsche (1884-1900), retomado por Michel Foucault (1926-1983), a genealogia dedica-se aos conteúdos históricos que lançam luz sobre a clivagem das lutas, dos confrontamentos, ocultos nas sistematizações formais, ou nas coerências funcionais, que este último autor define como “saberes sujeitados”<sup>8</sup>. Trata-se do acoplamento de saberes eruditos, legitimados por qualquer regime de verdade e dos saberes das pessoas, desqualificados, porque insuficientemente elaborados nos níveis requeridos pela ciência e pelo conhecimento.<sup>9</sup>.

Busca-se, no procedimento genealógico, a ruptura de evidências e o questionamento das verdades tidas como indubitáveis, por meio da acontecimentalização, seu instrumento de análise teórico-política<sup>10</sup>. São colocados sob exame os jogos de força, as estratégias que se formam num dado momento, os rituais que fixam conjuntos de regras e de direitos, que ensinam e modificam os corpos.

Sob este procedimento, o discurso é analisado no âmbito das práticas que se corporificam institucionalmente, adentram os esquemas de comportamento, os tipos de transmissão e de difusão, as formas pedagógicas que as impõem e as sustentam.<sup>11</sup> Suas transformações são efeitos de princípios de exclusão e de partilha simultâneas.

As análises de Michel Foucault sobre a relação entre poder, saber e sexo, que constituem o dispositivo de sexualidade e atravessam o campo do desenvolvimento, e a teoria/política queer, linha crítica dos estudos da sexualidade surgida nos Estados Unidos na década de 1990, são as principais referências deste trabalho, que começa com a abordagem da sociedade de normalização. No bojo desta sociedade, surgem os direitos humanos e, posteriormente, os direitos sexuais que, embora sejam frequentemente tomados como instrumentos de emancipação, em alguns casos, eficazes, estão integrados à biopolítica. Sob este enfoque é feita uma revisão dos conceitos de direitos e humanos e sexuais e são apresentados os movimentos pela não-monogamia.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 11.

<sup>9</sup> Idem, p.12

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Editions Gallimart, 1994, volume IV. In Table ronde du 20 maio 1978, p. 20-34.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits. 1954-1988**. Paris: Editions Gallimart, 1994. v.2. p.241.

O capítulo final é dedicado à análise do discurso da Rede Relações Livres, sob o procedimento genealógico.. Na coleta de dados foram usadas as técnicas de observação participante, análise documental e grupo focal. São analisadas as falas dos integrantes da RLI, suas produções textuais e o material divulgado em seu *blog*. Embora a análise maciça do material colhido junto à rede seja apresentada neste último capítulo, optou-se por difundir os dados obtidos durante a pesquisa ao longo da dissertação, num diálogo constante entre o referencial teórico e o discurso produzido localmente. Analisar o discurso de resistência à monogamia compulsória implica numa análise do discurso hegemônico acerca da sexualidade, e isto é feito desde o início da dissertação. Os nomes dos participantes da pesquisa foram substituídos por pseudônimos, por questão de confidencialidade.

Nas considerações finais são ponderados a importância da teoria/ política *queer* para a ampliação do escopo dos direitos sexuais, as estratégias e táticas da Rede Relações Livres para o engendramento do discurso de resistência à monogamia compulsória, suas potencialidades e seus limites e, ainda, suas contribuições para a própria formação da pesquisadora.

Espera-se, com este trabalho, apresentar uma demanda social cujo discurso não alcança ainda os espaços legitimados para a discussão dos direitos sexuais.

## 1 A SOCIEDADE DE NORMALIZAÇÃO

A discussão sobre direitos sexuais não pode prescindir de uma análise sobre os processos históricos que constituíram o que chamamos de sexualidade. No século XVIII, a sociedade européia empreende um avanço imperialista sobre a África, a América e a Ásia e desencadeia um processo de disciplinarização e regulamentação, simultâneos, pelo qual o biológico, em geral, e a sexualidade, em particular, são submetidos ao controle do Estado, individual e coletivamente. Trata-se de uma sociedade de normalização para exercer um biopoder<sup>12</sup> Este capítulo se inicia com a exploração do conceito de biopolítica, cujas bases são disciplina e regulamentação social. Em seguida, é analisado o dispositivo família e sua articulação com a sexualidade. Por fim, são abordadas a teoria e a política *queer* como críticas a sociedade normalizada.

A sociedade de normalização é aquela “em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”<sup>13</sup>. O saber-poder age no indivíduo e na população, articula processos biológicos e políticos, de disciplina e regulamentação, e contribui para a emergência das normas que podem “[...] tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar, quanto a uma população que se quer regulamentar”<sup>14</sup>.

O corpo individual e o populacional são superfícies nas quais se inscreve a tecnologia disciplinar para o trabalho, no final do século XVII e no decorrer do século XVIII. A distribuição espacial dos corpos e o aumento de sua força útil interessam à racionalização da economia, mediante sistemas de vigilância, hierarquias, inspeções, relatórios, treinamentos. A instalação de novas tecnologias de poder não se restringe ao corpo individual, se difunde pelo corpo social, se materializa na gestão da vida em seu nível macro e se dirige à espécie humana, processo definido por Michel Foucault como biopolítica<sup>15</sup>, cujos alvos de controle são a natalidade, a mortalidade, a fecundidade, a morbidade, a longevidade da população.

Nesse contexto, a população torna-se problema científico, político, econômico. O poder disciplinar incide sobre o corpo dos indivíduos a sofrer um

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.286.

<sup>13</sup> Idem, p.302

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> Ibidem, p.286

treinamento individual para a produção de corpos dóceis e úteis e é instrumento da biopolítica para regular a população. Do controle dos doentes e das doenças passa-se ao das epidemias e das endemias, que afetam diretamente o trabalho e a economia, a eficiência da produção e o custo com tratamentos. A medicina se amplia para a higiene pública, coordena modos de tratamento, centraliza informação, ajuda na constituição de saber regulador. Nessa técnica de gestão da vida não se trata apenas de torná-la longeva, mas dos modos como ela será vivida, uma combinação que demanda coordenação e centralização. De um lado, o corpo, a disciplina, as instituições como a família, o exército, as escolas, de outro, a população em seus processos biológicos e os mecanismos previdenciários, a poupança, a segurança social, o Estado, não em oposição, mas em processo plasmático<sup>16</sup>. Nos séculos XX e XXI esta concepção de desenvolvimento ainda opera e é minuciosamente expressa nas Conferências Internacionais sobre População e Desenvolvimento, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

É no domínio desta sociedade de normalização que a biopolítica faz surgir o racismo de Estado, com seu poder de corte no âmbito do biológico que fragmenta e hierarquiza a espécie humana. Elegem-se as raças que devem viver e as que devem ou podem morrer. Pela tecnologia das guerras condiciona-se estar vivo ao quanto se mata o inimigo, a quem esta morte se dirige. A gerência biológica que se ocupa da eliminação dos anormais, dos degenerados, das espécies inferiores, dos corpos abjetos, cria a ilusão de garantia de vida do indivíduo e da qualidade de vida da população. Na sociedade de normalização o racismo é a condição de aceitação do poder de matar<sup>17</sup>. Ser rejeitado, eliminado, expulso leva à morte política, à morte social, operadas nas campanhas antimigração, na abjeção dos corpos e dos comportamentos e à morte econômica, operada pelos embargos ou pelo abandono de quem não produz lucro. O racismo, tomado pelo discurso político, se revela nas relações colonialistas, nas guerras, nos genocídios. É o direito de morte da soberania, que não repousa mais sobre a figura do rei, mas dos Estados – nação capitalistas e socialistas.<sup>18</sup>

A sexualidade aparece com um poderoso fio de articulação entre disciplina e

---

<sup>16</sup> Ibidem, p.294-299

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.306.

<sup>18</sup> Idem, p.312

regulamentação. Ela, a um só tempo, estende seus domínios ao corpo individual, enquadrado em sistemas de controle e vigilância – o controle da masturbação infantil pela família, pela escola, pela medicina, por exemplo – e também da população, em seus processos biológicos, de reprodução. Ao corpo indisciplinado sexualmente, a medicina desenvolverá a ideia de dois principais efeitos; sobre o indivíduo, que adoecerá por sua prática perversa e sobre a população que, por hereditariedade, reproduzirá o mesmo comportamento, fundamento da teoria da degenerescência.

A síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS), que aparece no século XX, provocada pelo vírus da imunodeficiência adquirida (HIV) é um exemplo profícuo de biopolítica. Concebida como problema de minorias: pobres, usuários de drogas, prostituídos, homossexuais, é tratada com descaso, com preconceito e chamada em vários países de “peste gay”, em comparação com a peste negra. Quando ela se estende ao conjunto da população, em percurso transfronteiriço, atinge os domínios da chamada heterossexualidade, ela se torna problema político-econômico, pelo alto custo do tratamento, pelos altos índices de mortalidade que perduram, apesar dos avanços nas tecnologias de medicalização, pela inclusão da população na responsabilidade do uso de preservativos nas relações sexuais e de evitar comportamentos de risco, a fim de prevenir-se da infecção. É problema estético, expresso no corpo dos doentes terminais, a morte a invadir inequivocadamente o domínio da vida. Regulamentação assumida pelo Estado, pelas instituições, pelos movimentos sociais, especialmente os que lidam com a sexualidade, para disciplinar as relações sexuais, a ingestão de medicamentos, a testagem laboratorial.

A monogamia é tema das primeiras campanhas preventivas, incentivada em políticas de prevenção, ainda no século XXI, a exemplo da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que durante o governo de George W. Bush (presidente dos Estados Unidos de 2001 a 2009), empreende uma política que tem na fidelidade uma de suas bases.<sup>19</sup>.

Segundo a USAID:

---

<sup>19</sup> USAID. **Prevenção de HIV/IST e Preservativos.** Disponível em: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PDACF819.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACF819.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2011. p.1.

abstinência de relações sexuais ou prática de relacionamentos mutuamente monogâmicos entre parceiros sabedores de seu status de não-infecção é a maneira mais segura de evitar a transmissão do HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Na ausência dessas condições, os preservativos têm se revelado em muitas partes do mundo uma intervenção importante e bem sucedida para pessoas sexualmente ativas, particularmente quando aplicados em encontros sexuais comerciais e outros encontros sexuais fortuitos<sup>20</sup>.

A família<sup>21</sup> monogâmica ainda goza de privilegiado *status* na sociedade contemporânea. Sob este enfoque, é freqüente atribuição das mazelas sociais à “desestruturação” familiar. Família pode ser concebida um sistema dinâmico de inter-relações entre elementos que, no seu conjunto, formam um organismo cuja ordenação/organização plenamente reconhecível, corresponde a regras, padrões universais, flexíveis apenas até o limite de sua categoria lógica, sua tipologia.

A organização familiar, constituída por um homem e uma mulher, opera no capitalismo para que tenham filhos e coabitem dentro de uma relação monogâmica. Segundo Friedrich Engels (1820-1895), o surgimento da família monogâmica teria se dado junto com a noção de propriedade privada. Com base nos estudos da pré-história, do antropólogo estadunidense Lewis Morgan (1818-1881), sobre os laços de parentesco dos iroqueses - tribo indígena localizada no estado de Nova Iorque - e nos escritos de Karl Marx (1818-1893), Engels afirma que é possível recuperar os liames entre o direito paterno que prevaleceu nos povos antigos – gregos, romanos, celtas e germanos – e a gens iroquesa, estabelecida primeiramente sobre o direito materno.

Para Engels, “a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro”<sup>22</sup>. No rastro dos estudos de Morgan, Engels afirma que o desenvolvimento social teria se dado nas seguintes etapas: estado selvagem, barbárie e civilização.

No estado selvagem, período em que predomina a coleta humana de produtos disponíveis na natureza para serem utilizados, as famílias são

<sup>20</sup> Idem

<sup>21</sup> Família: palavra de origem romana que, em princípio, designava um conjunto de escravos pertencentes a um homem e, posteriormente, passou a designar todo o grupo subordinado ao chefe de família: mulher, filho e escravos, sobre os quais tinha poder de vida e de morte (ENGELS, 1997, p.61)

<sup>22</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.8.

consanguíneas. Num primeiro modo familiar, os grupos conjugais são geracionais, ou seja, são permitidos dentro do mesmo círculo geracional. Podem ser formados entre irmãos e irmãs, mas não entre pais e filhos, e, um segundo modo, a família punaluana, mantida a consanguinidade mais restrita, circunscreve os casamentos somente aos sobrinhos e sobrinhas e aos primos e primas, que vivem em comunidades, num modelo de economia doméstica coletiva. Disto decorrem as gens, instituídas no período selvagem. Trata-se de um tipo de linhagem feminina de parentesco, que proíbe os matrimônios e as relações sexuais inter-gens. Os laços se consolidavam por meio de instituições comuns, como a religião e a ordem social, que distinguiam as tribos.

Ao estado selvagem teria se seguido um período de barbárie, quando surge a domesticação de animais, a criação de gado e a agricultura<sup>23</sup>. A família sindiásica se constitui pelo matrimônio por pares, com o direito a poligamia para homens, mas não para as mulheres. O adultério feminino é duramente punido. A paternidade passa a ser reconhecida como sendo de um único homem, que se torna proprietário da força de trabalho de sua mulher, dos meios de produção e de seus escravos. Ainda assim, em caso de dissolução do matrimônio, a linhagem feminina é considerada, o que garante o direito materno sobre os filhos.

A civilização é o período que se inicia com a invenção da escrita alfabética e a fundição do minério de ferro. Surge a indústria manufatureira e a arte<sup>24</sup>. A família monogâmica se constitui dentro deste arranjo. Ela promove a filiação que interfere na ordem da herança e da hereditariedade e faz a substituição do direito materno pelo direito hereditário paterno. Para isto se restringem as relações sexuais da mulher a um único homem, que ganha mais importância em função do aumento de riquezas.

Assim como a primeira divisão do trabalho teria se dado entre homens e mulheres na reprodução dos filhos, para Engels, a monogamia das mulheres é a primeira opressão de classes: a opressão do sexo feminino pelo masculino<sup>25</sup>.

A monogamia tem, como função estratégica, que balizar na família a propriedade privada, com acumulação de riquezas pelo homem e a transmissão de seu patrimônio genético e econômico para seus filhos legítimos. Faz-se uma

<sup>23</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.28

<sup>24</sup> Ibidem

<sup>25</sup> Idem, p.70

articulação entre economia e sexo. Neste dispositivo familiar econômico-genético, o homem é dono da mulher, dos filhos e dos escravos que lhe devem obediência. Traça-se o regime de verdade do patriarcado, expresso na família patriarcal.

Na Grécia antiga, a família, iniciada por meio do casamento entre um homem e uma mulher, que passa a ser subordinada a ele, tem uma função que vai além do acúmulo de fortuna e da definição de uma linhagem: pertence ao campo da ética, está ligada ao *status* do cidadão, a legitimidade de seus herdeiros, excluídos os matrimônios entre famílias inimigas. Para a mulher, o casamento garante o *status* familiar e cívico, perdido imediatamente em caso de adultério<sup>26</sup>.

É também na família que o “chefe da casa” desenvolve as suas habilidades para governar, a começar pela esposa, pelos serviços e pelo patrimônio; nela pratica o exercício de sua hierarquia e de sua autoridade<sup>27</sup>. Homem e mulher têm, pois, uma relação política, entre “governo e governado”, na qual as virtudes para o homem são a temperança e a coragem para exercer o comando e, para a mulher, a temperança e a coragem para se subordinar<sup>28</sup>.

Assim como os iroqueses, na sociedade grega a monogamia é obrigação da mulher e, no máximo, um ato voluntário do homem em busca de sua temperança. O prazer sexual é restrito ao âmbito da masculinidade cidadã: a concubina e os rapazes. Para procriar, a esposa. As relações familiares são extremamente funcionais e possessivas, o que não significa que não pudessem existir afetos entre as pessoas, mas que isto não tinha relevância.

Em seus estudos sobre a família, Engels responde parcialmente o porquê a mulher teria se sujeitado ao regime patriarcal. Não são examinadas, em sua obra, as possíveis resistências das mulheres à hegemonia masculina que se constituiu. Importante ressaltar que a monogamia, naquele contexto, não significava castidade, ao contrário, estava relacionada ao adultério e a prostituição que, praticados com discrição, não causam prejuízos ao conjunto familiar. A prostituição funda outra economia, cria espaços de circulação de prazer e de poder, servindo de aliada da família monogâmica, ainda no século XXI.

O poder do pai e do marido, no século XVII, é amparado por três discursos que se intercalam para justificar o princípio da autoridade masculina: o aristotélico,

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.185-186.

<sup>27</sup> XENOFONTE apud FOULCAULT, 1984, p.88.

<sup>28</sup> ARISTÓTELES apud FOULCAULT, 1984, p.104.

que a apresenta como natural, o teológico, que afirma sua divindade, e o político, que lhe atribui divindade e naturalidade.

Aristóteles justifica a autoridade do pai e do marido na desigualdade natural entre seres humanos, base de sua filosofia política. Nela, o homem maduro é a personificação da forma, que designa o princípio divino do pensamento e da inteligência. É superior à mulher - personificação da matéria, que designa o humano - superior ao jovem - por ele estar ainda inacabado - e superior ao escravo, que não possui alma<sup>29</sup>.

Segundo a socióloga feminista francesa Elizabeth Badinter, a revisão dos princípios aristotélicos é importante, pois seu legado irá influenciar o Ocidente até, pelo menos, o século XVII, e será retomado energicamente pela teologia cristã e pelos teóricos da monarquia absoluta<sup>30</sup>.

A teologia cristã atribui à mulher a maldição da condição humana, fundada pela personagem Eva, ao desejar poder saber tanto quanto “Deus”. Entre os castigos lançados à mulher, no episódio bíblico do Gênesis, estão a paixão e a submissão ao marido. O absolutismo político, por outro lado, traça uma linha entre o poder real e o paternal: o pai em relação aos seus filhos é como o rei para com os seus súditos e como Deus é para o homem o que o pastor é para seu rebanho. Aos homens é atribuída uma bondade ontológica, que justifica seu poder de mando<sup>31</sup>.

Sob o argumento de que há indivíduos mais preparados para servir aos outros, por sua qualidade religiosa, as instituições cristãs, organizadas em igrejas, desenvolvem o poder pastoral, técnica que mais tarde será integrada pelo Estado e que pode ser descrita da seguinte forma: um poder cujo intuito é assegurar a salvação dos indivíduos num outro mundo; além de ordenar deve também estar pronto ao sacrifício pela vida e pela salvação do rebanho; se preocupa com a comunidade e com o indivíduo, simultaneamente; se exerce através da confissão e se orienta para a salvação. Em coextensão à vida, liga-se a produção de uma verdade do indivíduo sobre si próprio. A institucionalização eclesiástica perde seu vigor, no entanto, a função desta institucionalização se espalha e se desenvolve por fora dela, atravessando todo o corpo social a partir do século XVIII, com apoio de

---

<sup>29</sup> Idem, p.31

<sup>30</sup> BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.30.

<sup>31</sup> Ibidem, p.39

uma multidão de instituições.<sup>32</sup>

Do fim da Idade Média até a Revolução Francesa, os direitos jurídicos do pai são regulados pela Igreja e pelo Estado, ora em colaboração, ora em conflito institucional. O casamento dos filhos foi um dos objetos de disputa regulatória entre as duas instituições. Considerado um sacramento, desde meados do século XII, o casamento se concretizava com a expressão de consentimento ao matrimônio pelo casal. A união era reconhecida pelo direito canônico, independente da autorização dos pais, com a única condição de que os cônjuges atendessem as idades mínimas para tal ato: treze anos e meio, para o “homem” e onze anos e meio para a “mulher”. Turbulências sociais como o crime de bigamia e o rapto de moças se multiplicaram até que o Concílio de Trento (1545-1563) condenasse os casamentos e estabelecesse primeiro que os cônjuges declarassem o seu consentimento na presença de um padre e, após a publicação dos proclamas, que o fizesse com o consentimento do pai. As infrações eram punidas com a perda do direito a herança<sup>33</sup>.

Para além das turbulências sociais, o controle dos pais sobre o casamento dos filhos funciona como estratégia para a manutenção do padrão econômico e social. A escolha da esposa estará condicionada ao seu dote, tanto para manter a herança do primogênito, quanto para agregar bens aos filhos mais novos, sem direito a herança. O amor conjugal até então não é importante, mas sim o amor materno que coloca a mulher como protagonista desta história familiar, agora no papel de mãe.

Sobre o corpo da mulher incide um conjunto estratégico de saber e poder sobre o sexo que o coloca em comunicação orgânica com o corpo social, com o ambiente familiar e com a vida das crianças, simultaneamente, processo chamado por Foucault de histerização do corpo feminino<sup>34</sup>, componente do dispositivo de sexualidade, como será descrito ainda neste capítulo. O corpo feminino tem a incumbência de garantir a fecundidade, funciona como a peça chave para o funcionamento do espaço familiar e para a manutenção da vida das crianças.

Conforme Badinter,

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. Beyond Structuralism and Hermeneutics. In.: DREYFUS,H.; RABINOW, P. **The Subject and power**. Chigago: The University of Chicago Press, 1982. p.208-226.

<sup>33</sup> BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.42-43.

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.115.

Se outrora insistia-se tanto no valor da autoridade paterna, é que importava antes de tudo formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse fim do século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que pessoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. Para isso, é preciso impedir a qualquer preço a hemorragia humana que caracteriza o Antigo Regime<sup>35</sup>.

A vida da criança adquire, segundo a autora, um valor mercantil e bélico: por um lado é garantia de povoamento e, portanto, de mão-de-obra para o capitalismo emergente, por outro, é reserva para possíveis guerras, potente instrumento político. Na medida em que a vida criança é valorizada, é também valorizada a mãe, que experimenta uma certa emancipação no ambiente doméstico. A dedicação aos filhos entra em discurso como virtude e promessa de felicidade para os pais. Se até meados do século XVIII o costume difundido na sociedade francesa é o de enviar a criança à ama de leite e ao internato, sucessivamente, a casa da família será o novo local de educação dos filhos, de transmissão dos valores morais e de vigilância, especialmente quanto a sua sexualidade.

A masturbação infantil se torna um problema comum para pais, professores, pedagogos, psicólogos. A formação de uma rede de controle sobre o sexo da criança é parte das estratégias do dispositivo de sexualidade. O conjunto de saberes e poderes formado ao seu redor tem por finalidade o exercício de um poder sobre a infância, futuro da população<sup>36</sup>.

A resistência ao modelo de mãe, submissa, devotada ao marido já se manifestava em mulheres que desejam uma condição social desvinculada da família, na França do século XVII. Num movimento de contestação dos valores correntes, nobres e burguesas parisienses investiam na formação intelectual, buscando ora a igualdade, ora a sujeição masculina. A condição urbana, de efervescência cultural e intenso trânsito humano, favorece o intercâmbio de ideias progressistas sobre a condição feminina, entre aquelas que ficariam conhecidas como “as preciosas”.<sup>37</sup> A galanteria era o meio de emancipação, num processo de reinvenção de costumes, após trinta anos de guerra civil. Os salões aristocráticos e, posteriormente, os burgueses, mantidos por mulheres, são o laboratório desta nova

<sup>35</sup> Idem, p.145

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.232.

<sup>37</sup> BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.104.

maneira de ser urbano. Essas mulheres agiam sob a influência da filosofia ascética, de dominação dos sentidos corpóreos como meio de libertação, de triunfo da razão, do intelecto sobre o desejo e o amor. O casamento era sinônimo de posse e a maternidade, de sujeição.

Três séculos depois, as críticas sobre o casamento, empreendidas pelos ativismos pela não-monogamia, se assemelham–às das preciosas francesas do século XVII: ambos o descrevem como uma relação de posse estabelecida entre as pessoas que se colocam no arranjo conjugal. A crítica à família monogâmica, elaborada por Friedrich Engels, ainda no século XIX, é uma das bases teóricas da Rede Relações Livres.

O texto *Ser uma Mulher Livre* no século XXI, produzido por mulheres da Rede Relações Livres e por outras simpatizantes do movimento, traz o seguinte:

Nosso corpo e consciência são livres e não posse dos maridos, juízes, padres, parlamentares senão de nós mesmas. Por isso o aborto é um tema tão relevante. É uma questão social e defendemos que a legalização do aborto está relacionado com a garantia da saúde da mulher pelo Estado assim como, autonomia do seu corpo e de sua vida.<sup>38</sup>

O discurso inicia com a negação das regulações sociais, jurídicas, religiosas e políticas sobre o corpo da mulher e, logo em seguida, exige a proteção do Estado sobre este mesmo corpo no que tange a questão da saúde, manifestada na afirmação do aborto como direito. O indivíduo que enuncia seu desejo de liberdade é o mesmo que se sujeita ao poder do Estado, segundo seus valores, num processo de luta entre a insubmissão e a incitação da relação de poder, simultâneos.

Para Foucault, o Estado Moderno, com sua nova forma de poder pastoral, tem objetivos distintos: o indivíduo deve ter sua salvação assegurada nesta vida, com provimento de necessidades básicas como a saúde e a renda.

O reforço administrativo desse poder é exercido tanto por instituições como a polícia, a família e a igreja, quanto por estruturas complexas como a medicina, que engloba iniciativas públicas e privadas. A integração do indivíduo ao Estado se dá na medida em que submete a sua individualidade a um conjunto de mecanismos específicos e que dá a ela uma nova forma. Conforme se proliferam os objetivos e

---

<sup>38</sup> REDE RELAÇÕES LIVRES. **Ser uma mulher livre no século XXI, o que significa?** Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/07/23/texto-mulher-livre/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

os agentes deste poder, se polariza o desenvolvimento do saber sobre o gênero humano em dois: o globalizante e quantitativo, relativo à população; e o analítico, relativo ao indivíduo que resultam numa tática individualizante, característica de toda uma série de poderes múltiplos.<sup>39</sup>

Precisamos imaginar e construir aquilo que poderíamos ser para nos desembaraçar desta espécie de "duplo" constrangimento político que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. [...] O problema ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico que se nos coloca atualmente não é o de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de nos libertarmos nós do Estado e do tipo de individualização que aí se retoma.<sup>40</sup>

Embora composto de elementos de repressão e de interdição, a partir do século XVIII, o dispositivo de sexualidade torna-se

a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns nos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder<sup>41</sup>.

Com o surgimento do fenômeno população, a família passa por um processo de controle da sexualidade que Foucault<sup>42</sup> denomina "pólicia do sexo": um dispositivo que incentiva o discurso sobre o sexo para melhor regulá-lo e transformá-lo em economicamente útil. Naquela época, "a relação matrimonial era o foco mais intenso das constrições; era, sobretudo, dela que se falava, mais do qualquer outra tinha que ser confessada"<sup>43</sup>. A família, aqui é analisada como um dispositivo, isto é, um conjunto heterogêneo, cuja emergência tem uma "função estratégica dominante"<sup>44</sup>, no qual as relações de força produzem saber e poder que, ao mesmo tempo, as sustenta.

Sobre o casal monogâmico, heterossexual, que materializa a reprodução social dentro do padrão burguês, incidem, além do saber-poder estratégico da

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel. *Deux essais sur le sujet et le pouvoir*. In.: FREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Un parcours philosophique**. Paris: Gallimard, 1984. Disponível em <<http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2011. p.297-321.

<sup>40</sup> Idem

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.116-117.

<sup>42</sup> Idem, p.31.

<sup>43</sup> Ibidem, p.44.

<sup>44</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.244.

histerização do corpo da mulher, o da pegagogização do sexo infantil; o da psiquiatriização do prazer perverso e o da socialização dos procedimentos de procriação.<sup>45</sup>

O dispositivo familiar, em seus dois principais eixos – marido e mulher/pais e filhos – faz com o dispositivo de sexualidade uma espécie de troca: enquanto a família leva a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade, a economia do prazer e o vigor das sensações são transportados para o dispositivo de aliança<sup>46</sup>. Saturada de sexualidade, tramada de relações articuladas com a economia pelo sistema de transmissão de bens, a família intensifica de tal forma os afetos, que não se desvinculam mais expressão de afetividade e sexualidade.

À medida que o regime de aliança mostra-se um instrumento inadequado ou um apoio insuficiente para os arranjos econômicos e políticos, o dispositivo de sexualidade ganha mais importância. Passível de ser utilizada nos mais diversos ardis, ponto de conexão e suporte de inúmeras estratégias, a sexualidade aparece como um viés denso e instrumental nas relações de poder entre os indivíduos<sup>47</sup>. A política se ocupa do corpo, que produz, consome, é consumido e valorizado como instância de saber-poder.

Da sexualidade do casal se ocupam Estado, pastorais cristãs, economistas, pedagogos, psiquiatras e psicanalistas. Enquanto “na pastoral cristã a lei da aliança codificava essa carne que se estava começando a descobrir e impunha-lhe, antes de mais nada, uma armação ainda jurídica”<sup>48</sup>, na psicanálise “é a sexualidade que dá corpo e vida às regras de aliança, saturando-as de desejo”.<sup>49</sup> Tanto a psiquiatria como psicanálise vão utilizar, em suas pesquisas, um método aprimorado pela igreja: a confissão sigilosa da vida sexual do indivíduo, práticas e desejos aos quais os médicos, investidos do poder de decifração, vão diagnosticar e dos quais seus pacientes vão desfrutar, num duplo jogo de “saber do prazer” e de “prazer de saber do prazer”<sup>50</sup>.

A história da família é atravessada pela questão político-econômica da força de trabalho. A partir do século XIX, a consolidação de uma política do corpo canaliza

<sup>45</sup> Idem, p.115-116.

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.120.

<sup>47</sup> Idem, p.114

<sup>48</sup> Ibidem, p.124

<sup>49</sup> Ibidem

<sup>50</sup> Ibidem, p.87.

o sexo num circuito econômico e problematiza a questão da saúde e da longevidade. A sexualidade aparece com um projeto burguês de reprodução, de raça, de vida ideal, não mais estabelecida por um “sangue nobre”, mas por um “sexo decente”<sup>51</sup>. Constitui-se como uma tecnologia de gestão da vida, que atravessa todo o corpo social e alcança o século XXI.

Este regime de aliança que sustenta o dispositivo de sexualidade é transformado constantemente por ele. Um sistema que se recicla e não se cogita desmantelar. Ao contrário, à família monogâmica é cada vez mais atribuída a responsabilidade pela regulação da esfera social. As novas conjugalidades e parentalidades são objeto de reivindicação de muitos dos movimentos sociais que se afirmam a partir da sexualidade, especialmente o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais (LGBTI).

A homossexualidade, tratada como crime em oitenta países e, em cinco, punida com a morte<sup>52</sup>, ainda é considerada uma anormalidade a percorrer os interstícios do dispositivo de aliança. Numa sobredeterminação funcional<sup>53</sup> – processo no qual cada uma das consequências de um dispositivo estabelece uma relação de contradição com outra, o que exige uma rearticulação dos elementos heterogêneos que surgem em dispersão - os movimentos sociais são capazes de reivindicar o mesmo dispositivo de alianças para a regulação da conjugalidade homossexual, ao pleitear seus direitos civis. A luta pela instituição civil das conjugalidades lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneros problematiza a questão do parentesco e aponta um fenômeno social próprio da contemporaneidade<sup>54</sup>. Exige também novas definições de famílias e desafia o enquadramento legal delas.

As tramas afetivas, aquelas que escapam ao arranjo conjugal, por outro lado, não reivindicam o *status* da aliança civil e colocam em questão o próprio termo família. No plano dos direitos civis, enfrentam questões como não poder compartilhar um plano de saúde com todos os seus parceiros ou, no caso de uma internação, não poder desfrutar da visita hospitalar de todos seus parceiros. Quando surgem, nas

<sup>51</sup> Ibidem, p.136.

<sup>52</sup> ILGA - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANS E INTERSEXO. **Relatório de 2009 sobre a homofobia no Estado**. Disponível em: <[http://old.ilga.org/news\\_results.asp?LanguageID=5&FileCategory=32&ZoneID=28&FileID=1257](http://old.ilga.org/news_results.asp?LanguageID=5&FileCategory=32&ZoneID=28&FileID=1257)>. Acesso em: 21 jul. 2010.

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.245.

<sup>54</sup> GROSSI, Mirian Pillar; MELLO, Luís; UZIEL, Anna Paula. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.11.

tramas afetivas, relações de parentesco, as questões se complexificam e se assemelham aos processos enfrentados por homossexuais, na atribuição de uma anormalidade ao arranjo que foge ao modelo família monogâmica.

Nos Estados Unidos, o grupo ativista de poliamor, *Polyamory Society*, oferece apoio aos praticantes de poliamor e denuncia casos de pessoas que tiveram seus direitos violados, em função de sua prática amorosa não-monogâmica, além de dedicar várias sessões de seu site na *internet* às questões relacionadas as “polyfamilys”<sup>55</sup>.

Entre os casos relatados pelo *Polyamory Society*, está o de April Divilbiss que, em novembro de 1998, perde a custódia de sua filha para os avós paternos, após participar do programa “*Sex in The 90's Part 11*”, da MTV, cujo tema era a vida da família poliamorosa. Depois de assistir ao programa, o juiz Ken Turner, do Tennessee, Estados Unidos, considera-a inapta para educar a criança, por seu estilo de vida “imoral” e atende ao pedido de guarda dos avós paternos.<sup>56</sup> Em luta contra a violação de seus direitos, a mãe divulga o fato aos meios de comunicação de massa e obtém apoio da revista *Loving More*, dedicada ao poliamor, para o custeio de sua defesa. Dá-se início a uma batalha judicial que duraria dois anos. April afirma que a família paterna já havia tentado tirar a guarda da criança outras vezes, sem sucesso, até a exibição do documentário.

April separa-se do pai de sua filha quando ainda está grávida. Segundo seu depoimento, ele parte sem deixar endereço, uma semana depois de ser informado da gravidez. Ela casa-se com outro homem e, pouco tempo depois, une-se ao casal outro parceiro, com quem ela também tem uma relação afetiva. O trio passa a viver uma relação polifidelidade e os dois homens assumem a paternidade da criança. Quando o caso vai à Justiça, Willian Moore, advogado da avó, declara que sua cliente está tentando proteger a neta: “Criar uma menina de 3 anos em uma casa onde a criança vê sua mãe dormindo com dois homens é abusivo e prejudicial à sua saúde”, diz Moore. Depravação e imoralidade são os argumentos que sustentam o pedido de custódia de emergência pela avó. A relação de April com seus dois maridos não se demonstra prejudicial a saúde de sua filha. O que se segue durante todo o processo judicial são argumentos que denotam um código moral baseado na

<sup>55</sup> Termo usado pelo movimento Poliamor para definir as famílias formadas por mais de duas pessoas que se relacionam afetivo/sexualmente e vivem em regime de polifidelidade.

<sup>56</sup> A carta na qual a própria mãe narra o episódio está disponível em <[http://www.polyamorysociety.org/Divilbiss\\_Families\\_Case\\_Ends.html](http://www.polyamorysociety.org/Divilbiss_Families_Case_Ends.html)>. Acesso em 04 jan. 2011.

família monogâmica. No dia 16 de abril de 1999, no Tribunal de Menores de Memphis, é proferida a sentença em que April perde a ação jurídica, assim transcrita pela revista *Loving More* e reproduzida no artigo de Elizabeth Emens:

O que eu tenho aqui é uma moça que decidiu ter um estilo de vida alternativo e o que se torna o problema é que o estilo de vida, na verdade, é prejudicial para a criança. Você sabe, muitas vezes os pais são chamados a fazer grandes sacrifícios por seus filhos. E quando ela se deparou com isso, quando um rapaz veio até ela e disse “eu estou apaixonado por você”, muito embora você seja casada”, você sabe, a maioria das pessoas teria dito, “bem, eu sou casada, esqueça”. Mas não, ela decide, assim, “por que não”? Eu vou ter os dois” [...] Bem, os pais não podem fazer isso. Os pais têm de definir os exemplos corretos para as crianças. E parte do estatuto diz que você tem que se preocupar com a educação moral das crianças.<sup>57</sup>

Em muitas situações, a convivência de uma criança com adultos pode ser prejudicial à sua vida, basta recordar que a maioria dos casos de pedofilia ocorrem dentro de casa e são praticadas por pessoas conhecidas, muitas vezes por seus parentes biológicos. O que se evidencia no processo judicial e no julgamento do caso de April não é a preocupação com a segurança da criança, mas com a subversão da norma hegemônica da conjugalidade heterossexual. O que está em jogo é a manutenção de uma determinada cultura, a monogâmica, na qual a criança é aposta de continuidade.

Como observa a feminista estadunidense, Judith Butler, as variações de parentesco que se afastam do arranjo “família heterossexual, instituída pelo juramento do casamento, tendem a ser consideradas perigosas para as crianças e a colocarem em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana”<sup>58</sup>.

No julgamento de April triunfa o ponto de vista da heteronormatividade, termo criado por Lauren Berlant e Richard Warner para descrever um modo de organização social baseado em “instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada”.<sup>59</sup> Trata-se de uma heterossexualidade que “passa despercebida como

<sup>57</sup> EMENS, Elizabeth F. **Monogamy's law**: compulsory monogamy and polyamorous existence. Chicago: The Law School, 2003. p.28-29.

<sup>58</sup> BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, 2003. p.219-260, p.224.

<sup>59</sup> LAUREN, Berlant; WARNER, Michel. Sex in public. **Critical Inquiry**, v.24, n.2, Intimacy, winter, 1998. p.547-566. p.548.

linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral".<sup>60</sup>

O caso April é profícuo para demonstrar como a monogamia heterossexual é peça da heteronormatividade. Trata-se de uma família heterossexual, constituída sob o juramento do casamento. A mulher mantém relações sexuais e afetivas, simultaneamente, com outro homem que agrupa a esta família. Resta-lhe mantê-las sem torná-las públicas? A lei é o último recurso para normalizar a situação.

Para o sociólogo brasileiro, Richard Miskolci, a heteronormatividade é

uma denominação contemporânea para o dispositivo da sexualidade, que não refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas evidencia o objetivo de formar a todos para serem heterossexuais e para organizarem as suas vidas a partir desta matriz.<sup>61</sup>

As discussões sobre a heteronormatividade estão ainda bastante associadas à questão das homossexualidades, mas o conceito não se limita a elas. Ao tratar desse suposto estado natural de coisas, baseado na heterossexualidade, criticam-se as relações de poder geridas pela universalização dos modos de amar, de viver a sexualidade, de constituir relações de parentesco.

Pesquisas apresentam dispositivos familiares nas quais a patrilinearidade é inexistente e trazem à tona modelos diferentes do que foi tomado como universal pelo Ocidente. Entre os Mosuo (também conhecidos como Na), povo com cerca de 40.000 habitantes, que habita a região do Lago Lugu, ao sul da China, não existe a figura do pai, nem do marido. O parentesco tem uma linha materna e as relações sexuais e afetivas não são monogâmicas. Homens e mulheres adultos permanecem na casa de suas mães, onde as crianças são criadas coletivamente. As relações sexuais ocorrem em visitas noturnas, enquanto a família dorme e, segundo o costume da comunidade, o visitante deve deixar a residência antes que a família acorde. Não há registros de violência sexual entre os Mosuo e o ciúme, que na sociedade ocidental é frequentemente interpretado como manifestação de cuidado, é considerado por eles um sentimento infantil<sup>62</sup>. O envolvimento sexual e afetivo

<sup>60</sup> Idem

<sup>61</sup> MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009. p. 157.

<sup>62</sup> ROBINSON, Evelyn. **The social construction of adoption**. Christies Beach: Clova Publications, 2003. Disponível em <[http://www.clovapublications.com/\\_data/docs/2003%20the%20social%20cons](http://www.clovapublications.com/_data/docs/2003%20the%20social%20cons)

entre as pessoas não implica restrições mútuas<sup>63</sup>.

Restritas a duas pessoas, as trocas amorosas e sexuais, na cultura ocidental, quando extrapolam o arranjo binário, são majoritariamente associadas à promiscuidade, à traição, à falta de amor, a uma anormalidade. É recusada a singularidade com a qual cada pessoa sente e se expressa. A um casal praticante de *swing* - prática sexual na qual participam um casal e uma ou mais pessoas e que conta com uma ampla rede de clubes dedicados ao seu exercício – um casal de namorados, membros da RLI, afirma que além de trocas sexuais múltiplas, cambiam também afetividade com seus parceiros. Seus interlocutores reagem chamando-os de loucos e classificam seu comportamento de anormal. Clarice, da RLI, relata surpresa, “eu me senti discriminada”.

Apesar de prática não-convencional, o *swing*, que está sujeito a discriminações, como qualquer outra relação não-monogâmica, mostra uma concepção heteronormativa acerca da afetividade.

No III Encontro Universo Livre: a convergência das culturas não-monogâmicas, promovido pela Rede Relações Livres, em Santa Maria, o tema dos *swinger* foi contemplado durante a discussão sobre o casamento, por Cléo: “O *swinge* é uma prática dentro do casamento. Por quê? Eles querem preservar o casamento, com outra vida social que passa a ser interessante. É um tipo de “second life”\*.

E ainda, nas palavras de Pedro,

O RLI se diferencia dos *swinger* por ser um movimento social e cultural [...] Eles (os *swinger*) se dedicam só às relações práticas, não extrapolam a questão da sexualidade. Este tema aqui (da não-monogamia afetiva) tem sido trabalhado sistematicamente na RLI. Já tentamos inúmeras vezes trazer os *swinger* para nossas reuniões, mas eles não aparecem. Quer dizer, eles nem querem aparecer.

O *swing* se revela como uma tecnologia de manutenção do vínculo dentro das relações monogâmicas dentro de uma lógica heteronormativa. Se a prática é de alguma forma transgressora, a separação entre amor e sexo, a necessidade de

truction%20of%20adoption2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

<sup>63</sup> HUA, Cai. **A society without father or husbands**: the Na oh China. New York: Zone Books, 2001.

\* *Second Life* é um jogo de computador que simula a vida real num mundo virtual criado em três dimensões (3D), no qual é possível interagir com outros jogadores, por meio de um avatar. Atividades laborais, viagens, relacionamentos, negócios, compõem o universo do jogo.

consentimento dos parceiros<sup>64</sup> e a restrição das relações homossexuais, permitidas somente entre mulheres – regra implícita ao seu funcionamento – apresentam sua heteronormatividade. Daí não se estranha a falta de adesão com a discussão da não-monogamia nos termos propostos pela RLI, sem necessidade de consentimento e avançando ao campo afetivo.

A normalização do desejo e da sexualidade é um dos objetos de estudo da Teoria Queer (TQ), que será apresentada a seguir.

## 1.1 TEORIA E POLÍTICA QUEER

Queer, que em sua etimologia significa “estranho”, é um termo historicamente usado no mundo anglo-saxão para ofender aos homossexuais.<sup>65</sup> Na década de 1990, numa resposta à homofobia, ativistas gays e lésbicas passam a se autodenominar como *queer*, atribuindo um valor positivo ao ultraje, usando o xingamento para empreender uma política contra a normalização e os regimes de verdade que regulam a sexualidade e o gênero. A época é de efervescência nos movimentos sociais que se afirmam a partir da sexualidade, nos Estados Unidos.

Em decorrência da AIDS e da omissão do governo de Ronald Reagan (presidente dos EUA de 1980 a 1989), em relação à epidemia, grupos como *ACT UP* (*AIDS Coalition to Unleash Power*) e o *Queer Nation* realizam práticas de desobediência civil e de choque. O *ACT UP/NY* promove a legendária invasão da bolsa de valores de Nova Iorque, na qual seus membros amarram-se no balcão VIP e, quando o sino de abertura do pregão é acionado, uma faixa com a frase *SELL WELLCOME* é estendida, fotografada e enviada pelo grupo às agências de notícias. O protesto é endereçado a empresa farmacêutica *Burroughs Wellcome*, fabricante do medicamento AZT, usado no tratamento de pacientes infectados pelo HIV<sup>66</sup>. A consequência direta da ação é a redução de 20% no preço do remédio.

<sup>64</sup> WEID, Olívia von der. **Adultério consentido**: corpo, gênero e sexualidade na prática do swing, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. p.125.

<sup>65</sup> PENEDO, Suzana López. **El Laberinto queer**. Barcelona: Egales, 2008. p.17.

<sup>66</sup> GÓIS, J. B. H. Reabrindo a caixa-preta: rupturas e continuidades no discurso sobre AIDS nos Estados Unidos (1987-98). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, SP, v.9, n.3, p.515-33, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n3/14071.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2011. p.526.

O feminismo e os movimentos gays e lésbicos entram em crise por assumirem uma postura integracionista e conservadora, que encontra resistência por parte daqueles que não coadunam com ela. Este é o pano de fundo do surgimento do *queer*. A rua é o espaço onde se trava a luta entre os comportamentos legitimados e os subversivos.

Teresa de Lauretis é a primeira escritora feminista a usar a expressão Teoria Queer para definir uma linha crítica dentro dos estudos gays e lésbicos. No procedimento analítico da dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais, desenvolvido por um conjunto de pesquisadores, que a autora define como *queer*, critica-se o “pressuposto heterossexista” dos estudos sociológicos sobre as chamadas minorias sexuais e de gênero<sup>67</sup>. De acordo com Miskolcy, “[...] ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade”<sup>68</sup>, o que contribuía para a manutenção e a naturalização da norma heterossexual. Os pesquisadores *queer* “rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica”.<sup>69</sup>

A identidade estável, coerente, natural é um conceito criticado pela teoria *queer*, partindo-se do pressuposto que identidades são móveis, parcelares e circunstancialmente produzidas.

A teoria *queer* aproveita os estudos de sexualidade das obras de Michel Foucault, em particular, *A história da sexualidade: a vontade de saber*, volume I e, também o conceito de suplementaridade, de Jacques Derrida, que analisa as operações binárias produzidas por meio da linguagem, especialmente em *Gramatologia*<sup>70</sup>. Em Derrida, o hegemônico se constrói numa oposição necessária a algo inferiorizado, subordinado.<sup>71</sup>

A socióloga espanhola Susana López Penedo identifica três linhas de estudo dentro da teoria *queer*<sup>72</sup>: os que partem de uma interpretação materialista de desigualdades sociais que ultrapassam a questão econômica e afetam aspectos

<sup>67</sup> MISKOLCI. Richard. **A Teoria Queer e a sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009. p.151-152.

<sup>68</sup> Idem, p.151.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> MISKOLCI. Richard. **A Teoria Queer e a sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009. p. 152.

<sup>71</sup> Idem, p.153-154

<sup>72</sup> PENEDO, Suzana López. **El Laberinto queer**. Barcelona: Egalets, 2008. p. 18

como etnia, raça e sexualidade; aqueles que analisam o discurso que emerge das produções culturais, alheio às condições materiais de opressão que sofrem gays e lésbicas e, ainda, os que buscam legitimar as sexualidades não normativas mediante a teorização do desejo e da erótica *queer*. Para analisar a questão da não-monogamia, a teoria *queer* constitui um privilegiado fio de análise, sobretudo na teorização do desejo e da erótica *queer*. Numa interpretação heteronormativa do amor, as relações não monogâmicas poderiam ser classificadas por uma patologia social, e poliamor definido como “amor sem compromisso”, em que se atribui ao casal a única possibilidade de comprometimento mútuo<sup>73</sup> e à monogamia, garantia de estabilidade no relacionamento amoroso.

Na perspectiva *queer*, a noção de amor, ora definida como normal, deve ser precedida pela pergunta: como, por quem e por que foi constituído este conceito? A forma monogâmica é legítima para expressar o amor ou foi legitimada para atender a um determinado modelo social capitalista que encontrou na família sua menor unidade? Para responder a essas perguntas é necessário questionar os processos de normalização aos quais as relações amorosas estão submetidas<sup>74</sup>.

O ponto de partida da análise *queer* é conceito de poder de Foucault, contrário a ideia de lei ou repressão enquanto “constitutivas do desejo”<sup>75</sup>, chamada por ele de analítica jurídico-discursiva, cujos principais traços são a relação negativa poder/sexo, na qual o poder diz não ao sexo e se apresenta em forma de limite e lacuna; o recurso da regra, no qual o poder dita a lei ao sexo, o reduz ao sistema binário, proibido/permitido; lícito/ilícito e sua inteligibilidade se dá por meio de prescrições ao sexo e da enunciação de um “estado de direito” que encontra sua forma pura no legislador; a interdição cíclica, pela qual o poder só faria funcionar uma lei de proibição sobre o sexo, com o objetivo que renuncie a si mesmo e se vale da ameaça de castigá-lo com sua própria supressão; a censura, cuja interdição afirma o que não é permitido; impede que se diga e negar que exista e, por fim, o dispositivo unitário, um poder uniforme exercido sobre o sexo em todos os níveis, com engrenagens simples reproduzidas da lei, da interdição e da censura, que se

<sup>73</sup> PEREIRA, Henrique de Carvalho. Da metamorfose dos deuses: capitalismo e arquétipo no século XXI, *Estud. pesqui. psicol.* [online], v.9, n.2, 2009. p.383

<sup>74</sup> BARBOSA, Mônica. **Questões para o debate sobre a heteronormatividade nas relações afetivas:** um estudo de caso sobre a Rede Relações Livres. Disponível em: [http://www.fazendo.gênero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265380\\_ARQUIVO\\_monica\\_bar\\_bosa\\_FG9.pdf](http://www.fazendo.gênero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265380_ARQUIVO_monica_bar_bosa_FG9.pdf). Acesso em: 10 maio 2010.

<sup>75</sup> FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.92.

exerce sobre o sujeito na forma do direito<sup>76</sup>.

Diferentemente, o que está em jogo na história da sexualidade no Ocidente, é o poder em sua faceta produtiva e onipresente, inerente a todas as relações, dotado de estratégias heterogêneas e instáveis. Na proposição de Foucault, o poder se exerce de diferentes pontos e circula nos interstícios sociais.

[...] As correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca procedem as redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos em série, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pelas intensidades de todos estes enfrentamentos.<sup>77</sup>

É na análise do poder em seu nível regional, local, que se baseia a teoria *queer* e que empreende a crítica às relações de poder geradas dentro dos próprios movimentos feminista e homossexual, partindo do pressuposto que pessoas que se encontram em situações econômicas, culturais e sociais privilegiadas, têm mais condições de liderar esses movimentos, numa dinâmica em que alguns discursos se tornam mais verdadeiros que outros<sup>78</sup>.

Alguns integrantes da RLI, antes de comporem a rede, criaram dentro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/RS), a Frente Única de Libertação Sexual (FULS), dedicada ao tema da não-monogamia. Percebiam que, dentro do partido, muitas pessoas mantinham relações não-monogâmicas às escondidas e questionavam essa prática, que chamam de traição. Segundo o depoimento de um ex-integrante da FULS:

A maioria eram homens que tinham um relacionamento fixo e aproveitavam as reuniões da juventude (do partido) para terem outras relações. Quer dizer, era escondido para as namoradas e escancarado para os outros. Nós começamos a questionar isso e a propor uma nova maneira de pensar. A gente não queria nem a fidelidade monógama, nem a descontinuidade do ficar. A gente queria o vínculo sentimental irrestrito a duas pessoas.

A resposta foi a hostilização pelos companheiros e companheiras de partido,

---

<sup>76</sup> Idem, p.93-95.

<sup>77</sup> Ibidem, p.104.

<sup>78</sup> PENEDO, Suzana López. **El Laberinto queer**. Barcelona: Egalets, 2008. p.27-28.

que frequentemente questionavam a utilidade desta discussão, a escolha dessa militância e se preocupavam com a imagem da corrente a qual estavam ligados: “Eles diziam: por que vocês não vão lutar por uma coisa útil para a juventude. Como a corrente vai ser vista por fora”?

É interessante notar como perdura nos partidos de esquerda brasileiros a noção de que existe uma grande luta, cujas bases são a identidade do proletariado e a luta de classes, sobre a qual todas as outras devem sucumbir por sua inferioridade. O evento ocorrido com os integrantes da FULS remete a situação vivida por um grupo de homossexuais de esquerda, em debate realizado em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), assim narrada por João Silvério Trevisan:

O auditório estava abarrotado. E nosso discurso político ainda não tinha amadurecido [...] Como era de se esperar as posições se encarniçavam. De um lado, estudantes e profissionais da esquerda universitária protestavam sua fidelidade ao dogma da luta de classes e ao carisma do proletariado. De outro nós reivindicávamos a originalidade de nossa discussão e independência de nossa análise, não abrangidas necessariamente pela luta de classes, mas nem por isso menos preocupadas com a transformação social. A primeira posição representava a “luta maior”, segundo a qual haveria prioridades revolucionárias [...] Diante dela, nós éramos a luta menor, portanto secundária, enquanto contraposição que ousava contestar isso que nos parecia uma sacralização da classe operária; na melhor das hipóteses, não passávamos de minorias - nome, aliás, da série de debates da qual estávamos participando<sup>79</sup>.

Segundo James Green<sup>80</sup>, este tipo de postura estava muito ligada à interpretação que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), hegemonicó até o começo dos anos 60, fazia da homossexualidade, um produto da decadência burguesa, segundo a tradição stalinista. Esta atitude foi responsável pelo ostracismo social de militantes e simpatizantes do partido que assumiam publicamente suas práticas e desejos homossexuais. Posturas “antigay” e “antifeministas”, dentro das organizações de esquerda eram também experimentadas e criticadas por Fernando Gabeira, durante seu exílio na Europa. Trinta e dois anos separam o episódio narrado por Trevisan e o vivido pelos integrantes da FULS. A juventude de esquerda, atualmente é hábil nas questões do feminismo e da homossexualidade, mas é incapaz de perceber que as relações de poder que operam sobre a mulher e

<sup>79</sup> TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.343.

<sup>80</sup> GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000. p.428.

as pessoas que têm práticas homossexuais fazem parte do mesmo conjunto de relações de força que operam sobre as pessoas que têm práticas sexuais e afetivas não-monogâmicas.

Situação semelhante ocorreu dentro da ala feminista da Democracia Socialista (DS) do Partido dos Trabalhadores (PT/RS), quando uma integrante do Família e Feminismo, grupo que antecedeu a RLI, propôs a pauta da não-monogamia para um congresso que se propunha a discutir o patriarcado. A proposição foi negada e rechaçada, primeiro em público e depois numa reunião fechada com três feministas, chamadas de “matriarcas do feminismo na DS”, por uma das testemunhas do ocorrido. Por que a não-monogamia não seria uma pauta feminista?

Judith Butler, teórica *queer*, critica a teoria feminista por ter assumido e ajudado a construir uma determinada identidade “mulher”, que “não apenas introduz os interesses e objetivos feministas dentro do discurso, mas também a converte no sujeito para o qual se procura uma representação política”<sup>81</sup>. E problematiza:

Por um lado a representação funciona como um término operativo dentro de um procedimento político que pretende ampliar a visibilidade e a legitimidade das mulheres como sujeitos políticos. Por outro, a representação é a função normativa de uma linguagem que, ao que aparece, mostra ou distorce o que se considera verdadeiro acerca da categoria mulheres<sup>82</sup>.

O evento narrado pelas integrantes da RLI ilustra a crítica de Butler. A mulher a quem os partidos acima referidos representam, no momento em que é proposta a pauta, é monogâmica. Sem esse pré-requisito não há possibilidade de diálogo nas bases do feminismo.

A estratégia para diminuir a resistência ao assunto, dessas e de outros integrantes da RLI, em sua maioria ligadas aos movimentos e partidos de esquerda, é engendrar a discussão por meio da teoria da família elaborada por Engels, com ênfase na questão da propriedade privada.

Ao estabelecer a crítica à teoria feminista, Butler não nega a importância do desenvolvimento de uma linguagem que represente a mulher, como estratégia

---

<sup>81</sup> BUTLER, Judith. *El gênero en disputa*. Barcelona: Paidós, 2007. p.46.

<sup>82</sup> Idem, p. 46.

política de promoção de visibilidade e do enfrentamento das desigualdades estabelecidas em razão do gênero, mas questiona a viabilidade de um sujeito de representação, especialmente a partir do conceito de sujeito em Foucault, constituído a partir de práticas de sujeição e de liberação.<sup>83</sup> Para o psicólogo, há dois sentidos para a palavra sujeito, aquele que “está submetido ao outro por controle e dependência” e o que está “ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si”<sup>84</sup>, num processo de subjugação, no qual o indivíduo é enredado por uma determinada forma de poder.

Nas palavras de Deleuze,

Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos “subjetivação”, no sentido de processo e, “Si” no sentido de relação (relação a si). E do que se trata? Trata-se de uma relação da força consigo (ao passo que o poder era a relação da força com outras forças), trata-se de uma “dobra” da força.<sup>85</sup>

Para se referir às práticas de sujeição, Butler alude às noções jurídicas de poder, sob a hipótese de serem as principais reguladoras da esfera política, em termos negativos de controle, proibição, proteção, num esquema em que produz os sujeitos que posteriormente representa.

Para a autora, o sujeito mulheres se baseia na crença política de uma categoria identitária universal, associada com a ideia de uma opressão universal exercida pelo patriarcado, destituída dos contextos histórico, cultural e social em que esta identidade foi produzida<sup>86</sup>. As chamadas opressões de gênero ocorrem em relação aos corpos masculinos, aos femininos, aos intersexos, quando esses não correspondem a suposta verdade inscrita em sua morfologia, sobre a qual também se interpreta o desejo.

Desde o conceito de que o pessoal é político, a teoria queer tem como objetivo a emancipação dos indivíduos, por meio do fomento do debate acerca da heteronormatividade e a promoção do respeito àqueles que escapam dessa norma. Desvincula-se do conceito tradicional de política, de base identitária, entendido como

<sup>83</sup> FOUCAULT, Michel. **Sexo, poder e indivíduo**: entrevistas Selecionadas. Desterro: Edições Nefelibata, 2005.

<sup>84</sup> FOUCAULT, Michel. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In.: FREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Un parcours philosophique**. Paris: Gallimard, 1984. p.297-321. Disponível em <<http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2011. p.5

<sup>85</sup> DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008. p116

<sup>86</sup> BUTLER, Judith. **El género en disputa**. Barcelona: Paidós, 2007. p.49

“a prática que se ocupa de resolver os conflitos coletivos e de criar coerência social, sendo o resultado de suas decisões obrigatórias para todos”.<sup>87</sup> Faz frente ao processo intitulado por Foucault de “governo pela individualização”<sup>88</sup>, aquele que tenta fixar no indivíduo uma identidade.

A filósofa Beatriz Preciado usa o termo multidões *queer* para descrever uma política que se posiciona criticamente em relação aos efeitos normalizadores e disciplinares de toda formação identitária e propõe o que chama de desontologização do sujeito da política das identidades:

[...] não há uma base natural (“mulher”, “gay”, etc.) que possa legitimar a ação política. Não tem por objetivo a liberação das mulheres da “dominação masculina”, como queria o feminismo clássico, porque não se baseia na “diferença sexual”, sinônimo de uma divisão fundamental da opressão (transcultural, transhistórica) baseada em uma diferença de natureza que deveria estruturar a ação política. [...] Opõe-se às políticas republicanas universalistas que permitem o “reconhecimento” e impõem a “integração” das “diferenças” no seio da República. Não há diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade das relações de poder, uma diversidade das potências de vida. Estas diferenças não são “representáveis”, uma vez que são “monstruosas” e põem em questão, por isso mesmo, não apenas os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saber científico dos “normais”.<sup>89</sup>

A teoria *queer* é, pois, um dos instrumentos da política *queer*, estratégia de poder feita a partir da resistência à heteronormatividade. Trata-se de um saber que enfrenta os discursos “verdadeiros” sobre o sexo, que corroboram com a manutenção do *status quo*. É um “saber sujeitado” que permite fazer a clivagem dos afrontamentos e das lutas mascaradas pelas organizações sistemáticas e pelos manejos funcionais<sup>90</sup>, através de uma crítica que nasce dentro dos movimentos de afirmação pela sexualidade.

<sup>87</sup> PENEDO, Suzana Lopez. **El laberinto queer**. Barcelona: Egales, 2008. p.28

<sup>88</sup> FOUCAULT, Michel. **Deux essais sur le sujet et le pouvoir**. In.: FREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Un parcours philosophique**. Paris: Gallimard, 1984. p.297-321. Disponível em <<http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2011.p.5

<sup>89</sup> PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n 1, p.11-20, jan./abr. 2011. p.18.

<sup>90</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.11

## 2 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SEXUAIS

“Vivemos a multiplicidade sexual e afetiva e pensamos nisto como um direito humano.” A frase, que integra o cabeçalho do *blog* Rede Relações Livres, importante meio de comunicação e de articulação do coletivo, indica a necessidade de uma revisão dos conceitos de direitos humanos e sexuais.

Este capítulo se inicia com a retomada dos conceitos de direitos humanos e de direitos sexuais que emergem no âmbito das conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU); passa a uma breve contextualização histórica acerca dos movimentos que se afirmam a partir da sexualidade, desde a década de 1960, e aborda os movimentos Relações Livres e Poliamor, agentes de discursos de resistência à monogamia compulsória.

Por direitos humanos se entende todo o conjunto de saberes e de poderes políticos, sociais, culturais e jurídicos que se assenta sobre o discurso de proteção a dignidade humana e que tem na Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas (DUDH), promulgada em 1948, sua principal base. Embora o tema anteceda tal declaração e o assunto tenha sido enunciado em documentos anteriores – a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), a Carta Americana de Direitos (EUA, 1791), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Colômbia, 1948) - a carta de 1948 institucionaliza o conceito internacionalmente e propulsiona a criação de outros pactos que tornam seu cumprimento juridicamente exigível, por meio do reconhecimento nas constituições e leis dos países que fazem parte do acordo.<sup>91</sup>

Além da exigibilidade jurídica, os direitos humanos (DH) são organizados sobre os pressupostos de inerência - a dignidade como condição intrínseca ao ser humano; universalidade – estende-se a todos os seres humanos, independente de sua condição histórica, geográfica, étnica, sexual, etária, ou social; irrenunciabilidade – não se pode transferi-los ou privar-se deles voluntária ou involuntariamente; integrabilidade – nenhum deles pode ser sacrificado a pretexto de se defender outro<sup>92</sup>.

O contexto de surgimento dos DH é o pós Segunda Guerra Mundial, numa resposta às atrocidades cometidas no conflito. Emergem numa sociedade de

---

<sup>91</sup> VARGAS, Regina. **Gestão social e direitos humanos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.3-9

<sup>92</sup> Idem, p.4

normalização, que busca regular o direito dos Estados-nação matarem. Sua elaboração é feita pela ONU, criada em 1945 pelos líderes políticos das grandes potências vencedoras do confronto, em sucessão a Sociedade das Nações, dissoluta em 1942, e decorre de uma extensa negociação entre os blocos socialista e capitalista que divergem quanto os direitos econômicos, sociais, civis e políticos<sup>93</sup>. Traça-se uma estratégia global, na qual a política é o meio privilegiado para a mediação dos conflitos, amparada pelo discurso da paz e da segurança mundial, das relações cordiais entre as nações, do progresso social e dos direitos fundamentais do ser humano, pautados pela dignidade e pela igualdade<sup>94</sup>.

A adoção dos pactos gerais obrigatórios deliberados a partir da DUDH - Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e seu Protocolo Opcional e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) - ocorre em 1966, vinte anos após sua promulgação, e passam a vigorar em 1976. Nesta negociação não há consenso entre socialistas e capitalistas: a maioria dos países do bloco socialista não assina o PIDCP e a maioria dos capitalistas não assina o PIDESC, oposição que perdura durante todo o período da Guerra Fria. Além dos dois pactos – PIDCP e PIDESC - e da DUDH, compõem a Carta Internacional de Direitos Humanos (CIDH) uma série de convenções, entre elas a Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1966); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade de Expressões Culturais (2005).

Ao mesmo tempo em que o discurso humanitário se difunde e se torna instrumento para lutas emancipatórias e políticas mais justas, os valores e pactos constantes da CIDH não impedem uma série de práticas contrárias ao proposto pelo documento, nem confrontos violentos, a exemplo do genocídio promovido pela invasão indonésia no Timor Leste, em 1975, cuja ação efetiva do Conselho de Segurança da ONU tarda vinte e quatro anos para acontecer, o que indica seus duplos critérios na avaliação das violações dos direitos humanos e o sacrifício dos direitos humanos em favor do desenvolvimento, como alerta Santos<sup>95</sup>. Neste campo

<sup>93</sup> TOSI, Giuseppe. O significado e as consequências da Declaração Universal de 1948. In.: **Capacitação de Educadores da Rede Básica em Direitos Humanos**, módulo 1.

<sup>94</sup> ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/es/aboutun/>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

<sup>95</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Tensões da modernidade ocidental. In.: **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.429.

de tensões e conflitos de interesses, a noção de direitos sexuais, que emerge no escopo dos DH, deve ser questionada sobre seu caráter emancipatório.

Em relação à sexualidade, os principais instrumentos internacionais de direitos humanos são voltados às mulheres, evoluem no sentido de afirmar a situação de vulnerabilidade em que se encontram e de criar mecanismos de garantia de seus direitos<sup>96</sup>. O fazem com base numa determinada identidade feminina e partem da ideia de direitos reprodutivos, saúde sexual e autodeterminação sexual e reprodutiva<sup>97</sup>. Duas conferências da ONU são especialmente emblemáticas sobre o tema: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, ocorrida no Egito e a IV Conferência Mundial da Mulher de Pequim, na China.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, realizada em 1994 e assinada por 184 países, entre eles o Brasil, é precursora do tema direitos sexuais, embora o termo não apareça em seu relatório final, senão nas ressalvas feitas pelos representantes dos países que são contrários ao conceito. Em todo seu texto o controle demográfico é apresentado como fator inerente ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável, ainda com argumentos bastante malthusianos, em conformidade com a biopolítica. A conferência é considerada inovadora, no entanto, por declarar o reconhecimento dos diferentes tipos de família presentes na sociedade, por vincular as decisões acerca da reprodução sexual aos pais, por dedicar amplo espaço à defesa da emancipação das mulheres e das meninas, para que sejam livres de discriminação e de violência.

A inclusão do aborto nas políticas de saúde da mulher, como forma de minorar a mortalidade feminina, especialmente nos países “menos desenvolvidos”, é um dos pontos polêmicos do documento. A Santa Sé, jurisdição eclesiástica da Igreja Católica, expressa reserva geral a todo o capítulo VII, dedicado à reprodução e à saúde reprodutiva, com especial atenção aos métodos anticoncepcionais, à prevenção da epidemia HIV/AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, às consequências do aborto inseguro e ao exercício da sexualidade. \*

Quanto ao aborto é curioso que, ao mesmo tempo em que o documento ressalta a importância de tratar a questão com “compreensão e humanidade”,

<sup>96</sup> RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.26, p.71-100, jul./dez. 2006. p.75

<sup>97</sup> CABAL, Luisa; LEMAITRE, Julieta; ROAS, Mônica (Ed). **Cuerpo y derecho: legislación y jurisprudencia em América Latina**. Bogotá: Temis, 2001.

\* A inserção do tema HIV/AIDS nos debates sobre direitos humanos é resultado direto da ação de organizações não-governamentais e grupos ativistas para politizar a questão.

declara que “em circunstâncias em que o aborto não contraria a lei, esse aborto deve ser seguro”, o que leva a inferir que nos casos em que o aborto não é permitido por lei, a insegurança é tolerada, com a recomendação de que as sobreviventes da prática tenham tratamento adequado em caso de complicações. Ainda assim, a se considerar todas as forças que tentam proibir o aborto em quaisquer situações, pode-se dizer que o discurso é, no mínimo, ousado. No Brasil, por exemplo, dos cerca de trinta e seis projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o tema, vinte e cinco são contrários à prática e, desses, mais da metade tentam restringir direitos já garantidos por lei, como a interrupção de gravidez decorrente de estupro ou que ofereça risco a saúde da mãe. A criação de um disque-denúncia específico para os casos de aborto ou o cadastramento de gestantes compõe o conteúdo desses projetos<sup>98</sup>. Atualmente, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o aborto, propõe mudanças no artigo 5º da Constituição Brasileira, que versa sobre a inviolabilidade da vida, com o acréscimo da expressão “desde a concepção”.<sup>99</sup>

Ao todo, dezenove países\*, além da Santa Sé, fazem reservas ao capítulo VII do Relatório do Cairo, preponderantemente no que ele se refere ao reconhecimento de famílias que escapam ao arranjo heterossexual, ao aborto e ao uso das expressões direitos sexuais e direitos reprodutivos. Os princípios de pluralismo e a laicidade são solenemente ignorados na declaração do representante de El Salvador, que sintetiza bem o teor das ressalvas dos países ocidentais, em sua maioria, latino-americanos:

---

<sup>98</sup> BRASIL SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Rumos para o Cairo +20**: compromissos do Governo Brasileiro com a Plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência Da República, 2009. p.33-34

<sup>99</sup> BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. **Frente Parlamentar apresentará PEC contra o aborto**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/SAUDE/196133-FRENTE-PARLA-MENTAR-APRESENTARA-PEC-CONTRA-O-ABORTO.html>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

\* Peru, Honduras, Guatemala, Paraguai, Nicarágua, El Salvador, Equador, Argentina, República Dominicana, Djibuti, Iêmen, Emirados Árabes Unidos, Síria, Filipinas, Afeganistão Irã, Malta, Egito e Brunei. Para mais informações consultar o Relatório do Cairo, 1994, p.124-135

[...] a vida deve ser protegida a partir do próprio instante da concepção. Além disso, por serem nossos países principalmente cristãos, consideramos que a vida é dada pelo Criador e não pode ser tirada a menos que haja uma razão que justifique sua extinção. Por esse motivo, no que diz respeito ao Princípio 1 do Programa de Ação, nós nos unimos à reserva da delegação da Argentina: consideramos que a vida deve ser protegida desde o momento da concepção. No que diz respeito à família, embora estejamos plenamente esclarecidos sobre o que está dito no documento, gostaríamos de fazer algumas reservas específicas sobre como a expressão “várias formas de família” deve ser interpretada, porque a união é entre homem e mulher, conforme definido em nosso Código de Família na Constituição de nossa República<sup>100</sup>.

Segundo a especialista em Direitos Humanos, Laura Davis Mattar, um dos maiores desafios do Cairo foi enfrentar a coligação entre fundamentalistas religiosos, Vaticano e alguns Estados muçulmanos, em sua tentativa de impor uma rígida agenda pró-natalista e sua oposição aos termos que sugerissem uma possível aceitação do aborto e do prazer sexual, assim como “a educação e os serviços para adolescentes, a existência de gays e lésbicas, bem como seus direitos, ou qualquer forma de família ou união fora da forma tradicional heterossexual”.<sup>101</sup>

Heteronormativo, com as identidades homem e mulher bem marcadas como os sujeitos de direitos do relatório, o plano de ação decorrente da Conferência do Cairo encontra resistências que ajudam a dimensionar o desafio na concepção de direitos sexuais abrangentes e direitos humanos respeitados em seus critérios de universalidade e integrabilidade.

As organizações não-governamentais são apontadas na CIPD como potentes parceiros dos governos na implementação do Plano de Ação do Cairo e de políticas públicas que se dirigem à população e ao desenvolvimento, assim como no acompanhamento e a avaliação sobre o cumprimento dos objetivos traçados no relatório. Tratadas como parceiras estratégicas por seu nível de influência, articulação e atendimento a clientelas que, por vezes, têm dificuldade de acesso aos meios oficiais para acessarem seus direitos, a elas são atribuídas importantes contribuições aos direitos humanos, especialmente entre aquelas que agem no campo de saúde sexual e reprodutiva, do planejamento familiar, do atendimento a

<sup>100</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Internacional sobre População e Desenvolvimento. Plataforma de Cairo.** Cairo, 1994. p.126

<sup>101</sup> MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n.8, jun. 2008. p. 71.

mulheres e de defesa de imigrantes e refugiados<sup>102</sup>. Ao lado das ONGs, pequenas menções são feitas aos movimentos e grupos “populares”. Juntos, ONGs e movimentos sociais têm enfrentado as posturas conservadoras que disputam o espaço no debate pelos direitos sexuais. O poder de barganha é proporcional ao grau de institucionalização dessas organizações e as mais conservadoras são também as que possuem mais recursos.

O impulso dado pela Conferência do Cairo na discussão sobre o exercício da sexualidade é retomado um ano depois na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na capital da China e popularmente conhecida como Conferência de Pequim. O conceito de gênero, a noção de empoderamento feminino e o enfoque na transversalidade - no sentido de tratar a questão de gênero como parte integrante das políticas públicas em todas as esferas de ação governamental - são apontados como inovações dessa conferência. Nela, a questão da demografia não é mencionada e o debate é orientado para os direitos sexuais, tratados como o exercício da sexualidade, livre de discriminação, coação e violência. Em seu parágrafo 96, o relatório diz:

Os direitos humanos das mulheres incluem seus direitos a ter controle e decidir livre e responsável sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências<sup>103</sup>.

Mattar questiona o tratamento dos direitos sexuais sempre em termos negativos; o cerceamento de certas práticas, como a discriminação ou a violência em razão das escolhas sexuais é privilegiado em relação à afirmação do desejo e do prazer sexual.<sup>104</sup> Para a autora, a influência da Igreja Católica é um dos principais obstáculos à positivação dos direitos sexuais, com grande responsabilidade também na restrição ao tratamento da temática às questões de saúde e reprodução. Do

<sup>102</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, 2004, p.108-109

<sup>103</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995.

<sup>104</sup> MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n.8, jun. 2008. p. 68.

ponto de vista jurídico, Rios<sup>105</sup> chama a atenção para a necessidade da criação de bases que superem as abordagens tradicionalmente repressivas e se pautem no livre e responsável exercício da sexualidade. Kate Sheill<sup>106</sup>, coordenadora da Campanha sobre Discriminação Baseada na Identidade, do Programa de Políticas e Avaliação do Secretariado Internacional da Anistia Internacional, alerta para a diferença entre o direito de “estar livre de”, cujo foco é a proteção contra doenças, danos e perigos e o direito de “ser livre para”, com foco no respeito às diversas expressões de sexualidade e de afeto. É nesse segundo sentido que a Rede Relações Livres empreende a sua luta e reivindica a não-monogamia como um direito humano<sup>107</sup>, conforme o texto publicado em seu *blog*:

Por muito tempo reivindicamos direitos sociais, políticos, e conquistamos muitos, com muita luta! É chegada a hora de falarmos e colocarmos em prática aquilo que ainda está oculto, o de termos o direito de vivenciar nossa vida afetiva e sexual plenamente com liberdade e autonomia.

Oculto não é melhor palavra para tratar o tema da não-monogamia, pois sua prática está difundida na sociedade, mesmo entre os que se colocam contra ela e mantém mais de um relacionamento afetivo e/ou sexual simultaneamente e às escondidas. Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em 2008, revela que entre as pessoas que declararam ter relações monogâmicas, 16% admitiram ter “traído” seus parceiros<sup>108</sup>. Não é exagerado supor que este número seria maior, se não se tratasse de uma conduta discriminada socialmente.

O discurso da RLI desnaturaliza a monogamia compulsória e a reivindica a expressão do afeto e da sexualidade múltiplas como direito. A luta se dá principalmente no campo da cultura, com a proposta discutir a hegemonia da monogamia. A pergunta feita por uma leitora do *blog* Rede Relações Livres diz: “Como pode vocês defenderem “liberdade e diversidade sexual” e ao mesmo tempo

<sup>105</sup> RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006. p.72

<sup>106</sup> SHEILL, Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as Nações Unidas? In.: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Org). **Questões de Sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p.95

<sup>107</sup> REDE RELAÇÕES LIVRES. **Ser uma Mulher Livre no Século XXI, o que significa?**. Disponível em: <<http://rederelacoestlivres.wordpress.com/2010/07/23/texto-mulher-livre/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

<sup>108</sup> GAZETA NO Povo. **Sexo casual cresce, mas proteção diminui, diz ministério**. **Gazeta do Povo**, 18/06/2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.php?id=897391>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

excluírem a monogamia como uma forma válida? Que cabimento tem se opor a pessoas apaixonadas vivendo uma relação a 2?" e é respondida assim pelo grupo:

[...] Não somos contra casal apaixonado ou relação a dois. [...] Compreenda bem isto – monogamia não quer dizer "ter um parceiro sexual": nós, por exemplo, podemos estar num certo momento sem ninguém e somos livres: não abstêmios. Podemos estar com só uma outra pessoa e somos livres: não monogâmicos. Podemos estar com duas outras pessoas e somos livres: não bígamos. [...]<sup>109</sup>.

Discursos que levam em conta a relação em detrimento da identidade sexual estão distantes dos empreendidos nas principais conferências sobre direitos sexuais realizadas pela ONU. Protecionista e identitária, por se aplicar somente aos direitos das mulheres, a Plataforma de Ação de Pequim, na opinião de Sheill, foi adotada principalmente para promover maior conscientização sobre os impactos da pandemia de HIV/AIDS e se distancia do que seria a realização plena dos direitos sexuais. Esta que deveria incluir, além da ausência de violência sexual e de serviços de saúde adequados e acessíveis, a garantia para que as pessoas desfrutem do prazer sexual, com o fomento de medidas antidiscriminatórias e do reconhecimento das múltiplas formas de parcerias. A autora propõe que sejam desafiadas as normas sociais que modelam o comportamento sexual e afirma que "o uso da retórica da vitimização e modelo protecionista dos direitos humanos são limitados no que podem oferecer os direitos sexuais"<sup>110</sup>.

Importa ressaltar que a retórica e o modelo criticado por Sheill nascem dentro dos próprios movimentos de afirmação da sexualidade e estão em variação contínua, como um jogo que se inverte e faz com que uma reivindicação se transforme em objeto de crítica dos agentes mesmo que a criaram. A autora revela que o esforço em contestar a distorção que os grupos conservadores fazem das reivindicações elaboradas pelas ONGs e movimentos sociais no sentido de ampliar

<sup>109</sup> REDE RELAÇÕES LIVRES. **Pergunta: um equívoco RLi?** Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/12/02/pergunta-um-equivoco-rl/>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

<sup>110</sup> SHEILL, Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as Nações Unidas? In.: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Org). **Questões de Sexualidade:** ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p.95

o conceito de direitos sexuais é tão grande que não sobra tempo para propor outras agendas.

Na disputa pelo discurso dos direitos sexuais na Conferência de Pequim, ao lado do Vaticano, um grupo de mulheres norte-americanas, intitulado Coalizão para a Família e as Mulheres foi responsável pela distribuição de panfletos que associavam tais direitos com a pedofilia, ao adultério e ao incesto.<sup>111</sup> Assim como no Cairo, em Pequim os direitos sexuais foram debatidos, mas suprimidos do texto final. Dez anos depois, em 2005, vários eventos foram realizados no intuito de fazer avançar o debate sobre direitos sexuais, entre eles as sessões anuais da Comissão sobre o Status da Mulher, da Comissão sobre População e Desenvolvimento e da Comissão de Direitos Humanos e a revisão de cinco anos das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), denominada Cúpula Mundial de 2005.

A tática utilizada na Comissão de Direitos Humanos por alguns Estados, entre eles os Estados Unidos, para manter a noção de direitos sexuais heteronormativos e a exclusão do direito ao aborto da pauta – reivindicação de muitos dos movimentos feministas, da RLI e de mulheres que, sem estarem ligadas a qualquer grupo, querem ter esse direito assegurado – é de não aceitação de nenhuma linguagem que não tenha aparecido previamente em resoluções negociadas internacionalmente<sup>112</sup>. Desta forma, importantes discussões e consensos ocorridos em nível regional sobre a temática perdem a força e o debate é atravancado.

No Brasil foi realizada, no final de 2009, a oficina “Compromissos do Governo Brasileiro com a Plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: Rumos para Cairo + 20”, na qual se debateram as medidas adotadas pelo governo para o cumprimento do Plano de Ação do Cairo, até 2014, com atenção aos temas acesso à contracepção segura e ao aborto legal, prevenção do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis e educação sexual das pessoas jovens. Nela, dados sobre a mortalidade feminina em decorrência do aborto e sua maior incidência entre mulheres negras, pardas e de baixa renda, adquirem o tom denúncia, assim como o tratamento desumano oferecido às mulheres pelos profissionais de saúde, mesmo nos casos de abortamento previsto em lei. Nesse

<sup>111</sup> MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n.8, jun. 2008. p.72

<sup>112</sup> SHEILL, Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as Nações Unidas? In.: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Org). **Questões de Sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p.95-96

debate sobre os direitos sexuais, assim como os demais encontros dedicados a analisar o binômio população/desenvolvimento, o termo de referência são as identidades: as mulheres, as crianças, as pessoas jovens, as que se afirmam a partir de sua orientação sexual – gays, lésbicas e bissexuais - e de sua raça ou etnia. O risco nesse tipo de política, já debatido no primeiro capítulo, é reiterado na argumentação do filósofo Hilan Bensusan, para quem “[...] as políticas ancoradas na identidade de pessoas a grupos são políticas que apelam para a experiência obrigatória e com um lastro intransferível de todos os membros do grupo”<sup>113</sup>, nas quais cada membro tem “obrigações para com a experiência supostamente compulsória do grupo”.<sup>114</sup>

Essa base, fortemente identitária da política de direitos sexuais, é um dos limites na expansão do conceito, ao mesmo tempo em que contradiz a própria política dos direitos humanos, que se propõe à universalidade de direitos. Sheill<sup>115</sup> alude à resistência de países conservadores – amparados por grupos conservadores da sociedade civil – em incluir os direitos sexuais dos homens na Plataforma de Ação de Pequim. Em confluência com a limitação do conceito, o juiz federal Roger Raupp Rios<sup>116</sup> propõe o termo “direito democrático da sexualidade” para o tratamento da temática, cujos parâmetros devem ser os princípios de igualdade de direitos, de liberdade e de respeito à dignidade. Segundo Rios, trata-se de uma perspectiva com maior capacidade de resposta aos desafios que o conjunto de temas relacionados à sexualidade produzem no contexto das sociedades democráticas contemporâneas por ir além do “catálogo das identidades”<sup>117</sup> e do tratamento subalterno reservado a elas.

No final de 2009, é lançado no Brasil o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), como decreto do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O documento inova ao incluir em seu texto a “desconstrução da heteronormatividade”, mas o faz atrelado a questão das identidades homossexuais. As ações

<sup>113</sup> BENSUSAN, Hilan. **Mais Confiança?** Disponível em <<http://vsites.unb.br/ih/fil/hilanb/papers/confian.pdf>>. Acesso em 30 de julho 2011.

<sup>114</sup> Idem

<sup>115</sup> SHEILL, Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as Nações Unidas? In.: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Org). **Questões de Sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p.96

<sup>116</sup> RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006. p.80

<sup>117</sup> Idem, p.83

programáticas do Objetivo Estratégico V<sup>118</sup>, que visam a “garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero” e o reconhecimento e “inclusão nos sistemas de informação do serviço público de todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” geram protestos das alas conservadoras da sociedade, especialmente da bancada dos evangélicos na Câmara dos Deputados.

O deputado federal Paes de Lira, do Partido Trabalhista Cristão (PTC/SP), que integra a Frente Parlamentar em Defesa de Vida, discursa:

[...] este linguajar, desconstrução da heteronormatividade, este linguajar circunvolutivo, pernóstico, ininteligível para o cidadão comum, na verdade quer dizer tentativa de impor a destruição do direito de educar as crianças de acordo com sua identidade biológica, menina como menina, menino como menino [...] <sup>119</sup>.

O discurso de Lira encontra respaldo no artigo 226 da Constituição Federal (1988), que define família por “união estável entre um homem e uma mulher”. Embora realize um pequeno avanço ao propor o reconhecimento das famílias constituídas por homossexuais, o PNDH 3 se equivoca ao tratar a heteronormatividade no âmbito restrito das homossexualidades. Se o programa pretende fomentar a desconstrução heteronormativa, deveria incluir também as relações que fogem aos arranjos binários.

As relações afetivas não-monogâmicas são tratadas legalmente no Brasil como prática de concubinato impuro, caracterizadas por relação estabelecida entre uma pessoa casada, com família constituída e outra, chamada vulgarmente de amante<sup>120</sup>. As relações poliamorosas ou livres, nas quais os parceiros consensualmente abrem mão da exclusividade, são ignoradas. Isso porque o Direito de Família é regido pelo princípio da monogamia e até pouco tempo punia com detenção pessoas casadas que tivessem relações extra-conjugais.

<sup>118</sup> BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Programa Nacional de Direitos Humanos**: PNDH 3. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, dez. 2010. p.99

<sup>119</sup> LIRA, Paes de. **Câmara dos Deputados. Sessão ordinária, 22/12/2009**. Disponível em:

<sup>120</sup> BENCKE, Carlos Alberto. **Partilha dos bens na união estável, na união homossexual e no concubinato impuro**. Disponível em: <[http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos\\_pdf/Carlos\\_Alberto\\_Bencke/Partilha.pdf](http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Carlos_Alberto_Bencke/Partilha.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2010.

O artigo 5º da Constituição Brasileira afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse princípio, inspirado na Declaração Universal de Direitos Humanos, por si só deveria ser suficiente para garantir que as expressões sexuais e afetivas de um indivíduo façam parte de sua liberdade de escolha, assim como o direito de não ser discriminado por isto. A Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), conhecida por criar mecanismos para punir a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, traz em seu texto uma perspectiva de família que corrobora, de certa forma, com a ampliação de direitos das famílias formadas além do arranjo casal heterossexual. De acordo com o artigo 5º, inciso II, parágrafo único, a família é “compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”<sup>121</sup>. Esse artigo não é referido senão em análises feitas na área própria do direito. A gestão social dos direitos sexuais é precária de tal forma que se justifica o surgimento de ativismos como a Rede Relações Livres e o Poliamor.

## 2.1 OS MOVIMENTOS PELA LIVRE EXPRESSÃO DA AFETIVIDADE E DA SEXUALIDADE

A emergência de movimentos políticos que se afirmam a partir da sexualidade é uma marca do final da década de 1960, nos países ocidentais. No Brasil, em plena ditadura militar, o feminismo reivindica a equidade de direitos para as mulheres, os homossexuais se organizam pela liberdade de expressão e os *hippies*, marco contundente da contracultura, empunham a bandeira da paz e do amor livre.

A possibilidade de gerenciar a reprodução pelo uso da pílula anticoncepcional, a instituição do divórcio, a entrada da mulher no mercado de

---

<sup>121</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). **Jus Navigandi**, Teresina, ano11, n.1225, 8 nov. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9138>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

trabalho, a cultura gay, provocaram transformações profundas nas relações afetivas, nos arranjos familiares e nos valores sociais<sup>122</sup>..

O clima de liberdade sexual, que marca as décadas de 1960 e 1970, é profundamente abalado nos anos 80 pelo aparecimento da AIDS, que tem entre suas primeiras campanhas preventivas o apelo à monogamia e ao medo da morte. Nesse período intensificam-se os estigmas sobre as pessoas de comportamento dito não-convencional: gays, prostitutas, promíscuos, michês, usuários de drogas injetáveis, *swingers* são classificados como grupo de risco. Homofobia e misoginia dão o tom do discurso, na época<sup>123</sup>.

Vive-se o pânico moral, um tipo de medo social dirigido a uma população ou a um tipo de comportamento, que a antropóloga Gayle Rubin define como o “momento político do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social”<sup>124</sup>. A luta não se abate por isto, ao contrário, leva ao recrudescimento das organizações que lidam com o tema da sexualidade. Com o avanço das pesquisas e com o ativismo das ONG/AIDS\* vai se afirmando que o risco de infecção está relacionado a determinados comportamentos, como a relação sexual desprotegida e o compartilhamento de agulhas, no uso de drogas injetáveis. O alto número de mulheres casadas, em relacionamentos supostamente monogâmicos, que contraem o HIV na década de 1990, contribui para a queda do mito da monogamia enquanto prevenção, e ajuda a desmantelar o estigma da “peste gay”; ao passo que o uso do preservativo apresenta-se como única medida eficaz contra a infecção pelo HIV, via sexual.

A passagem de grupo de risco para comportamento de risco carrega em si ainda a culpabilização do indivíduo<sup>125</sup>, enquanto os infectados por transfusão de sangue são tratados como vítimas, numa classificação entre transgressores e inocentes que não questiona o porquê da AIDS ter se difundido ao nível epidêmico.

<sup>122</sup> BARBOSA, Mônica. **Questões para o debate sobre a heteronormatividade nas relações afetivas:** um estudo de caso sobre a Rede Relações Livres. Disponível em: <[http://www.fazendo.genero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265380\\_ARQUIVO\\_monica\\_bar\\_bosa\\_FG9.pdf](http://www.fazendo.genero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265380_ARQUIVO_monica_bar_bosa_FG9.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2010.

<sup>123</sup> WATNEY, Simon. **Práticas de Liberdade:** escritos selecionados sobre o HIV/AIDS. Durham: Duke University Press, 1994. p.5

<sup>124</sup> RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In.: VANCE, Carlore (Org). **Placer y Peligro:** explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución, 1989. p.18

\* Auto-definição das organizações não-governamentais brasileiras que atuam no campo da AIDS.

<sup>125</sup> AYRES, José Ricardo C. M. Vulnerabilidade dos jovens ao HIV/AIDS: a escola e a construção de uma resposta social. In.: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Organizações como o *ACT UP* e o *Queer Nation*, nos EUA, o GAPA - Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS, no Brasil, intelectuais e artistas afetados pela síndrome, são potentes fomentadores do debate acerca das políticas de saúde para prevenção e tratamento da doença. A redemocratização do Brasil, com debates sobre cidadania do período pós-ditadura militar, faz com que o tratamento da AIDS ultrapasse o escopo técnico e se torne uma questão política e social, o que faz do país um ícone na luta contra a epidemia<sup>126</sup>.

O clima de terror que marca os primeiros anos da síndrome dá lugar à solidariedade com as pessoas infectadas; o discurso da morte iminente é substituído pelo do cuidado consigo e com o outro; o coquetel anti-AIDS acena com a qualidade de vida para os portadores do vírus. No âmbito dos direitos humanos, o problema introduzido pela epidemia abre uma agenda de discussão sobre a sexualidade em conferências internacionais organizadas pela ONU e, em 1996, é criado o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

Embora os avanços por uma política sexual equitativa tenham sido protagonizados pelos movimentos feminista e homossexual, outros grupos agem em prol da pluralidade sexual, desvinculados da identidade de gênero. É o caso do movimento Poliamor, surgido na cidade de São Francisco (EUA), na década de 1980, que se estende pela Europa, México e, recentemente, para o Brasil. Inspirado no amor livre defendido pelos *hippies*<sup>\*</sup>, o Poliamor afirma o estabelecimento de vínculos afetivos e sexuais entre mais de duas pessoas, o que intitula de não-monogamia responsável. O movimento defende que a estabilidade das relações afetivas não está vinculada a exclusividade afetivo-sexual e elabora o conceito de comparsão, que se refere ao sentimento de felicidade que a pessoa tem ao perceber que seu companheiro ou sua companheira está amando ou sendo amada por outra pessoa. Uma alegria que emerge dos enamoramentos possíveis numa constelação, nome que se dá aos arranjos afetivos no âmbito do Poliamor, já que casal não contempla a diversidade de relações que envolve a prática poliamorosa.

O ciúme é questionado, embora se admita que possa existir numa relação poliamorosa e se discuta como lidar com ele nos fóruns de debate que se articulam

<sup>126</sup> PARKER, Richard. **O vírus da AIDS contaminou o casamento.** O Estado de São Paulo, 06/12/2004. Entrevista concedida a Mônica Manir. Disponível em: <<http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=61475>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

\* A crítica feita pelo movimento Poliamor em relação ao amor livre é por uma suposta valorização deste último ao sexo, ao passo que o primeiro enfatiza a afetividade. Para mais informações consultar o site Poly Portugal: <http://polyportugal.blogspot.com>

virtual ou presencialmente. A compersão não é dada como uma capacidade que se adquire automaticamente ao se aderir a uma relação poliamorosa, mas algo que se pode alcançar nas relações e para a qual não existe uma fórmula. Abrangente e difuso, o Poliamor tem diferentes modos de ativismo, o que não permite qualquer generalização sobre sua ação, mas está presente em seu discurso a defesa do casamento entre mais de duas pessoas e a prática da polifidelidade, isto é, a restrição das relações afetivas e sexuais ao grupo que estabelece alianças afetivas.

A primeira Conferência Internacional sobre Poliamor é realizada em 2005, em Hamburgo, na Alemanha, país onde o conceito está bastante difundido, assim como nos Estados Unidos. A *internet* tem sido um potente meio de articulação do movimento. Em língua portuguesa se destacam os *blogs* PolyPortugal e Pratique Poliamor Brasil, que também se organiza em rede virtual homônima.

Em 2001, durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado na cidade de Porto Alegre (RS), numa proposta similar ao Poliamor, inicia-se o movimento Família e Feminismo, cuja ação culmina na criação da Rede Relações Livres (RLI), em 2009<sup>\*</sup>, a primeira organização do país a se dedicar exclusivamente ao tema do amor e da sexualidade em ações políticas e sociais de resistência à hegemonia heterossexual monogâmica.

Em comum, os dois movimentos, Poliamor e RLI, buscam dar visibilidade às suas práticas, oferecer apoio às pessoas que têm relacionamentos não-monogâmicos, combater o preconceito e fazer avançar o debate no espaço público sobre as alternativas à monogamia. Ou seja, fortalecer a resistência e o discurso contra a monogamia compulsória, facilitar a circulação de outros desejos, outras possibilidades amorosas, incrementar o espaço das relações, criar outros focos de poder-saber sobre o sexo.

A principal divergência entre os movimentos se dá em relação à polifidelidade e a conjugalidade, as quais a RLI se opõe. A rede Relações Livres defende a autonomia das pessoas para terem quantas relações quiserem, sem necessidade de autorização de seus parceiros e sem o estabelecimento de hierarquias entre as relações:

---

\* Em 2006, o Família e Feminismo passou a se chamar Grupo Relações Livres, organizando-se como rede em 2009

(...) a concepção de **relação livre** organiza a vida de tal forma que vivemos, a um só tempo, as relações afetivas estáveis, continentes, baseadas na densa amizade, mas também, e simultaneamente, as relações organizadas pelo prazer mesmo da atividade sexual, sem outra decorrência. Nossa estrutura não é pelo casual ou pelo estável, mas por uma livre combinação de ambos, que ainda permite outras intermediárias<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> REDE RELAÇÕES LIVRES. **Sexo, prazer e afetividade.** Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/05/15/ferramentas-%e2%80%b9-rederelacoeslivress-blog-%e2%80%94-wordpress/>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

### 3 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

As relações de poder que atravessam o corpo social estão baseadas na produção de verdades, sem as quais elas não se sustentam. As verdades sobre a sexualidade são analisadas neste trabalho e constituem a heteronormatividade ao passo que são constituídas por ela. Esta pesquisa busca produzir um corte no discurso dos movimentos sociais contemporâneos de afirmação da sexualidade. A monogamia compulsória é a problematizada por meio do discurso dos movimentos que a ela se opõem. Toma-se a resistência a este regime como ponto de partida, não como um opositor óbvio e consistente, mas como agente de novas produções discursivas, de novos focos de poder e de saber sobre o campo da sexualidade e da afetividade. Tal empreendimento é feito por meio da genealogia, procedimento do qual se utiliza esta pesquisa. Seguem-se nesse capítulo, após a exploração do procedimento analítico, abordagens dos conceitos de discurso e de resistência e, um “diário de bordo” elaborado durante a observação participante realizada junto a Rede Relações Livres, no qual o discurso do grupo é analisado. Reforça-se que os nomes dos participantes da pesquisa foram substituídos por questão de confidencialidade.

#### 3.1 A ABORDAGEM GENEALÓGICA

Conceito criado por Friedrich Nietzsche, retomado por Michel Foucault, a genealogia se ocupa daqueles conteúdos históricos que lançam luz sobre a clivagem das lutas, dos confrontos, ocultos nas sistematizações formais, ou nas coerências funcionais, que este último autor define como “saberes sujeitados”<sup>128</sup>. Saberes eruditos, legitimados por qualquer regime de verdade e saberes das pessoas, locais, regionais, hierarquicamente inferiores, desqualificados, porque insuficientemente elaborados nos níveis requeridos pela ciência e pelo conhecimento, potentes pela contundência que opõem a todos os que o rodeiam<sup>129</sup>.

A genealogia pode ser definida como a luta do saber erudito e do saber das pessoas, pela qual se constitui o saber histórico das lutas e de sua utilização nas

<sup>128</sup> FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.11

<sup>129</sup> Idem, p.12

táticas atuais, possível somente pela revogação dos discursos englobadores e de seus efeitos centralizadores<sup>130</sup>. Rompe com a idéia da continuidade e se apóia numa idéia de saber não como compreensão, mas como ruptura. Seu campo são as condições políticas, as transformações ocorridas segundo a inteligibilidade dos confrontamentos e não de uma origem estável e linear. Os sentimentos, os corpos, os valores estão em constante devir, modificados pelos acontecimentos<sup>131</sup>.

Segundo Foucault, por acontecimento é necessário entender

não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta<sup>132</sup>.

É na ruptura de evidências, e no questionamento das verdades tidas como indubitáveis, “sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas”<sup>133</sup> que a genealogia procede a acontecimentalização, seu instrumento de análise teórico-política. Acontecimentalizar é examinar um determinado evento segundo os processos múltiplos que o constituem, levando em conta suas distinções, a diferença entre as redes e níveis aos quais os eventos pertencem, a reconstituição dos fios que religam os eventos e que os fazem engendrar-se. Trata-se do exame dos jogos de força, das estratégias que se formam num dado momento, num processo definido por desmultiplicação causal.<sup>134</sup>

Na acontecimentalização a genealogia mostra seus dois âmbitos: a proveniência e a emergência. A proveniência mostra o percurso dos corpos, nos quais a história registra os acontecimentos e os modifica: ela põe em questão a suposta coerência identitária, o essencialismo, a verdade, o ser. Produzida pela exterioridade dos acidentes e pela heterogeneidade deles, ela é o ponto de articulação entre corpo e história.<sup>135</sup> A emergência é o interstício no qual se criam e se mostram os estados de força. Aí o jogo de forças no qual se produzem sistemas de regras, cujo manejo pode inverter a qualquer momento as posições. Este lugar de

<sup>130</sup> Ibidem 13-14

<sup>131</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.27

<sup>132</sup> Idem, p. 28

<sup>133</sup> FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits. 1954-1988**. Paris: Editions Gallimard, 1994. p.20-34

<sup>134</sup> Idem, p. 23

<sup>135</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.21-22

afrontamento não é um campo fechado, com adversários em posição de igualdade<sup>136</sup>. As diferentes emergências que se podem demarcar, não são figuras sucessivas de uma mesma significação, são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas.<sup>137</sup>

A genealogia é, pois, a história do devir da humanidade, desta série de interpretações que se apropria de um sistema de regras, pela força, e as cliva. A “história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos”<sup>138</sup> como emergências reveladas em acontecimentos “no teatro de procedimentos”<sup>139</sup>.

A dominação se fixa em um ritual nos diversos momentos da história, gera conjuntos de regras, direitos, ensina e modifica os corpos. Este conjunto de regras é destinado a satisfazer a violência inerente às próprias regras: as guerras não se esgotam em suas contradições e se deixam suprimir pelas leis de paz civil, elas reativam os jogos de dominação por meio das regras, daí a afirmação de Foucault de que

o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que a utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras<sup>140</sup>.

A história vem ensinando aos corpos a monogamia, como regime de verdade do amor. Neste discurso, o amor verdadeiro é um sentimento constante, estável e dirigido a uma única pessoa de cada vez. Se há total condescendência quando se trata de relações que não envolvem o sexo, como a amizade e o parentesco, o mesmo não se pode afirmar nas relações de casal, centradas em um par.

A fidelidade é ritualizada há séculos, nas cerimônias de casamento cristão: “prometo amar-te e respeitar-te, ser fiel a ti, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença...” Palavras gravadas na memória de uma população, pacto selado perante a sociedade, tornado público o que é do âmbito da intimidade, como se vive o amor e o sexo. Linhas de escape existem e são chamadas de adultério, considerado crime até 2005, no Brasil, com pena de detenção de quinze dias a seis meses, para

<sup>136</sup> Idem, p.24

<sup>137</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.26

<sup>138</sup> Idem

<sup>139</sup> Ibidem

<sup>140</sup> Ibidem, p.25

cônjugue e amante. Discriminada no país, a prática move processos que advogam ações indenizatórias para a vítima, a que foi traída, sob a alegação de danos morais. Outros circuitos econômicos se organizam sobre o tema da infidelidade: reportagem do jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS), intitulada “Os caçadores de infiéis”<sup>141</sup>, afirma que 80% dos clientes dos detetives particulares, os procuram para investigarem casos de infidelidade conjugal. Nem a lei, nem o mercado são pontos de partida para determinar práticas, tampouco para reprimi-las, são parte de um conjunto de regulamentações que incidem sobre a afetividade e a sexualidade, que as normalizam.

Não é evidente que o amor se faça somente aos pares, não é evidente que o equilíbrio social se assente sobre a família monogâmica. Também não é evidente que os discursos em prol da não-monogamia sejam eficazes na ruptura das normas que regulam a afetividade e a sexualidade. É na busca das singularidades dos discursos empreendidos pelos agentes não-monogâmicos, aqueles que propõem a prática baseada no consenso sobre a não exclusividade entre os participantes da relação, que se procede a análise genealogia neste trabalho. Faz-se necessário, para tal análise, clarificar o conceito de discurso, aqui tratado como um dispositivo.

O discurso não é mera tradução das lutas que compõe a história humana, ele próprio é artefato de luta, instrumento de poder, atravessado por uma vontade de verdade anônima e polimorfa, passível de transformações regulares, dada num jogo de dependência.

As práticas discursivas se corporificam institucionalmente, adentram os esquemas de comportamento, os tipos de transmissão e de difusão, as formas pedagógicas que as impõem e as sustentam.<sup>142</sup> Se transformam de maneira singular, de forma que não se pode atribuir seus câmbios a uma descoberta individual, nem tampouco caracterizá-los como uma mudança coletiva de mentalidade ou de atitude. Suas transformações articulam um conjunto complexo de modificações, que se dão “seja fora dela (nas formas de produção, nas reportações sociais, nas instituições políticas), seja nela (nas técnicas de determinação dos objetos, no afinamento e no ajustamento dos conceitos, no acúmulo de informação),

---

<sup>141</sup> BEVILACQUA, Viviane. Os caçadores de Infiéis. Caderno Donna, **Zero Hora**, 30 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/donna/19,206,2793402,Os-cacadores-de-infieis.html>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

<sup>142</sup> FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. 1954-1988. Paris: Editions Gallimart, 1994. p. 241

seja ao lado delas, dentro de outras práticas discursivas".<sup>143</sup> São efeitos de princípios de exclusão e de partilha simultâneas.

Foucault cita três grandes sistemas de exclusão que incidem sobre o discurso: a palavra interdita e a partilha da loucura, que silenciam as vozes desqualificadas, e a vontade de verdade, que disciplina as vozes. Os dois primeiros se conduzem em direção este último, a vontade de verdade, o que a intensifica. A vontade de dizer o discurso verdadeiro revela um desejo de poder, maquinaria destinada a excluir, a utilizar a própria verdade como máscara<sup>144</sup>. Disto se pode inferir que os discursos verdadeiros devem ser interrogados, as universalizações questionadas, principalmente quando se arrogam da ciência para se fazerem verdadeiras. Há que se interrogar que saber foi construído para construir as narrativas ditas verdadeiras.

Recentemente, teve ampla divulgação na mídia brasileira uma pesquisa realizada pelo cientista Satoshi Kanazawa, da *London School of Economics and Political Science*, renomada universidade inglesa, intitulada *Why liberals and atheists are more intelligent?*<sup>\*</sup> Com base na *Savanna-IQ Interaction Hypothesis*, conceito criado na psicologia evolutiva<sup>\*\*</sup>, que busca traçar uma “teoria geral da inteligência”, Kanazawa afirma que os indivíduos mais inteligentes são mais propensos a adquirir e defender novos valores e preferências evolutivas - tais como o liberalismo, o ateísmo e, para os homens, a monogamia - do que pessoas menos inteligentes<sup>145</sup>. De acordo com a “teoria geral de inteligência”

o cérebro humano é constituído de diversos domínios específicos, compostos por mecanismos psicologicamente evoluídos para resolver problemas adaptativos recorrentes da espécie humana, que engendram preferências, desejos, cognições e emoções, motivam comportamentos adaptativos no contexto do ambiente ancestral.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> Idem

<sup>144</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem dos discursos**. *L'Ordre du discours*, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

<sup>\*</sup> Por que os liberais e os ateus são mais inteligentes?

<sup>\*\*</sup> Linha de estudos em psicologia que explora os valores e comportamentos humanos a partir da concepção de uma natureza humana universal e de suas interações com o meio ambiente, de acordo com Kanazawa (2010).

<sup>145</sup> KANAZAWA, Satoshi. Why liberals and atheists are more intelligent?. **Social Psychology Quarterly**, Londres, v.73, n.1, p.33-57, 2010. p.33

<sup>146</sup> Idem, p.35

Tomando os comportamentos ancestrais como base, Kanazawa defende que pessoas mais inteligentes, isto quer dizer, como alto quociente de inteligência (Q.I.), buscam o que chama de “novidade evolutiva”, que seria o comportamento diferente do ancestral. Postulando isto como verdade, ele parte do pressuposto que, se na ancestralidade os valores dominantes se referiam a crenças religiosas, a economia estritamente tribal e a poligamia dos homens, a novidade evolutiva consite em ser liberal, ateu e, no caso dos homens, ser monogâmico.

O termo “liberal”, adotado por Kanazawa (2010), é o corrente nos Estados Unidos para definir oposição ao conservadorismo. Por sua hipótese, o ser humano é projetado pela evolução para ser altruísta somente com seus parentes genéticos, com as pessoas com as quais realiza trocas, com membros de sua comunidade e de sua etnia. Uma atitude política que se expresse pelo investimento de recursos privados em programas de interesse público, cujo objetivo é o bem estar social de pessoas com as quais não se tem relação estreita – nos EUA identificada por liberalismo - é considerada uma novidade evolutiva<sup>147</sup>. A religiosidade é tomada, pelo autor, como parte de um comportamento ancestral que atribuía significado sobrenatural a fenômenos que ameaçam a sobrevivência da espécie e que tinham sua causa desconhecida. O ateísmo, presente em dezenove das sociedades pesquisadas por Kanazawa, todas ex-comunistas, é novidade evolutiva, tratado como produto do comunismo no século XX. A monogamia masculina constitui novidade evolutiva na medida em que o autor constata que a poligamia foi praticada por homens durante a maior parte do tempo na história da evolução humana.<sup>148</sup>

Pesquisas que se baseiam na evolução da espécie para explicar valores e comportamentos, destituídos dos contextos político, social, cultural e econômico em que se produzem, em si já são problemáticas, por analisarem supra-historicamente os acontecimentos, por tratarem de um ser humano constante e unitário, vivendo num presente que é nada além de espelho do passado. Aqui a função histórica funciona para recolher sobre si mesma a diversidade do tempo, de forma que “nos permitiria nos reconhecermos em toda a parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma de reconciliação; uma história que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo”<sup>149</sup>. O sociólogo Boaventura de Souza Santos chama

---

<sup>147</sup> Ibidem, p.38

<sup>148</sup> Ibidem, p.40-41

<sup>149</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.26

de “monocultura do tempo linear” uma história que segue em única direção, numa linha do tempo que leva ao desenvolvimento, à evolução, ao crescimento, à globalização<sup>150</sup>, que possui um encadeamento lógico, destituído dos acasos, dos acidentes, dos eventos, das linhas de força que atravessam o corpo social. Como alerta Bensusan,

a suposição de que há uma medida de inteligência nos oferece uma maneira de classificar as pessoas e com elas tudo o que pensam; e um atalho curto para descartar observações que surgem de uma sensibilidade diferente da nossa (se a consideramos inferior).<sup>151</sup>

A pesquisa de Kanazawa é peça eficiente de uma maquinaria para engendrar três ideias: o liberalismo, caminho único capitalista, o ateísmo, no momento em que a religiosidade aumenta no planeta, e a monogamia a ser praticada pelos homens e exigida de suas companheiras. Há cinco elementos na produção de seu trabalho a serem acentuados: a monogamia como categoria de análise, o público composto por 20.745 adolescentes e jovens, o local de aplicação das entrevistas, os Estados Unidos, a alta percentagem de pessoas que nunca se casaram a responderem a pesquisa, calculada em 81,1%.

Para avaliar a monogamia enquanto novidade evolutiva, Kanazawa (2010) elabora a seguinte questão:

Utilizando uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa nada importante e 10 significa extremamente importante, o quanto importante você acha que o elemento a seguir é para um casamento bem-sucedido? Ser fiel, ou seja, não traindo seu parceiro com outras pessoas.

A pergunta trata de um “casamento bem sucedido”, no qual fidelidade é um elemento a ser considerado e “ser fiel” significa não trair o parceiro. O autor não explica o que é um casamento bem-sucedido, mas tratando-se da sociedade ocidental, pode-se afirmar que é um conceito heteronormativo.

Para avaliar a relação entre monogamia e inteligência, Kanazawa usa o termo fidelidade. No entanto, a fidelidade pode ser pactuada entre mais de duas pessoas.

<sup>150</sup> SANTOS, Boaventura de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2011. p.13

<sup>151</sup> BENSUSAN, Hilan. Sobre quem não pode falar (sobre alguns aspectos de um não-conformismo cognitivo). **Revista ETHICA**, Rio de Janeiro, v.13,n.1, p.191-203, 2006.

Fidelidade, segundo Houaiss, é “[...] respeito por alguém ou algo; lealdade, constância nos compromissos assumidos com outrem [...]. Este tipo de comprometimento não é exclusividade das relações monógamas. Ativistas do Poliamor criaram o termo polifidelidade para descrever as relações que se dão em grupos fechados, nos quais as pessoas envolvidas pactuam fidelidade entre elas. Fidelidade pode ser tratada também como lealdade e se pode ser leal a quaisquer pactos afetivo-sexuais.

O público escolhido para responder sobre o casamento foi composto por adolescentes que cursam a *middle school* e a *high school*, entre os anos de 1994 e 1996. Dos 20.745 entrevistados na primeira etapa, 15.197 são ouvidos novamente entre os anos de 2001 e 2002, quando têm entre 18 e 28 anos. O fato de 80,1% do público nunca ter se casado expressa a tendência heteronormativa monogâmica nas respostas, uma vez que a maioria nunca teve este tipo de relação com alguém.

A pesquisa ocorre nos Estados Unidos, epicentro do capitalismo mundial, durante o governo do liberal Bill Clinton (1992-2001), que sucede George Bush e interrompe o ciclo de doze anos do Partido Republicano no poder. O desemprego e a recessão econômica marcam o fim do governo Bush e, possivelmente, influenciam a resposta afirmativa para o liberalismo.

A difusão da pesquisa na mídia é outro evento que merece análise. A imprensa brasileira cala sobre o ateísmo e o liberalismo na maioria das vezes, embora eles estejam no título da pesquisa. Quando fala, fala pouco. A colunista Martha Medeiros, do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, escreve:

Afora as imutáveis diferenças hormonais que determinam o comportamento sexual de machos e fêmeas, o aspecto cultural pode realmente estar passando por uma evolução. Os homens mais inteligentes (cuja pesquisa inclui também ateus e politicamente liberais, mas nisto ninguém se atreve) são aqueles que estão atentos as transformações sociais e que se deram conta de que vale mais ter uma mulher incrível ao lado do que uma coleção de biscoitos, e resolveram reduzir a farta distribuição de sementinhas (espermatozoides). Sendo homens seguros, não precisam copiar o padrão machista de seus pais e avós<sup>152</sup>.

A colunista se fia na pesquisa de Kanazawa e na ideia de que o comportamento sexual é determinado por hormônios. E que o “aspecto cultural” em evolução é “reduzir a farta distribuição de sementinhas (espermatozoides)”. A

---

<sup>152</sup> MEDEIROS Martha. Fiéis e inteligentes. **Jornal Zero Hora**, 10 mar. 2010.

cultura não evolui, transforma-se. O discurso de Kanazawa é binarista, quando concebe que a monogamia é partilhada entre um homem e uma mulher, é essencialista quando toma a ancestralidade para explicar comportamentos concebidos socialmente, é racista quando afirma a superioridade da inteligência de um ser sobre o outro, é redutor quando universaliza suas conclusões. Já para Martha Medeiros, as mulheres que se relacionam com homens que já tem uma parceira são “biscates”, palavra pejorativa usada geralmente para designar o que está fora do esquema tradicional. E assim ela moraliza as condutas sexuais, tratando “o homem seguro” como aquele que tem ao seu lado “uma mulher incrível”. Na mesma linha, o Jornal Nacional, em edição veiculada no dia 1º de março de 2010, faz a chamada para reportagem:

“[...] E um outro estudo que foi divulgado hoje vai render muita discussão, porque investiga simplesmente a relação dos homens com a fidelidade”.<sup>153</sup>

E em seguida, na abertura da reportagem:

Um homem, uma só mulher, pelo menos se o homem for inteligente. É o que diz o estudo divulgado hoje pela *London Schools of Economics*, uma das mais renomadas escolas de economia e ciências políticas do mundo. [...] Os pesquisadores explicam que os homens mais cultos avaliam melhor os prós e os contras da traição. A pesquisa conclui que esta relação entre a fidelidade masculina e a inteligência é um sinal de evolução. Para o homem primitivo a promiscuidade ajudava a multiplicar a tribo. Para o homem moderno o mais importante é a estabilidade da relação e a família. O dado mais polêmico se refere às mulheres: os cientistas não encontraram evidências semelhantes em relação ao comportamento feminino. No caso delas trair ou não trair não seria uma questão de inteligência, apenas de vontade e de oportunidade.

O *status* da universidade funciona como aval para atribuir verdade ao discurso produzido pela pesquisa. O adjetivo culto, não mencionado na pesquisa, funciona como sinônimo de inteligência. A difusão tem um caráter pedagógico. Ela ensina que as pessoas não-monogâmicas não são inteligentes ou são menos inteligentes que as monogâmicas. Num mundo no qual só os mais preparados, os mais inteligentes, os mais cultos, as raças mais qualificadas sobrevivem, na sociedade onde se opera o racismo de Estado, elas devem morrer, mesmo que só socialmente, pela desqualificação. São pessoas cujas vozes não merecem ser

<sup>153</sup> GLOBO.COM. **Pesquisadores estabelecem relação entre fidelidade e inteligência.** Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1220747-7823-PESQUISADORES+ESTA+BELECEM+RELACAO+ENTRE+FIDELIDADE+E+INTELIGENCIA,00.html>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

ouvidas. É a operação do biopoder pelo discurso apoiando e apoiado pelas instituições família, casamento, ciência, pela mídia.

Enquanto o apelo ao “casamento bem sucedido” ou à monogamia inteligente para o homem é repetido pelas mídias, o comportamento sexual feminino fiel ou infiel “não seria uma questão de inteligência, apenas de vontade e de oportunidade”. Os recortes, a seleção da informação, os comentários acontecem no sentido do reforço da heteronormatividade. O homem inteligente é o heterossexual, monogâmico, capitalista liberal e ateu. Assim o ateísmo corroboraria a instituição que reivindica com mais contundência a prática da monogamia, a Igreja. Transexuais, transgêneros, travestis, gays, lésbicas são excluídos do universo de pesquisa, dos discursos a respeito da afetividade, do casamento, da família. Um ponto de dispersão ocorre quando, na reportagem do Jornal Nacional, uma das entrevistadas diz “ser homem, mulher, homossexual, a pessoa inteligente não trai”. Se, por um lado, o homossexual é incluído no discurso, por outro, reforça a ideia de que pessoas inteligentes, independente de sua orientação sexual, são monogâmicas.

O discurso da monogamia se apóia no discurso do amor verdadeiro, da saúde, na prevenção à AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, e tem seu lugar privilegiado no direito, como princípio organizador do Direito de Família, no Brasil, é base para a regulação das partilhas de bens, na distribuição das heranças, e chega de onde menos se espera, apoiado por enunciados científicos, como descrito acima.

A não-monogamia, por sua vez, reivindicada durante a chamada revolução sexual, no fim dos anos 60, do século passado, sob o título de amor livre, constitui uma resistência a esse modelo. Por que essa luta se dilui? Por que ela se reedita institucionalizada, seja no movimento Poliamor, seja em organizações como a Rede Relações Livres? Quais as potencialidades e limites desta institucionalização? Ela rompe com a heteronormatividade ou amplia o campo heteronormativo ao incluir novos parceiros sob a norma de fidelidade múltipla? Se o dispositivo da monogamia, que vem sendo construído há séculos, se apresenta com certa clareza, quais são os eventos que compõem a luta pela não-monogamia? Quais são as relações de força que operam a monogamia compulsória na sociedade? Quais são as estratégias, as táticas empregadas pela resistência?

Frequentemente tratada como um domínio exterior às relações de poder, a resistência faz parte delas e ajudam a sustentar as correlações de forças que operam no meio social. Elas constituem o adversário irredutível, os nós da rede de poder, cujos focos se disseminam com densidade irregular no tempo e no espaço e, por vezes, inflamam o corpo social, os comportamentos, produzem clivagens na sociedade. Quando codificadas estrategicamente, podem detonar uma revolução. Pontos de resistência não são fixos. Móveis e transitórios se pulverizam e atravessam estratos sociais e unidades individuais, assim como as relações de poder atravessam as instituições.<sup>154</sup>

Trata-se de analisar o discurso da sexualidade produzido no jogo e pelo jogo das relações de poder, que tornam possíveis os efeitos de resistência, o reforço de alguns termos e o enfraquecimento de outros.<sup>155</sup> Nesta trilha, torna-se indispensável empreender as “prescrições de prudência” propostas por Foucault<sup>156</sup>:

a) regra da imanência (inerência), pela qual a análise deve partir dos focos locais de saber-poder. As técnicas de saber e as estratégias de poder são interrelacionadas, mesmo que se articulem a partir de suas diferenças. Se as relações de poder instituíram a sexualidade como um dispositivo e um âmbito na produção de conhecimento, isto só ocorreu porque foi possível investir sobre ela técnicas de saber e de procedimentos discursivos, que lhe são inerentes. A investigação deve se dar a partir de “focos locais”;<sup>157</sup>

b) regra das variações contínuas: não buscar um detentor do poder na ordem da sexualidade, nem quem é privado dele, nem quem está autorizado a saber sobre ou está condenado à ignorância. As relações de poder-saber são matriz de transformações. Analisar o sistema de modificações que as correlações de força implicam por meio de seu próprio jogo: “distribuições de poder” e “apropriações de saber” são cortes instantâneos em processos, seja de esforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão de relação, seja do aumento simultâneo dos dois termos”;<sup>158</sup>

---

<sup>154</sup> FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.105-107

<sup>155</sup> Idem, p.107-108

<sup>156</sup> Ibidem, p.110

<sup>157</sup> Ibidem, p.108

<sup>158</sup> Ibidem, p.109

c) regra do duplo condicionamento: “foco local” e “esquema de transformação” precisam de uma estratégia “de conjunto” que funciona apoiada em relações precisas de fixação e suporte;<sup>159</sup>

d) as relações e as estratégias não são descontínuas, nem homogêneas. A análise deve partir do pressuposto que a estratégia é duplamente condicionada através da “especificidade das táticas possíveis” e as táticas são condicionadas pelo “invólucro estratégico” que as faz funcionar. A família é um exemplo utilizado por Foucault para ilustrar esta regra: embora ela não reproduza a sociedade, por sua característica insular, o dispositivo familiar serviu de suporte para manobras como o controle de natalidade malthusiano e psiquiatrização do sexo em suas formas não genitais;<sup>160</sup>

e) regra da polivalência tática dos discursos: o discurso não pode ser analisado como projeção dos mecanismos de poder, mas como articulação de poder e saber. Série de segmentos descontínuos, o discurso possui uma função tática disforme e instável. Assim, ele pode ser artefato e efeito do poder, como também entrave e resistência ao poder, de forma que um mesmo discurso pode inverter-se, em posição estratégica, segundo o contexto em que é produzido. É esta multiplicidade de produções discursivas e dispersas que necessitam ser recompostas para a análise, e isto só pode ser realizado avaliando o discurso segundo sua produtividade tática – que efeitos de poder e de saber recíprocos se proporcionam neste embate – e em sua integração estratégica – que circunstância e que correlação de forças torna necessária seu uso, segundo cada episódio dos diversos confrontos produzidos.<sup>161</sup>

### 3.2 PERCURSO REDE RELAÇÕES LIVRES EM PESQUISA

A escolha da observação participante - situação de pesquisa em que observador e observados se encontram em uma relação face-a-face, na qual a coleta de dados se dá no ambiente de vida dos observados, que interagem num

---

<sup>159</sup> Ibidem, p.110

<sup>160</sup> Ibidem, p.110-111

<sup>161</sup> Ibidem, p.111-113

dado projeto de investigação<sup>162</sup> - na Rede Relações Livres se dá pela possibilidade de análise dos comportamentos, das expressões, dos discursos que acontecem nos espaços de convivência do grupo e de como a produção discursiva se incorpora institucionalmente. A apreensão dos acontecimentos no momento e no local em que ocorrem é uma das vantagens desta técnica, ao passo que a possível dificuldade de aceitação de um observador pelo grupo é apontada por Quivy e Campenhoudt<sup>163</sup> como um de seus limites. A imersão no contexto organizacional da RLI, para mim, não era um problema.

O primeiro contato com o trabalho da Rede Relações Livres aconteceu por meio do *blog* RLI, em dezembro de 2009, depois de tomar conhecimento da existência do grupo através de uma cientista social. Pouco tempo depois, a RLI divulgava sua participação na caminhada de abertura do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, em que tive o primeiro contato pessoal com dois membros fundadores. Tive a oportunidade de participar também de ações políticas importantes da RLI, como a “Oficina de Multiplicidade Sexual e Afetiva como um Direito Humano”, realizada no Acampamento da Juventude, do FSM, em Novo Hamburgo. Em 23 de janeiro de 2010, no Mercado Público de Porto Alegre, Pedro e Clarice contaram-me como surgiu o RLI e o que era para eles “relações livres”. A conversa começa um pouco antes da panfletagem realizada por eles na caminhada do FSM.

A história da RLI começa com uma intervenção no primeiro FSM, realizado em Porto Alegre, em janeiro 2001. Com o nome Família e Feminismo, o grupo propõe uma discussão sobre as formas de família concebidas fora do arranjo monogâmico. Em 2006, o grupo muda de nome para Relações Livres e, em 2009, passa a chamar-se Rede Relações Livres, também com uma mudança em sua concepção. Sobre a criação da RLI, diz um dos membros fundadores “que uma de suas motivações ao criar o grupo era formar um espaço de normalidade, onde pudesse compartilhar suas experiências”.

A questão suscitada neste primeiro encontro é: se o objetivo da RLI é engendrar ações políticas e sociais em torno da não-monogamia, porque o grupo

---

<sup>162</sup> SERVA, M.; JAIME, JR. P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.1, p.64-79, mai/jun., 1995. p.69

<sup>163</sup> QUIVY, Raimond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998. p.23

não se une ao Poliamor, movimento internacional, que inicia uma rede no Brasil? A polifidelidade, preconizada pelo Poliamor como prática de fidelidade entre parceiros que estabeleceram alianças afetivas, é contestada pelos integrantes da RLI: na polifidelidade “se funda outra monogamia”, na qual “ao invés do parceiro ser fiel a um, tem que ser fiel a dois ou três”. Apontam que o discurso de resistência enfraquece quando afirma vantagens nas relações exclusivas, as mesmas que são alvo de críticas do movimento ativista.

Nestes primeiros contatos, a organização manifesta o interesse em participar da pesquisa, pela possibilidade de difusão de sua luta frente ao dispositivo da monogamia e pelo *status* que uma pesquisa acadêmica pode trazer à organização, em fase de institucionalização. Pouco tempo antes desta intervenção, o grupo havia sido procurado por uma mestrande de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se propunha a realizar com eles uma etnografia. Passada a etapa preliminar de coleta de dados, a estudante comunicou ao grupo sua desistência e alegou que sua orientadora teria se recusado a orientar tal pesquisa devido ao envolvimento da pesquisadora com a temática abordada pela RLI. A frustração e a indignação do grupo com esta experiência operam com um facilitador da nova interlocução. A partilha de concepções de amor e de sexualidade múltiplas, ou não-monogâmicas, entre o grupo e mim, como pesquisadora, também ajudou na aproximação.

Minha negociação de entrada no grupo se dá com a proposta de realização de um processo participativo, que consiste em minha imersão na vida RLI, de forma que as reuniões sistemáticas da organização passam a ser agendadas nas datas em que eu estou em Porto Alegre – na ocasião, estudava em Salvador e trabalhava na capital gaúcha, o que garantia nosso contato, pelo menos, uma vez por mês. Em geral, antes das reuniões há um almoço, um jantar, um café para os quais fui convidada e que foram ricos para a observação, porque espontâneos. Assim, aos poucos, vou conhecendo o grupo e sendo conhecida por eles. Nestes primeiros encontros, por maior que seja o acolhimento, estava ciente de percorrer um novo território, cujos códigos ainda não dominava. Fundamental neste processo é a intermediação de Pedro, um dos fundadores do grupo, que exerce também ali um tipo de liderança. De acordo com o antropólogo William Foote Whyte<sup>164</sup>, a presença

---

<sup>164</sup> WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.301

de “informantes-chave”, no processo de observação participante é a garantia do bom acesso a localidade ou ao grupo social pesquisado.

Durante a coleta de dados, em referência a experiência com a estudante de Antropologia, Alexandre, integrante do grupo, diz:

- Contigo é diferente porque tu está pesquisando, mas tu também é da tribo. A gente não sente essa estranheza do de fora.

Apresentei ao grupo meu interesse de discutir sexo e afetividade do ponto de vista do desenvolvimento. Apresentei também minha principal fonte, naquele momento: a teoria elaborada por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento é ampliação das liberdades reais ou substantivas que as pessoas desfrutam e que dependem das disposições sociais, econômicas e dos direitos para se concretizarem<sup>165</sup>. Grosso modo, o autor considera a pobreza como a privação de escolhas, situação na qual os valores sociais são tão ou mais importantes que a renda para definir um determinado quadro de miséria. Outra fonte é o Relatório do Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2004, sob o título *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, e inspirado nos conceitos de Sen. Quando apresentei esta perspectiva de desenvolvimento, nova para o grupo, houve surpresa e certo encantamento, que é mais tarde problematizado por Alexandre, estudante de Economia. Ele me alerta:

- É interessante, mas tem que ser estudado com cuidado, porque tudo que eu vi até hoje, da ONU, do PNUD, sobre desenvolvimento, vem cada vez com uma cara diferente. É cultura, é paz, mas no fundo o objetivo é um só, o desenvolvimento capitalista, que é algo que a gente não quer.

Segundo o Relatório *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*:

Liberdade cultural tem a ver com a expansão das escolhas individuais e não com a preservação de valores e práticas como um fim em si mesmo, com submissão cega à tradição. Cultura não é um conjunto cristalizado de valores e práticas. Recria-se constantemente, à medida que as pessoas questionam, adaptam e redefinem os seus valores e práticas em função da mudança das realidades e da troca de idéias.<sup>166</sup> [...] A democracia é a única forma de governo consistente com todas as liberdades humanas e os direitos humanos, incluindo liberdades e direitos culturais. A democracia faz pouco para acolher interesses minoritários. Democracias muito desenvolvidas têm ignorado reivindicações<sup>167</sup>

<sup>165</sup> SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: CIA das Letras, 2007. p.23

<sup>166</sup> PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**: liberdade cultural num mundo diversificado. São Paulo: Queluz: 2004. p.4

<sup>167</sup> Idem, p.37

A primeira questão que se coloca diante de tal afirmativa é sobre em qual conceito de democracia ela se assenta. A resposta está no próprio relatório quando, ao criticar os movimentos fundamentalistas, afirma que “[...] a conciliação política pode, geralmente, moderar as fontes de conflito e fortalecer a democracia liberal<sup>168</sup>. E diz, ainda, que “a manutenção de uma sociedade liberal<sup>\*</sup> depende do respeito pelo Estado de Direito, da atenção dada às reivindicações políticas e da proteção dos direitos humanos fundamentais – mesmo os das pessoas más.”<sup>169</sup>

A democracia liberal, segundo Boaventura de Souza Santos<sup>170</sup>, é “baseada na privatização do bem público, por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata [...].” O autor defende a ampliação da democracia participativa e atribui protagonismo aos grupos sociais subalternos neste processo de luta contra a “trivialização da cidadania”, que tem no enfrentamento ao patriarcado uma de suas estratégias. O Fórum Social Mundial, onde nasce a RLI, é um destes espaços de formação e articulação de redes transnacionais de democracia participativa.

Os debates com os integrantes da RLI e a constante revisão de meus conceitos teóricos contribuem para questionar o procedimento de observação participante, o processo de construção da própria dissertação, em marcha, e da própria pesquisadora. A análise do aspecto sociocultural do desenvolvimento, meu ponto de partida, cede à análise de uma sociedade de normalização, que se apropria do próprio discurso do desenvolvimento para operar seus controles. Entender o que é esta sociedade de normalização torna-se fundamental para que eu possa pôr em causa meus pressupostos.

Meu encontro com as teorias, ditas pós-feministas, e meu desejo de pesquisar um tema pouco abordado no campo do Desenvolvimento e da Gestão Social está relacionado com a minha experiência de vida, com as indagações e conflitos que se tornaram parte de meu caminho por adotar uma prática não convencional em minhas relações amorosas, as alegrias e sofrimentos que decorreram de viver o afeto e a sexualidade de modo não-hegemônico. Meu

---

<sup>168</sup> Ibidem, p.74

<sup>\*</sup> Grifo meu

<sup>169</sup> Ibidem, p.10

<sup>170</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.32

percurso individual conduz à produção de interações e intertextualidades, processo no qual o conhecimento é também auto-conhecimento<sup>171</sup>.

Segundo Santos,

as trajetórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas) os valores, crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. No entanto, este saber suspeitado ou insuspeitado, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos dos nossos trabalhos científicos.<sup>172</sup>

Na casa de Pedro, principal ponto de encontro da RLI, ocorreram a maioria de minhas participações e é também com a ajuda dele que pude reunir os integrantes do grupo focal, posteriormente. Naquela fase, tornava-se comum, para o grupo, a organização de excursões à comunidade naturista Colina do Sol, localizada no município de Taquara, a 72 km de Porto Alegre. Certo *folder* de divulgação da comunidade sofre crítica de Pedro:

- Lá você vai ver velhinhos, crianças, gente gorda. Este tipo de propaganda afasta as pessoas, é o oposto da proposta do naturismo, que é a libertação do corpo desses padrões estéticos.

A prática do naturismo da comunidade é pautada numa conversa com integrantes da RLI, para a análise da regra de só entrarem na Colina do Sol casais ou mulheres desacompanhadas e da repressão enérgica das possíveis ereções masculinas. Os “RLIs” argumentam a defesa das restrições: a liberação da entrada para homens desacompanhados faria proliferar o ingresso deles; a permissão de homens com o pênis ereto no espaço público induziria a ideia de um parque voltado à prática sexual. Ambas afastariam mulheres e famílias da comunidade. Se a ereção peniana é apenas uma reação orgânica a um determinado estímulo, a excitação sexual faz parte da relação livre com o corpo. A exclusiva entrada de homens por meio de casais heterossexuais, na Colina do Sol, é uma manifestação clara da heteronormatividade monogâmica. Um par homossexual masculino está proibido de ingressar ali, a menos que esteja acompanhado de duas amigas, que se façam

<sup>171</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.** [online]. v.2, n.2, p.46-71, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 28 jul. 2011. p.67

<sup>172</sup> Idem, p.68

passar por namoradas. Um par homossexual feminino não sofre restrições de entrar. E quanto às relações afetivas não-monogâmicas? Esta atitude não faz parte do mesmo dispositivo que regula a monogamia? Não está clara a armadilha da identidade neste contexto?

Um dos riscos da constituição da identidade de um movimento social é o da formação do gueto e da assunção de ações seletivas, a favor de quem está inserido num modelo pré-determinado. É recorrente no discurso da RLI a identidade grupal:

O que é ser um RLI? O RLI é solteiro? O RLI pode ser casado? É ético um RLI se envolver com uma pessoa casada que não assume para seu parceiro ou sua parceira que tem outra relação?

O grupo se arrisca a tornar-se um dispositivo domesticado, engessado com a criação ou a proposição de normas, que restringem as muitas maneiras de viver livremente o sexo e afetividade múltiplos. Por que definir o que é ser um RLI é importante? Como viver uma relação livre, numa sociedade hegemonicamente monogâmica? Quais os artefatos disponíveis na sociedade para lutar contra discriminação? Como uma pessoa que almeja ter relações livres pode se posicionar estrategicamente na relação com uma pessoa casada? Existe uma única maneira de viver não monogamicamente? O casamento aberto, a relação aberta, o poliamor, as relações livres, quando regrados, com identidade própria, com características definidas e tipificáveis, tornam-se classificáveis, o que vai pondo limites claros, como se pode constatar a partir do texto “Eu não quero seu namorado!!!”, divulgado no *blog RLI*:

Levo a sério minha liberdade e o desejo de me relacionar com quem também seja livre, o que exclui quem tem namoro (fechado) ou casou. Quero e faço abertamente a disputa da consciência das pessoas a respeito das relações livres, o que nada tem a ver com desrespeitar as escolhas das pessoas: está namorando? Casou? Viva as consequências da sua escolha: não vou ser eu que vou promover aquela escapadinha. Escapadinha é próprio ao mundo da monogamia: retrato da hipocrisia e uma válvula para aliviar a pressão e dar continuidade a relações sufocantes corroídas por vícios e rotinas.

O texto prescritivo trata o afeto e o desejo como instâncias totalmente passíveis de controle. Ensina como deve se comportar um membro da RLI, dentro de uma “relação livre”, reforçando as prescrições monogâmicas para a promoção do sexo decente, do amor verdadeiro. Os acordos monogâmicos assumidos numa

relação devem balizar todas as outras? Assumir a identidade RLI é a única possibilidade de ter uma relação não hipócrita e isenta de “vícios e rotinas”? A primeira versão do texto “Ser uma mulher livre”, apresentada no III Universo Livre, faz uma análise apressada da questão da desigualdade de poder que atravessa as relações sociais, e da maneira de viver a sexualidade, sobre a possibilidade de ter ou não ter mais de um parceiro sexual ao se referir às “putas”: “[...] a maioria delas é muito mais livre e plena que uma mulher casada”. A criação de uma identidade RLI exclui qualquer possibilidade de relacionamento com os “não-livres” e é um ponto de afrouxamento da resistência. A frase “Eu não quero seu namorado” é um reforço do código moral que regula a monogamia e coloca as relações sob tutela. A RLI assume a co-responsabilidade pela manutenção das relações monogâmicas ao colaborar com a regra da exclusividade monogâmica.

Enquanto grupo, a RLI aceitava apenas pessoas que praticassem “relações livres”, sob os critérios de participação e de militância. Como afirma Bensusan, sobre grupos que se baseiam na identidade para definir o pertencimento de seus membros, “é como se cada pessoa tivesse obrigações para com a experiência supostamente compulsória do grupo”<sup>173</sup>. Segundo um dos integrantes, “o grupo era como um partido, a pessoa era ou não era RLI [...]”. O processo de articulação em rede, iniciado em 2009, “[...] se organiza dentro do conceito de rizoma, é fluida, inclui não militantes, está aberta a quem pratica, quer praticar relacionamento livre ou quer apenas conhecer o movimento”.

A RLI constitui-se num coletivo em rede<sup>174</sup> formado por pessoas que chegam à organização por meio do *blog* *Rede Relações Livres*; as que têm seus contatos cadastrados e participam de um *mailing list*<sup>\*</sup>; as que participam dos eventos organizados por eles e os movimentos que tratam de questões afins, como é o caso do Pratique Poliamor Brasil, que remete leitores ao RLI através de seu *blog* e vice-versa.

O *blog* RLI, até agora, tem caráter mais informativo, com agendas e comentários a respeito das ações e eventos organizados pelo grupo. Traz também

<sup>173</sup> BENSUSAN, Hilan. **Mais Confiança?** Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/fil/hilanb/papers/confian.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

<sup>174</sup> SCHERER-WARREN. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In.: DIAS, Leila Cristina; SILVA Leandro Silveira da. (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005. p.35

\* Termo usado para descrever uma lista de contatos, cujo objetivo é manter seus integrantes informados sobre as ações da organização.

artigos sobre não-monogamia, assinados por psicanalistas como Regina Navarro Lins, Wilhelm Reich e José Ângelo Gaiarsa e divulga produções acadêmicas, livros, filmes e músicas que tratam do tema. Há pequenos *posts* produzidos por seus integrantes, publicados com frequência cada vez maior, e comentados pelos leitores, além de respostas a perguntas e críticas enviadas ao grupo. Por meio da *internet* há intensa conexão da RLI com seu público. Mobilizam-se os encontros presenciais e se divulgam ações políticas importantes, como as ações no Fórum Social Mundial e no II Encontro de Mulheres da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um braço do movimento começa a se articular em Santa Maria (RS), resultado direto da ação da RLI no FSM 2010.

Os coletivos em rede são partes constitutivas dos movimentos sociais, propulsores de ações políticas à medida que proporcionam a conexão dialógica entre indivíduos, organizações e movimentos, elementos fundamentais no fortalecimento da resistência contra os discursos hegemônicos<sup>175</sup>. Entre as principais dimensões destacadas por Scherer-Warren<sup>176</sup> a serem analisadas nas formas de sociabilidade que se articulam nas redes, três são especialmente interessantes no contexto da RLI: a estratégica, a solidária e a cognitiva.

Por meio do *blog* RLI tem sido possível ao grupo a promoção do diálogo entre o tradicional e o contemporâneo, a criação de novos contatos virtuais e presenciais, o fomento de intensas e abrangentes relações sociais e a difusão de ações políticas, que se inserem em sua dimensão estratégica, para lidar com a estigmatização. A possibilidade de compartilhar experiências e estratégias para lidar com as próprias emoções e para gerir múltiplas relações afetivas e sexuais abre um campo de criatividade coletiva, de invenção compartida, de amor enquanto processo. A rede tem, pois, uma dimensão solidária. Na dimensão cognitiva, a RLI age na construção de novas narrativas sociais que valorizam um comportamento, em geral, tratado como desprezível, e são descentradas da figura do casal e da monogamia como destino inevitável do encontro amoroso. Diante dos deslocamentos humanos provocados pela globalização da economia, esta discussão é ainda mais pertinente. Ao se ampliar a circulação de pessoas se ampliam também as possibilidades de encontros e de vivência de mais de uma paixão, de mais de um amor. A *internet* é, pois, outro facilitador de encontros na sociedade contemporânea.

---

<sup>175</sup> Idem, p.36

<sup>176</sup> Ibidem, p.40-45

No estudo “Ciborgue Zapatista”, de Abdel-Moneim<sup>177</sup>, o autor menciona as redes virtuais como importantes instrumentos. Segundo ele, “[...] a resistência virtual pela circulação de lutas através de textos multimídia inspira e fortalece os ativistas desse movimento, fisicamente engajados na resistência, assim como esses ativistas inspiram e fortalecem a resistência virtual.”

É o que se verifica no caso da RLI, que vivencia um aumento do número de acessos em seu *blog* e de pessoas em suas reuniões presenciais, simultaneamente e agrupa militantes na organização de ações sociais. Dos 1.800 acessos contabilizados em abril de 2010, o *blog* tem hoje (junho/2011) cerca de 10.000. O salto quantitativo no número de acessos se deu, especialmente, após a exibição de uma reportagem sobre o grupo, em abril de 2011, no programa Teledomingo, da RBS, afiliada da Rede Globo, no Rio Grande do Sul.\*

Apresento a seguir um “diário de bordo”. A expressão, importada da etnografia descreve um tipo de registro no qual o pesquisador registra os pormenores de sua atividade em campo.

**26/01/10 – Oficina de Multiplicidade Sexual e Afetiva como um Direito Humano**  
**Local: Acampamento da Juventude no Mundo da diversidade B - Fórum Social Mundial, Novo Hamburgo (RS)**

Um debate promovido pelo Coletivo Antissexista Corpos em Revolta, que “discute e defende a desconstrução de gênero” \*\*, foi promovido no local onde ocorrerá a intervenção da RLI. A oficina, de uma hora, coordenada por Pedro e Cléo, inicia com a proposta de debater relações livres, um conceito que valoriza a autonomia das pessoas. O debate é orientado pela pergunta: “o casamento monogâmico é um destino fatal das relações afetivas ou é o “não casamento” que deve ser conquistado”? Várias são as intervenções do grupo:

(Participante 1) - O reforço da monogamia sobre os estereótipos de gênero, na qual a monogamia para as mulheres é valorizada, enquanto para os homens a não-monogamia é incentivada e eleva seu *status* na sociedade.

---

<sup>177</sup> ABDEL-MONEIN. S. G. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.7, n.1-2, p.39-64, 2002. p.60

\* A reportagem encontra-se disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=pv-xm-9h60l&feature=player\\_embedded#at=34](http://www.youtube.com/watch?v=pv-xm-9h60l&feature=player_embedded#at=34)>. Acesso em: 20 jun. 2011.

\*\* Descrição extraída do blog Corpos em Revolta. Disponível em: <<http://corpos-em-revolta.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Há o relato de um fato ocorrido no acampamento no dia anterior ao encontro: um jovem agrediu a namorada porque a teria visto beijando outro rapaz. Há indignação geral com agressão e com o fato de ter ocorrido dentro do Acampamento da Juventude do Fórum Social Mundial, cujo *slogan* “Um outro mundo é possível”.

(Participante 2) - O pior era que tinha caras que justificavam a agressão porque a menina provocou os ciúmes do namorado. O ciúme é também é um problema nas relações não-monogâmicas.

(Pesquisadora) – O ciúme é natural, mesmo nas relações em que não há acordo de exclusividade.

(Pedro) - Isto que pensamos “ser natural” é o que Reich chama de pulsão infantil e está associado à sensação de abandono que a criança sente quando é deixada no berço pela mãe.

A análise do caráter, em Wilhelm Reich, se baseia em vários pressupostos psicanalíticos, a repressão é um deles. Já Foucault, na análise das relações de poder, aponta a faceta produtiva delas e a proliferação discursiva na disciplinarização do sexo. A relação de forças, na qual aconteceu o ciúme, é um foco local de poder-saber. Numa cultura em que as relações amorosas estão sujeitadas ao controle monogâmico e impregnadas pelo discurso de um único amor verdadeiro, ver o parceiro ou a parceira com outra pessoa parece encaminhar para esse desfecho da agressão por ciúmes, reforçado por uma ampla produção cultural: as telenovelas, as músicas, a literatura e a mídia em geral agem como encorajadores da relação de poder expressida pelo ciúme. Trata-se de uma cultura em que o descontrole sobre a vida do parceiro não é facilmente admitida, mesmo por aqueles que se dispõe a enfrentá-la. As reações violentas de ciúme expressam esse domínio.

As pressões sociais podem quebrar a resistência:

(Participante 3) - Pior que o ciúmes é o preconceito. Comigo e com minha namorada estava tudo bem, mas toda vez que alguém a via com outra, vinha logo me contar e se eu não tivesse uma reação imediata de indignação logo me acusavam de não amá-la e quando eu falava que para mim “ok” ela estar com outra pessoa, então... eu sentia um duplo preconceito: por ser lésbica e por não ter uma relação monogâmica. Então eu desisti. Agora a gente tem uma relação monogâmica, que não é o ideal, mas eu me sinto menos discriminada. Eu queria saber o que vocês pensam disso.

Gayle Rubin chama de pirâmide erótica a relação social na qual o topo é ocupado pelos heterossexuais reprodutores casados, seguidos em ordem decrescente pelos heterossexuais monógamos agrupados em casais, pelos casais de gays e de lésbicas em relações estáveis e nas categorias mais baixas, as que estão nas margens da respeitabilidade, os gays e lésbicas promíscuos, ainda numa posição privilegiada em relação aos e às transexuais, aos e às travestis, aos e às fetichistas, aos e às sadomasoquistas, aos e às trabalhadores do sexo. A vivência do estigma e a ausência de respeitabilidade são apontadas pela autora como experiências, cuja intensidade é proporcional ao lugar que se ocupa na pirâmide. Quanto mais próximo do topo, mais se é recompensado socialmente.<sup>178</sup>

(Cléo) – Não sinto ciúmes do meu companheiro, pelo contrário, eu me chateio quando uma mulher “dá um fora” nele, quando ele volta triste para casa porque “se deu mal” numa paquera.

(Participante 1) – Eu estou emocionado com este relato porque, para mim, amar é se sentir feliz com a felicidade do outro.

Este sentimento de felicidade com a alegria de quem se ama é a chamada comparsão. Pedro cita a psicanalista Regina Navarro Lins, autora de “A cama na varanda”, que discute as novas formas de relacionamento no século XXI, problematiza a questão do ciúme e menciona a existência de sociedades que não têm a monogamia como princípio, como os Na, também conhecidos como Mosuo, da China. Foi divulgado o Universo Livre, encontro organizado pela RLI, para o sábado, dia 30 de janeiro de 2010.

Pedro surpreende-se com o público:

- É raro encontrar pessoas tão abertas à proposta da não-monogamia, como as que vimos hoje no encontro. E eu acredito que isto, provavelmente, se deve ao fato de ser um grupo já disposto a “desnaturalizar as questões de gênero”, que é a proposta do Corpos em Revolta.

A interação destes dois grupos de resistência, RLI e Corpos em Revolta, remete-me ao comentário de Boaventura de Souza Santos sobre o protagonismo de grupos sociais subalternos na luta contra a “trivialização da cidadania”.<sup>179</sup>

<sup>178</sup> RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In.: VANCE, Carolare (Org). **Placer y Peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución, 1989. p.18

<sup>179</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.32

**30/01/10 – III Encontro Universo Livre: a convergência das culturas não monogâmicas. Local: Casa de Pedro, um dos fundadores do RLI**

O III Encontro Universo Livre: a convergência das culturas não-monogâmicas é estrategicamente agendado para ocorrer durante o FSM, numa atividade paralela ao evento. Os temas programados para este encontro, conforme o *folder* do evento, são: “A Revolução Sexual de 1968: para além das lembranças e dos esquecimentos, por onde passa a emancipação sexual no século XXI” e a vídeo-conferência internacional “Identidade das culturas não-monogâmicas (Porto Alegre/São Paulo/Lisboa)”.

Para Pedro, o conceito de revolução é inadequado para referir ao que ocorreu em 68, pois o que se teria observado seriam algumas rebeliões inspiradas pelo mapa teórico traçado por Marx e Engels, até a primeira metade do século XX. Reich e Marcuse seriam a referência na área da sexualidade, na segunda metade do século, ao questionar a mudança de alguns comportamentos.

O único representante do movimento Poliamor faz uma provocação:

- Tudo bem, bacana a história da Revolução Sexual, mas e aí, eu queria saber se vocês têm alguma proposta, porque debater isso, eu quero saber da prática.

Pedro responde que, na prática, além das reuniões, a RLI está realizando ações, como esta do Fórum Social Mundial, a participação em encontros feministas e a produção do *blog*, que é apresentado naquele momento.

Uma das participantes, de Santa Maria, afirma sua relação aberta com seu namorado e diz que quer se unir à RLI por se identificar com a proposta. Haveria em sua cidade outras pessoas aderentes ao tema. É aventada a hipótese de um Universo Livre naquela cidade, que se concretiza meses depois.

A vídeo-conferência com o grupo Poly Portugal não se realiza por falta de contato entre os grupos para articular o evento. O Universo Livre termina com a convocatória para outro evento, no qual a RLI participaria, o Encontro Diversidade, realizado uma vez ao ano para reunir “setores em debates de gênero, sexualidade, direitos humanos, novas formas de relação etc”<sup>180</sup>. A data prevista era 02/04/2010.

A dedicação de parte do encontro ao tema da Revolução Sexual, com a apresentação de conceitos teóricos que a embasam, é parte de uma estratégia do

---

<sup>180</sup> Extraído do folder de divulgação, produzido pelo RLI

grupo para situar historicamente a luta pela não-monogamia. É através do acoplamento dos saberes eruditos com as práticas de vida não-monogâmica que a RLI engendra sua crítica à monogamia compulsória.

**11/02/2010 – Reunião do RLI para discutir a produção do próximo Universo Livre e do Encontro Diversidade. Local: Casa de Pedro**

O objetivo desta reunião, com sete membros da RLI, é discutir a possibilidade de realização do próximo Universo Livre ser realizado em Santa Maria (RS). A organização de ações políticas e sociais da RLI, em geral, se faz com estas sete pessoas, que formam um núcleo de coordenação.

Alexandre, um dos primeiros integrantes da RLI, propõe que se avaliem os custos, local e a quantidade de pessoas, para justificar uma saída de Porto Alegre e logo surge a proposta de fazer o evento paralelo a Feira Latino Americana de Economia Solidária (FLAES), que seria realizada junto a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em julho. A pauta do próximo Universo Livre deveria ser discutida com as proponentes, também responsáveis pela divulgação.

Daniel, integrante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propõe que a divulgação seja feita também junto aos participantes da FLAES, com as pessoas casadas que estarão ali e justifica:

- Os pais oprimem os filhos para que constituam uma família. É importante que eles participem desta discussão.

(Clarice) - Tô fora!

(Pedro) - Já tentamos isto e não dá certo. Nossa tema é tabu até entre as pessoas que estão discutindo sexualidade.

A pressão familiar para a manutenção da monogamia observa-se entre o próprio grupo, quando se revela, entre a maioria, que suas famílias desconhecem a maneira como conduzem suas relações afetivas. Se há esforço para ajudar as pessoas não-monogâmicas a saírem da “invisibilidade”, no domínio da família ascendente a prática permanece invisível. A confessionalidade é, pois, tratada de maneiras diferentes a depender do contexto.

É proposta, por Beatriz, a realização de um cine-debate entre os dias 18 de março, com a exibição do filme *Splendor: um amor em duas vidas*. Segundo Beatriz, “o único filme RLI com final feliz”. São propostos também: a) que se retome a constituição de uma organização não-governamental (ONG). Esta seria uma

estratégia de fortalecimento institucional; b) a construção de um espaço de convivência comunitária, no sítio de propriedade de Pedro, que viria a ser o Sítio RLI; c) a realização de uma oficina de Brincadança, dedicada a expressão corporal, no qual o foco seja o trabalho com o corpo para o maior desfrute da sensualidade e do erotismo. De acordo com Simone, “o objetivo desta oficina é desmontar os estigmas da sensualidade e sexualidade nas relações”; d) a produção de conteúdo para o *blog*, com a postagem do verbete “amor subversivo” e de um texto com o tema “maternidade livre”, elaborado por uma integrante que é mãe e a elaboração de um sistema de encontros ao estilo de redes sociais como *Facebook* e *Orkut*; e) a participação do grupo no Encontro Diversidade: valeria a pena, se já há um segundo Universo Livre programado para o ano? Para Clarice, o encontro não se justificaria pela falta de adesão de outros grupos:

- Com o movimento LGBT não dá nem pra tomar um café. Se o debate vai ficar só entre nós, não há porque gastar energia com isto. O primeiro encontro foi ótimo, no segundo a qualidade já caiu um pouco e o terceiro foi uma negação. A falta de diversidade empobrece o debate.

A dificuldade de estabelecer diálogo e parceria com outros grupos, dentro dos movimentos pela afirmação da sexualidade, aponta para um processo de guetificação, no qual se excluem todos os que divergem de seu regime de verdade em foco. As fragmentações produzidas pela escolha da identidade por bandeira minoram a capacidade de ação dos movimentos de resistência. Uma organização feminista que também milita por relações não-monogâmicas, em Porto Alegre, chegou a se reunir com a RLI para discutir uma possível parceria e não deu seqüência ao processo por haverem homens participando da rede.

Beatriz diz:

- Mesmo que não tenha tanta diversidade, é uma oportunidade de diálogo com outras culturas de diversidade sexual, de captar militantes que se identificam com nossa proposta. O que se perdeu foi o número de participantes. O “Diversidade” faz parte da nossa história, nem acho que tem que ser discutida aqui nossa participação, mas num fórum maior, com os outros integrantes da RLI.

O grupo está claramente dividido sobre a realização do encontro e decide pela realização de uma nova reunião, dia 28 de fevereiro, com a comissão organizadora.

O grupo Família e Feminismo, até se transformar na Rede Relações Livres, tem dez anos de militância, um percurso de luta. Este período está presente somente na memória das pessoas que estavam ali desde o princípio. Ainda hoje, o número de exato de membros da RLI é um dado que a liderança do grupo tem dificuldade de responder. Isto mostra a sistematização precária das práticas da organização, que implica, no mínimo, na perda da memória do grupo. Histórias de vida, mudanças de percurso, alianças feitas e desfeitas, transformações políticas, fortalecimento de alguns conceitos, enfraquecimento de outros, parcerias estabelecidas ou projetadas compõe um universo de práticas sociais que geraram aprendizados internos, hoje só registrados oralmente e em alguns documentos arquivados por Pedro.

Para a possível transformação da Rede Relações Livres em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), apresento o Roteiro de Sistematização de Práticas de Desenvolvimento Local, organizado pelo professor Carlos Sanches Milani<sup>181</sup> e produzido pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS). Embora o instrumento careça de muitas adequações, dada a peculiaridade das ações da RLI, oferece um roteiro básico para a sistematização de práticas sociais que pode ser adaptado pelo grupo. Para Milani, sistematizar consiste em construir a memória de uma determinada prática social, divulgar os saberes produzidos neste processo, seus ensinamentos, produzir intercâmbios e confrontações de ideias, além de contribuir na reconstituição de visões integradas dos processos de intervenção social.<sup>182</sup> O resultado desta minha intervenção é o surgimento da ideia grupal de constituir um roteiro sistematizado com as práticas da RLI: o grupo reinventa um plano antigo de escrever um livro sobre sua história. O projeto se encontra, agora (em junho de 2011), em fase de produção.

**16/03/10 – Cine-debate – *Splendor: um amor em duas vidas*. Local: Casa de Pedro**

Estamos em nove pessoas que se descrevem, a pedido de Pedro:

---

<sup>181</sup> MILANI, Carlos Sanches, et al. **Sistematização de práticas de desenvolvimento local**. Salvador: CIAGS, 2005.

<sup>182</sup> Idem, p.11

- Fernando, agricultor, integrante do Movimento dos Sem Terra (MST), diz que sua motivação para estar ali é que porque “no MST a discussão sobre a questão de gênero é limitada. É homem e mulher, nada mais”.
- Gabriel, estudante de biotecnologia, diz que não concorda com os valores que a sociedade nos “passa”, por isso se interessou pelo grupo.
- Beatriz cursa comunicação social e computação e é uma das fundadoras do grupo.
- Cléo, integrante do Movimento Nacional de Luta pela Terra (MNLT), está há dois anos no grupo.
- Simone, arquivista, feminista, percussionista, é uma das fundadoras do grupo.
- Cecília, estudante de direito, chegou ao grupo por Alexandre, que conheceu nas reuniões da Juventude do PSOL.
- Alexandre, estudante de economia, é um dos fundadores do grupo.

O filme escolhido para exibição é *Splendor*, uma comédia romântica na qual a protagonista, Verônica, interpretada por Kathleen Robertson, se apaixona por dois rapazes e lhes propõe uma relação a três, aceita com alguma resistência inicial, mas assumida por seus namorados que decidem morar com ela. De modo bastante estereotipado, o filme apresenta os possíveis conflitos vividos neste tipo de relação: ciúmes, competição, inseguranças, que são vencidas com a convivência enquanto emergem conflitos típicos de um casamento tradicional, a precária divisão de tarefas, com a mulher liderando a organização da casa, as dificuldades econômicas e a gravidez de Verônica, que não sabe quem é o pai de seu bebê nem como conduzirá a experiência da maternidade e suas implicações.

A gravidez de Verônica muda sua posição relaxada em relação aos seus dois maridos. Ela passa a questionar se eles têm capacidade de criar adequadamente uma criança. Os homens, que até então eram apresentados como pessoas atraentes, são mostrados em comportamentos infantis, que beiram a imbecilidade. Enquanto isso, a protagonista é assediada por seu chefe, um homem rico, compreensivo e disposto a casar-se com ela e assumir a paternidade da criança que ela espera. Este é um novo momento em que o ciúme é abordado, agora da parte de seus maridos – que antes tinham ciúmes um do outro – em relação a este terceiro homem que aparece. Verônica se envolve afetiva e sexualmente com seu chefe e decide aceitar sua proposta de casamento, por considerar que seu filho teria

um futuro melhor assim. Ao descobrirem que Verônica está se casando, os dois maridos interrompem a cerimônia para declararem seu amor por ela e pedirem que desista do ato. Ela atende aos apelos dos dois. O filme termina com Verônica feliz com seus dois maridos e o bebê, que agora é o alvo de competição dos dois.

Embora o filme seja um tanto superficial e lance mão de vários estereótipos *hollywoodianos*, ele dá um bom gancho para a discussão sobre as relações não-monogâmicas. E “é o único filme RLI com final feliz”, o que indica o tratamento que geralmente é dado às relações não-monogâmicas em produções cinematográficas: o fim trágico.

(Alexandre) - Achei interessante porque é um filme sobre relações não-monogâmicas que acaba bem.

(Cléo) - Ela podia ter se casado e sustentado a relação com os outros dois, com os quais já tinha uma relação polifiel.

(Pedro): Polifiel não, as coisas vão acontecendo. Não existe um acordo de polifidelidade. As práticas estão a frente das teorias.

(Beatriz): Na prática o comum é o homem ter duas mulheres. Este filme tem uma ótica feminista, mostra uma mulher moderna e sortuda, porque ainda arruma um homem rico no final.

(Cléo) - É. RLI rico ela não ia conseguir, porque não tem. (risos)

Mostra-se uma defesa da identidade RLI quando se aborda o comportamento dos personagens masculinos:

(Simone) - RLI não! Eles não são RLIs, eles são outra coisa. Viu, Pedro, eu defendo o grupo.

(Pesquisadora) - Os homens não-monogâmicos são apresentados como imbecis, no filme, em comparação com o monogâmico, o chefe bem sucedido da Verônica.

(Beatriz) - A decisão dela não é por uma relação monogâmica ou não, é a decisão entre um homem trabalhador e dois desempregados, que é uma coisa que pesa quando você tem filho. Mas, eu concordo que os caras começam parecendo normais, depois parecem retardados.

(Simone) – É, no começo é o amor romântico, depois passa para a vida real e dura...

(Pedro) - Essas mulheres... A guria tá com dois “gatão” e a vida real é dura. (risos)

(Beatriz) - No final é a briga do amor com o capitalismo. Os dois não tinham condições de compartilhar nada com ela. Os caras não se mexiam nem para limpar a casa. A vida prática não pede só dinheiro. Essa divisão de tarefas no casamento é complicada, em dois, em três, sempre tem um que assume mais. Isso não rola só em relação de homem e mulher. Em casal de bi tu também vê isso, um que assume as tarefas e outro que se encosta. Parece que tem sempre um que faz o papel da mulher.

(Pesquisadora) – Há uma reação ciumenta dos namorados quando eles descobrem que no tempo que Verônica passou longe de casa, estava com outro homem.

(Pedro) - Mas aquilo ali não foi ciúme, foi abandono, porque ela passa dias longe e eles ficam lá sofrendo. O outro cara não é o problema, é a ausência dela.

(Daniel) – É, foi abandono.

(Pesquisadora) - Sim, mas até ela dizer que estava com outro eles tinham uma atitude carinhosa e compreensiva e quando ela revela que conheceu outra pessoa, aí eles imediatamente assumem uma postura agressiva. Então, isso não é ciúme?

(Pedro) Entre os homens não tinha ciúmes, o que tinha era uma rivalidade leve entre eles.

(Simone) - Eles não tinham vencido o ciúmes.

(Clarice) – É. Eu também acho que eles não tinham vencido o ciúmes.

(Beatriz) - Essa rivalidade entre homens é comum. Já tive companheiros “bi” que eram rivais.

(Cléo) - Na vida real, quando a gente fica mais com um do que com o outro, tipo, tu fica quatro dias com um e três dias com outro, o que ficou menos tempo “chia”, se sente prejudicado.

(Pedro) – Eu assisti ao filme antes, com Alexandre, e tinha muita curiosidade de saber se a reação das mulheres seria parecida com nossa. Achei problemática a abordagem. A mulher é pouco sujeito, os rapazes são uns retardados e no final ela ficou cuidando três bobocas. O filme é falso! Aonde você vai ver homem disputando o chorinho de criança?

Alguns eventos chamam atenção na discussão fomentada por *Splendor*: as marcações de gênero, homem/mulher, a naturalização dos ciúmes pelos homens, a desnaturalização do ciúmes pelas mulheres. Homem e mulher aparecem no

discurso como categorias identitárias universais: a mulher que é responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos, o homem que não se interessa por dividir com ela tais responsabilidades e que comumente estabelece relações de rivalidade com outros homens. Tal rivalidade é usada para naturalizar o ciúme. Beatriz constata a heteronormatividade, quando afirma sua existência também em relações homossexuais, ao passo que a reforça quando generaliza o “papel da mulher”:

Em casal de bi (bissexuais) tu também vê isso, um que assume as tarefas e outro que se encosta. Parece que tem sempre um que faz o papel da mulher.

O ciúme é desnaturalizado quando Simone e Clarice afirmam que “eles não tinham vencido o ciúme” na relação. Quando Cléo apresenta um contexto de disputa pelo tempo dedicado a cada relação aponta uma alternativa para pensar as causas do ciúme: saber quanto tempo é dedicado a cada parceiro, numa relação não-monogâmica é possível, em geral, quando existe a prática da confessionalidade, apontada por Foucault, como uma das técnicas de poder difundida nas relações sociais, a partir do século XVIII<sup>183</sup>. Os controles que se produzem numa relação afetiva estão intimamente ligados ao hábito de confessar, de relatar tudo que se passa nos níveis mais privados da vida do indivíduo, ao companheiro ou a companheira. Isto se produz, geralmente, sem coação e constitui um foco de poder-saber.

**10/07/2010: 4º Universo Livre: a convergência das culturas não-monogâmicas**

**Local: Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).**

O encontro, marcado para as 10h da manhã, só começou às 12h, pois alguns dos que confirmaram presença ainda não haviam chegado. O espaço do encontro é uma sala, com quadro negro e cadeiras, que organizamos em meia lua. Este é o primeiro encontro do RLI fora de Porto Alegre. Vinte pessoas haviam confirmado presença: reúnem-se onze pessoas e somente duas são de Santa Maria.

É feita uma retrospectiva dos encontros “Universo Livre” e apresentada a proposta para os trabalhos: o estudo da obra de Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, uma oficina de práticas corporais e a leitura do

---

<sup>183</sup> FOUCAUL, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.66-74

texto “Ser uma mulher livre no século XXI”. A videoconferência com o Poliamor Brasil foi cancelada. Apresentam-se os participantes:

- Pedro, cientista social;
- Cecília: apresenta-se apenas pelo nome;
- Rosa, sem terra, acampada no município de São Gabriel (RS), diz:
  - O MST é conservador. Há muita dificuldade de introduzir este tipo de debate no movimento.
- Anita, poeta, simpatizante das “relações livres, freqüentadora do *blog* RLI, se interessa por discussões sobre gênero.
- Olga, estudante de Psicologia no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), tem 20 anos, é poeta e faz “teatro de expressão corporal”. Fala sobre os “limites do toque”, quer romper barreiras, encontrar mais pessoas dispostas a serem tocadas pelos sentimentos. Tem relações livres e conhece o RLI há dois meses:
  - Estou amadurendo através do *blog*.
- Gabriel faz graduação em Ciências da Computação, com ênfase em Biotecnologia:
  - Questiono quase tudo, inclusive as formas de relacionamento.
- Cléo está há dois anos no grupo e há três no Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Fala do sofrimento pelo qual passou por sentir-se “um ET” por seu modo de pensar as relações amorosas. Chegou estar casada por quase dois anos e se arrependeu da experiência.
- Beatriz, membro-fundadora do RLI, mãe da Cristina. Por causa de suas relações não-monogâmicas, criou a Frente Única de Libertação Sexual (FULS), grupo de discussões sobre relações não-monogâmicas da Juventude do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Amadureceu o tema quando conheceu Pedro, do Família e Feminismo, com quem fundou o RLI. Cursa publicidade.

Seguem-se comentários:

(Pedro) - Marx tem pressupostos de que existem caminhos necessários senão as coisas não se transformam. Por exemplo, para o feudalismo chegar ao capitalismo, tem que passar pela manufatura. O trabalho complexo do camponês não pode ser industrializado, tem que ser dividido e simplificado. Não haveria tido passagem de uma família a outra sem passar por vários tipos de parentesco. Segundo Morgan e Engels, há 300 mil anos atrás a humanidade era um bando

essencialmente animal. Há 200 mil anos atrás, um bando em promiscuidade primitiva, uma sociedade sem família, dividida em tribo, depois vila, cidade, nação. Quem está nos bandos, organizados com cerca de doze pessoas cada um, está protegido, tem tudo, inclusive alimentação.

(Anita) - Mas não existe tabu, complexo de Édipo?

(Pedro) - Eles não precisavam de pai.

(Anita) - Mas, marxismo e psicanálise são teorias irrefutáveis!".

(Pedro) – O sexo não demanda contrato sexual, como os Nayar da Índia, os Na, da China e os Curumins, uma tribo indígena do Rio Grande do Sul.

É anunciada sobre a “a crise do casamento”:

(Pedro) - O RLI é livre da conjugalidade.

(Cecília) – A namorada do meu companheiro é uma guria muito legal e estou tentando trazê-la pro grupo porque ela está sofrendo com as pressões sociais. Eu gosto muito dela e dou o maior apoio, porque eu sei o quanto é difícil no começo. Conhecer outras pessoas que vivem do mesmo do jeito é muito importante pra gente conseguir superar esta fase.

(Alexandre) – Eu queria incluir minhas companheiras no meu plano de saúde. Posso fazer uma declaração de união estável e incluir uma, mas eu não quero fazer isso, porque é justamente contra isso que a gente tá [sic] lutando e, mesmo que eu quisesse, não resolveria o problema, porque uma continuaria descoberta.

(Simone) - Essa é uma questão que a gente não consegue resolver só com as nossas convicções. O casamento ou a união estável regulada pelo Estado, como garantia de direitos importantes como o acesso a saúde, é algo que vem sendo problematizado por Butler<sup>184</sup>:

(...) por que o casamento ou os contratos legais se tornariam a base segundo a qual os benefícios de atenção à saúde seriam concedidos? Por que não existiriam maneiras de se organizar os direitos de atenção à saúde de modo que todos, independente do estado civil, tenham acesso a eles? Se defendermos que o casamento é uma maneira de assegurar esses direitos, não estariamos afirmando também que um direito tão importante quanto a atenção à saúde deve continuar sendo alocado com base no estado civil? Como isso afeta a comunidade dos não-casados, dos solteiros, dos divorciados, dos não-interessados em casamento, dos não-monogâmicos – e como o campo sexual torna-se assim reduzido, em sua própria legibilidade, se o casamento se torna a norma?

---

<sup>184</sup> BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.21, 2003. p.231.

O dilema vivido por Alexandre e suas duas companheiras insere-se na problemática enunciada por Butler. De um lado, a resistência ao modelo em não querer declarar-se casado e fazer parte daquilo que ele mesmo critica e de outro não poder estender o direito às suas companheiras. Isto porque existe somente uma família é legitimada pelo Estado, a composta por um casal heterossexual e sua prole.

(Alexandre) - A gente não se dá conta do quanto a autoridade religiosa dirige as promessas, levando em conta um futuro imprevisível. Este processo é a formação da família. Não se promete eternidade na amizade, mas no amor se promete. O Estado e a religião se unem no papel de fazer com que as pessoas se casem.

O ritual do casamento fixa um conjunto de regras e direitos, que contribui para instituir a monogamia como regime de verdade do amor. Trata-se da corporificação do discurso que, segundo Foucault, ocorre

dentro dos conjuntos técnicos, dentro das instituições, dentro dos esquemas de comportamento, dentro dos tipos de transmissão e de difusão, dentro das formas pedagógicas que simultaneamente as impõem e as mantêm<sup>185</sup>.

A família, a Igreja e o Estado servem, a um só tempo, à produção, à difusão, ao apoio e à imposição do discurso da exclusividade sexual. Novamente, as palavras de Alexandre nos remetem à Butler<sup>186</sup>, quando menciona o Estado como “o lugar da recirculação de desejos religiosos, da redenção, do pertencimento, da eternidade”, e indaga: “O que acontece à sexualidade quando percorre esse circuito particular de fantasia: ela se livra de sua culpa, de seus desvios, de sua descontinuidade, de seu caráter a-social, de sua espectralidade [...]?”

Nada há de espectral na prática da RLI e seu discurso não indica culpa, mas uma luta constante na afirmação de seus direitos fora da normalização do casamento. A postura é *queer*, na medida em que não reivindicam uma integração ao Estado ou a instituições há muito estabelecidas, como a família e o casamento. Ao contrário, assumem uma postura radical de ruptura para qual é necessária a criação de outro léxico.

---

<sup>185</sup> FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits, 1954-1988**. Paris: Edition Gallimard, 1994. p.240-244

<sup>186</sup> Idem, p.235

Ao casamento são atribuídas três formas principais, por Cléo: o casamento nuclear, aquele que é para toda a vida; o casamento seriado, que começa com o namoro seriado e é descrito como a constante troca de parceiros, numa tentativa de reproduzir o casamento nuclear:

(Cléo) - É uma preparação para o casamento. Ficar é um bico, namorar é um estágio e casar é a carteira assinada (risos).

O namoro seriado baseia-se na ideia de que os relacionamentos acabam porque “ainda não apareceu a pessoa certa”. O casamento aberto “é uma relação com fresta”. É feito um acordo sobre as situações lícitas e ilícitas:

(Cléo) - Tem a regra de como fazer e de como contar. É uma relação que desfigura o casamento, é um acerto entre as partes que não abrem (a situação) para a família. É sempre clandestino.

(Alexandre) - Mesmo sendo acordado (o casamento aberto) não é aceito pela sociedade, causa indignação e sempre desemboca num tipo de comentário: “Como o fulano pode trair a fulana? As mulheres falam muito isso”.

(Pedro) – Vamos pegar de volta o tema dos *swingers*. É uma forma de relação interna ao casamento aberto, na qual não há envolvimento afetivo.

Embora o *swing* se organize sobre este pressuposto, de não haver envolvimento afetivo, como qualquer relação ele está aberto ao acaso. A polifidelidade, prática defendida pelo Poliamor é também uma tecnologia sexual e afetiva pró-casamento, que recicla o dispositivo de aliança e potencializa os efeitos do dispositivo de sexualidade.

(Cléo) – A relação aberta é baseada num acordo mútuo. No namoro a pressão social é menor. (A relação) pode ser flexibilizada tanto para o afetivo, quanto para o sexual. É uma relação bastante contratual.

(Pesquisadora) - Existe relação sem contrato?

(Beatriz) - A relação livre difere da aberta na concessão de direito porque contrato não é feito sobre o que não se tem posse. O que rege este nosso tipo de relação é muito a amizade.

Foucault pergunta “como chegar, por meio das práticas sexuais, a um sistema relacional”<sup>187</sup>? Numa crítica a constituição de uma identidade, pelo movimento homossexual, o autor afirma que “o problema não é o de descobrir em si a verdade

---

<sup>187</sup> CECCATY, R.; DANET, J.; LE BITOUX, J. **De l'amitié comme mode de vie**. Entrevista de Michel Foucault. **Gai Pied**, n.25, abr. 1981, p.38-39.

sobre seu sexo, mas, mais importante que isso, usar, daí em diante, de sua sexualidade, para chegar a uma multiplicidade de relações”<sup>188</sup>. Ele faz um elogio a amizade como um “modo de vida” que

pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas” e ainda, “a uma cultura e a uma ética”<sup>189</sup>.

O discurso da RLI está no limite entre constituição de um modo de vida, por meio da amizade e a concepção de uma identidade, que limita as relações afetivas e sexuais. Na crítica a hegemonia monogâmica, por vezes, universaliza conceitos e enuncia novos padrões de comportamento:

Queremos o fim da miséria monogâmica. Liberdade para amar é incompatível com o número máximo de 1 monogamia. Não toleramos a subnutrição amorosa e a carência afetiva; temos múltiplos amores, beijamos com prazer muitas pessoas nos apaixonamos no plural

“Liberdade para amar” é compatível com modulações externas a própria relação? Como alerta Foucault “[...] a idéia de um programa e de proposições é perigosa. Desde que um programa se apresenta, ele faz lei, é uma proibição de inventar”. Para o autor, é necessário

cavar para mostrar como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias. É preciso fazer aparecer o inteligível sobre o fundo da vacuidade e negar uma necessidade; e pensar que o que existe está longe de preencher todos os espaços possíveis. Fazer um verdadeiro desafio inevitável da questão: o que se pode jogar e como inventar um jogo?

É, feita uma breve abordagem do Poliamor, por Cléo, que é descrito como um tipo de relação na qual existe a presença da polifidelidade e uma constante preocupação de seus praticantes de se “descolarem da imagem de promiscuidade”.

---

<sup>188</sup> Idem

<sup>189</sup> Ibidem

São poucas relações e há um esforço de equilibrá-las, de dar a mesma atenção a todas e de dividir o tempo entre elas de maneira equânime.

(Pedro) – A RLI não estão contra uma opressão, mas contra todas as opressões e a monogamia é uma delas. É a afirmação do não poder ter mais de uma relação afetiva e sexual. Todas as iniciativas de romper com este modelo são válidas, independente do grau de “abertura” que elas promovem. O que a RLI quer é uma mudança cultural que tem o tabu da monogamia no seu centro. A RLI está se propondo a quebrar com isso. A juventude não suporta este assunto: o tema é “ultravanguarda”. No Acampamento da Juventude da Economia Solidária, as direções ridicularizam nosso movimento. A mesma coisa no sindicado dos bancários e também com os anarquistas, que abandonaram esta pauta.

A relação negativa poder/sexo, sob a afirmação da monogamia como um “não- poder”, é constante no discurso do grupo, a exemplo da resposta dada a crítica de sectarismo, feita uma leitora do *blog*:

Não imagine, nem em sonho, que monogamia seja duas pessoas apaixonadas. Monogamia é uma forma estrutural de família que gera um casamento monogâmico que quer dizer uma única coisa: trata-se de uma moral que determina que as pessoas não podem ter mais de uma companhia sexual<sup>190</sup>.

O poder da monogamia é apresentado como limite ao sexo e o reduz ao sistema binário proibido/permitido, chamado por Foucault de “recurso da regra”. Trata-se de uma análise jurídica-discursiva do poder, cuja inteligibilidade se dá por meio de “prescrições ao sexo” e da enunciação de um “estado de direito”<sup>191</sup>. A monogamia é um artefato do biopoder, que oferece uma série de vantagens sociais, econômicas, políticas e culturais no seu exercício: proteção constitucional, através do casamento, os descontos no imposto de renda, os programas de financiamento de imóveis, os planos e seguros de saúde compartilhados, o direito de família, entre outros. Em torno dela, se organizam circuitos econômicos para práticas não-monogâmicas como os clubes de *swing*, a prostituição, os motéis, nos quais o sigilo é estratégia para manter o negócio e o *status quo*. A monogamia incrementa o mercado das “investigações particulares”, nas quais detetives reúnem “evidências de traição” que vão embasar processos jurídicos por adultério e danos morais,

<sup>190</sup> REDE RELAÇÕES LIVRES. **Pergunta: um equívoco RLI?**. Disponível em: <<http://redereacoeslivres.wordpress.com/2010/12/02/pergunta-um-equivoco-rli/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

<sup>191</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.93-94

movendo também a economia do setor. Uma das participantes do 4º Encontro Universo Livre, afirma que uma das principais dificuldades enfrentadas numa relação livre é “abrir mão dos privilégios da monogamia”.

(Rosa) - As relações têm que ser tratadas junto com as lutas de classe e com a mesma importância.

Reforça-se, neste último comentário, que as lutas que não estão inseridas numa identidade de classe são consideradas como secundárias, ou menores pelos movimentos de esquerda.<sup>192</sup>

Cléo encerra esta parte do encontro dizendo que um dos objetivos da RLI é fazer com que a temática da não-monogamia livre “saia da invisibilidade” e que as pessoas possam viver suas relações com tranquilidade e que uma das ferramentas do grupo é o *blog*.

É feita uma pequena pausa para que passemos à discussão do texto “Ser uma Mulher Livre”, cujo conteúdo vem sendo analisado ao longo desta dissertação.

Os questionamentos lançados pela RLI sobre a monogamia compulsória e o apoio oferecido às pessoas que têm relacionamentos não-monogâmicos contribui para legitimar as sexualidades não normativas, esforço que vem sendo feito também pela teoria *queer*, conforme já desenvolvemos nesse trabalho nos capítulos anteriores.

#### **07/02/2011 - Grupo Focal. Local: Sítio RLI.**

A escolha do grupo focal se dá por minha experiência prévia nesta atividade e pela riqueza de informações que emergem dos debates neste tipo de situação. Fui munida de um roteiro de conversa, no qual pretendia levantar dados sobre o histórico de militância dos integrantes da RLI e sua possível influência na articulação da rede; as principais dificuldades enfrentadas por eles quanto a sua opção pela não-monogamia; os objetivos da rede e saber se haviam sofrido algum tipo de discriminação, este último para avaliar a possível contribuição deste coletivo social no processo de emancipação social de seus integrantes.

Estavam presentes três dos cinco membros fundadores da RLI e dois integrantes que participam do grupo há pelo menos dois anos. Iniciamos com a

---

<sup>192</sup> TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 2007.  
FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

questão da militância. Todos os presentes iniciaram-se na política por meio dos movimentos estudantis, escolha que se deu ainda na adolescência, como é o caso de Cléo que, com 24 anos, contabiliza dez como militante. Com exceção de Beatriz, todos são ou foram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Seus históricos de militância dentro do partido se relacionam com as lutas feministas, a luta pela terra, a discriminação racial e as políticas públicas para a juventude.

Pedro, o mais velho do grupo, participou do Movimento de Juventude do Bairro Otelo Rosa e do Movimento Pacifista, em Porto Alegre, de oposição à ditadura militar, no início dos anos 80. Integrou também a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada pelo ecologista José Lutzenberger e, no PT, faz parte da corrente Democracia Socialista (DS). No partido, relata ter tentado inúmeras vezes propor o tema da não-monogamia ao debate e “o movimento feminista disse não, o movimento LGBT disse não, a juventude disse não”. Em 2000, fundou, com sua namorada, com quem está há 14 anos, o movimento Família e Feminismo e, com uma intervenção no 1º Fórum Social Mundial, agregaram outros interessados no assunto. O grupo passou por muitas transformações e “depois de muitas “idas e vindas” se transformou no grupo Relações Livres que transitou para Rede Relações Livres. Depois de testemunhar o rechaço sofrido por uma integrante do Família e Feminismo junto às feministas da Democracia Socialista (DS/PT), episódio citado no primeiro capítulo, redigiu um documento sobre a leitura marxista da família, em apoio a colega:

De longa data nossa tendência dialoga com a cultura alternativa e a crítica aos modos de vida tradicionais. Mais que isso, somos parte histórica deste movimento crítico. Na DS, desde suas origens, está inscrito em programa a crítica a família patriarcal, a luta contra a repressão sexual, a libertação da mulher e os direitos dos homossexuais [...] Entretanto o peso irresistível da pressão conservadora da ordem patriarcal repõe nas relações sociais e nas ideias a antiga moral, mesmo na vanguarda. Coisas tão sem cabimento voltam a florescer, cada vez de forma menos convincente, de rituais ocos de conteúdo [...] Portanto, dada a dificuldade de se iniciar do ponto de partida de uma cultura atual, vamos resgatar toda uma acumulação de reflexão crítica. \*

Segundo Pedro, a experiência teria sido tão traumática para a protagonista da situação que ela viria a desistir do movimento pouco tempo depois.

Clarice, uma das namoradas de Pedro, militou no PT, em Cotia (SP), e participou do coletivo Treze de Maio, que se dedicava na formação de monitores em Educação Popular nos movimentos populares, na área de gênero. Em 2005, uniu-se a ONG Akannin, dedicada aos direitos dos quilombolas, com ações nas áreas de gênero e etnia no Rio Grande do Sul (RS). Não é mais filiada ao PT.

Cléo participou do movimento estudantil secundarista e se filiou ao PT em 2000. Fez estágio profissional como técnica em agropecuária no Movimento Sem Terra (MST) e participou da construção da Parada Gay em Porto Alegre, em 2005. Atualmente milita no Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Conheceu o RLI em 2008, no Encontro Diversidade, promovido pelo grupo e, desde então, integra a rede.

Daniel fez parte do Grupo de Jovens Católicos, em Porto Alegre, e em 2000 se filiou ao PT. Foi um dos fundadores da ONG Atitude, que se dedica ao fomento de políticas públicas para a juventude junto ao Orçamento Participativo (OP), de Porto Alegre. Milita no Movimento Nacional de Luta pela Moradia desde 2008, ano em que também se uniu à RLI.

Beatriz participou do movimento estudantil e conta que teve uma passagem pela ala feminista do PT, mas não se adaptou. Uniu-se com a juventude do PSOL, no qual fundou a FULS, já citada anteriormente. Relata ter sofrido hostilização pelos companheiros de partido, embora tenha notado uma postura mais amena deles a partir de suas “explicações políticas” sobre sua adesão ao tema da não-monogamia. Segundo ela, muitos não eram monogâmicos no partido, “mas a prática não tinha uma reflexão”. Em 2006, fundou com Pedro, Clarice e outros três companheiros da FULS, a RLI.

A experiência política prévia foi, na opinião de todos, facilitadora para que se organizassem em grupo e, por outro lado, estar em grupo facilitou a organização de suas vidas pessoais e serviu de apoio para que continuassem a luta para manter o modo de vida que escolheram. Segundo eles, muitos dos que passaram pelo RLI saíram porque “não deram conta do psicológico”. Em geral, segundo eles, as pessoas gostam da proposta, mas não conseguem encampá-la por conta das pressões sociais.

Questionados sobre a discriminação, os relatos vão da dificuldade de interlocução com outras pessoas e casais à agressão física sofrida por uma das integrantes. Ela conta que estava com seus dois namorados, num bar da Cidade

Baixa, bairro boêmio de Porto Alegre, quando deram um “beijo de trio”. Um dos seguranças do bar os expulsou e, já do lado de fora, os agrediu física e psicologicamente. Daniel conta que no Encontro Estadual de Luta pela Moradia apareceu em público com a namorada e a namorada da namorada e uma delas foi “bolinada”. Alguns colegas do movimento lhe perguntaram se podiam “ficar” com uma delas. O relato dá conta de uma relação de forças em que é conferido ao “macho” o poder de decisão sobre as mulheres que o acompanham, revertida por Daniel, quando responde:

- Eu não sei. Conversa com elas para saber se elas querem ficar contigo!

Ainda no Movimento de Luta pela Moradia, Daniel e Cléo - que namoram e ocupam uma habitação na Ocupação Vinte de Novembro - relatam a dificuldade inicial de aceitação de sua luta por duas moradias. Os companheiros que vêem os dois juntos, inicialmente, não entendem porque não podem morar juntos. Composto em sua maioria por famílias, o MNLM resiste ao discurso da não-monogamia. Por outro lado, toda crítica elaborada em torno da propriedade privada no Movimento Nacional de Luta pela Moradia é apropriada estrategicamente por Daniel e Cléo para discutir a propriedade dos corpos, o que produz fissuras no discurso família. Trata-se da polivalência tática dos discursos, enunciada por Foucault<sup>193</sup>. Neste embate não há um discurso dominante e um dominado, mas uma relação de forças que se inverte, em posição estratégica, e opera como resistência a hegemonia monogâmica.

Beatriz diz que os eventos de discriminação em sua vida começaram antes das relações livres, por ser bissexual. Conta que no “cursinho” foi vítima de homofobia e que ir às aulas “era uma tortura” para ela. Cléo, também bissexual, diz ter se “acostumado a conviver com piadinhas” nos meios onde circula.

A pressão familiar se evidencia e se apóia na heteronormatividade para operar controles e fazer julgamentos sobre o modo de vida dos integrantes da RLI. Entre as dificuldades enfrentadas, a relação com a família e o “estranhamento social” são citados. A maioria não partilha com os pais sua opção, com os quais teriam dificuldade de abordar o assunto. Clarice, em uma relação estável há 14 anos, diz que sofre cobranças para que venha a ter filhos.

---

<sup>193</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro Graal, 1988. p.111

Beatriz, que é mãe, diz que a única coisa que a assombra é a possibilidade da família de seu ex-companheiro pedir a guarda de sua filha, pois já teria deixado claro que não acredita que ela dê uma boa educação à criança e isto se deveria ao fato de ter mais de um parceiro ou parceira.

Apresentam-se, no relato de Beatriz, as relações de força produzidas no dispositivo de aliança para que ela conduza sua vida sexual e afetiva dentro do padrão família monogâmica. O saber de sua condição não-monogâmica, pela família do pai de sua filha, deixa-a vulnerável ao poder desta instituição. A confissão da vida sexual é apontada por Foucault, como tática de controle sexual, definida pelo autor como “polícia do sexo”<sup>194</sup>, processo que teve início no século XVIII e incidiu, primeiro, sobre a família.

Cléo diz que “não abre (sua situação) para a família, que sabe, mas finge que não sabe”. Na ocupação onde ela vive, as pessoas sabem que tem dois companheiros e “não a discriminam porque não podem”. Diz ainda que seu pai acha que um de seus namorados é gay, por ter 49 anos e não ter se casado e tido filhos. Daniel, namorado de Cléo, conta que os “casados” da ocupação sentem confiança em contar para ele sobre as suas traições.

Pergunto sobre os ciúmes e todos respondem negativamente quanto à existência deste sentimento em suas relações e que “as pessoas até estranham a afinidade entre os pares”. Isto porque dentro do grupo há pessoas que se relacionam entre si. Pedro namora Clarice e Cléo. Cléo namora Pedro e Daniel. Todos fazem parte da RLI.

(Pedro) - Nós não sofremos com os problemas que nós criamos. Nossa limite não é o ciúme, nem a falta de exclusividade, são os problemas do cotidiano, as transformações que a gente quer fazer enquanto grupo de militância.

Sobre a influência que a participação na rede trouxe para as suas vidas: (Beatriz) - Antes da RLI eu me sentia estranha, mesmo fazendo o que eu queria. O grupo é amparo, referência e alívio da pressão social. Aqui eu tenho um convívio normal e posso vivenciar tudo o que o social propicia. Posso mostrar a foto dos meus dois companheiros para os meus amigos da RLI.

(Pedro) - O grupo tem uma função terapêutica, é um espaço de socialização, de abertura a outras percepções, dimensiona a importância do coletivo. O

---

<sup>194</sup> FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p.31

comprometimento, a luta e a militância se opõem à ideia de apego e de fracasso nas relações. Liberdade no amor é essencial e o prazer que isso dá é muito grande.

(Cléo) – Eu me sentia um ET. Solteirice cansa, eu queria ter relações estáveis. Aqui eu encontrei iguais e eu sempre vou ser militante RLI. Isso, para mim, é tão ou mais importante quanto o movimento pela moradia. Um dia não vou mais precisar lutar pela moradia, mas eu sempre vou lutar pela RLI.

Por fim, pergunto ao grupo o que esperam conseguir enquanto rede e elencam: fortalecer a mudança de concepção da organização, que deixou de ser um grupo; dar publicidade ao debate, por meio do *blog*; criar uma rede de encontros entre não-monogâmicos; socializar o estilo de vida com os amigos, criar um espaço em que as pessoas tenham acesso as “relações livres”; auxiliar as pessoas que têm relações não-monogâmicas a saírem da clandestinidade e servir de apoio para elas.

Neste grupo específico, as relações são praticamente endógenas e, ainda que não exista amizade entre todas as pessoas das tramas afetivas, há uma partilha de valores, de rotinas, de militância. Mas, e quando as relações saltam deste espaço seguro do grupo? Qual sua capacidade de afrontamento a instituições como a família? O que acontece quando o amor e a sexualidade, bases do movimento, transitam por locais em que não se cogita desmantelar a monogamia enquanto regra? É fato que estar em grupo tem uma função clara de fortalecimento de seus integrantes na luta para viver do modo escolhido e pelo direito de não ser discriminado por isto, de ter respeitada sua dignidade. No entanto, nem toda a gente que vive a multiplicidade sexual e afetiva está organizada em grupo ou quer estar organizada em grupo. A capacidade de se relacionar com mais de uma pessoa, em geral, se descobre na prática. Lutar por um modo de vida ou sucumbir a pressões sociais é uma batalha que se trava consigo e com os outros, simultaneamente. Discursos de resistência e organizações, como a RLI contribuem para que a “linha de força” se dobre a favor do indivíduo, para que não se sujeite a um modo de vida que não escolheu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de analisar o discurso de resistência à monogamia compulsória empreendida por movimentos que militam pela multiplicidade sexual e afetiva, esta pesquisa partiu de uma abordagem da biopolítica e de sua relação com a sexualidade para problematizar o campo dos direitos sexuais. Se, inicialmente, trabalhou-se com a hipótese de encontrar, em tais direitos, suporte para a luta dos movimentos pela não-monogamia, a pesquisa revela que, na atual concepção de direitos sexuais a heteronormatividade é reforçada, num sistema baseado nas diferenças de gêneros, cujo foco é o controle da saúde sexual e da reprodução humana, em detrimento do prazer e do desejo sexual e da livre expressão sexual e afetiva.

A base política dos direitos humanos, dos quais emergem os direitos sexuais é, ainda, identitária e se orienta no sentido de “resolver os conflitos coletivos e de criar coerência social”, com o qual põe em marcha o crescimento econômico capitalista. Sujeitos a transformações, os direitos sexuais podem, no entanto, colaborar para que as expressões sexuais e afetivas sejam respeitadas em sua diversidade, com a quebra dos discursos englobadores e da seletividade de seus critérios, desafio que se coloca aos movimentos de afirmação da sexualidade e às pessoas que não coadunam com a normalização da sexualidade. A teoria *queer*, “saber sujeitado” que instrumenta a política *queer* no enfrentamento dos discursos “verdadeiros” sobre o sexo, tem contribuído fortemente para problematizar este campo ao criticar os efeitos normalizadores das formações identitárias, que impõem limites ao próprio gozo dos direitos humanos.

No caso estudado, a Rede Relações Livres, os entraves decorrentes das identidades ficam claros quando a articulação política de seus membros com outros grupos e movimentos sociais não é suficiente para engendrar seu discurso ou para realizar parcerias com organizações que se propõem emancipatórias, como as de feministas e as de LGBTTIs. O foco destes movimentos em seus “regimes de verdade” os torna incapazes de perceber a transversalidade nas opressões que incidem sobre um e outro e de somar esforços na luta contra a heteronormatividade.

As universidades, no percurso RLI, mostram - se como campo mais aberto para a discussão da monogamia compulsória do que os próprios movimentos de afirmação da sexualidade: recentemente foi aberta ao grupo a possibilidade articular

uma capacitação sobre direitos sexuais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No 9º Encontro Fazendo Gênero, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o artigo Questões para o debate sobre a heteronormatividade nas relações afetivas: um estudo de caso sobre a Rede Relações Livres, produto parcial desta pesquisa, foi apresentado em um simpósio temático que tinha como foco os direitos humanos. Na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), a prática da RLI foi debatida no núcleo de pesquisa Fractalidades em Investigação Crítica (FIC) e, por meio de um fórum virtual, foi analisada por pesquisadores de diversas áreas.

A Rede Relações Livres evidencia, ao propor a desconstrução do binômio amor/exclusividade, relações de poder que articulam afeto e posse como se fossem interdependentes. Ao tratar a não-monogamia como direito humano, coloca a autonomia sexual no centro do debate sobre direitos sexuais. Por outro lado, ao tentar constituir uma “identidade RLI”, arrisca-se a se engessar em outro dispositivo. Neste tipo de processo, regrado por identidades, o que se conquista, no limite, são privilégios de uma identidade sobre a outra, sem romper com as opressões decorrentes dos discursos hegemônicos.

O aprendizado gerado pela participação dos militantes da RLI em outros movimentos sociais opera como um facilitador para que eles se articulem em rede, definam táticas e estratégias de mobilização social e proponham ações políticas para a desnaturalização da monogamia como único caminho para a vivência afetiva e sexual. O grupo encabeça a organização do I Encontro Nacional de Culturas Não-Monogâmicas, que reúne os movimentos Poliamor e Relações Abertas. Com esta ação contribui para fomentar a criação de outros focos de resistência à hegemonia monogâmica, no país. É na proliferação dos focos de resistência que se colocam em curso as transformações sociais.

O recente interesse da mídia pelas relações afetivas e sexuais não-monogâmicas, em especial pela militância da RLI, indica certa abertura para esta discussão e, ainda, a eficácia das ações políticas da rede, que consegue atrair para si a atenção de potentes formadores de opinião. No último ano, além de ser tema da reportagem da RBS, afiliada da Rede Globo, o grupo foi entrevistado pela revista Lola Magazine, da Editora Abril e integrará a próxima edição da revista Trip para Mulheres (TPM), da Editora Trip. Enquanto a maioria dos movimentos dedicados a

esse tema se articula em rede virtual, a RLI faz do virtual um meio para encontros reais e para a mobilização social.

Para os integrantes da Rede Relações Livres, o pertencimento ao grupo apresenta-se como uma peça importante para enfrentar estigmas e para fortalecê-los em sua luta pela afirmação de seu modo de vida. O pertencimento, no entanto, não é suficientemente potente para lidar com todas as pressões sociais, como as exercidas pela família ascendente. Sair da invisibilidade é um projeto, no qual é necessário questionar como engendrá-lo em instituições como a família monogâmica, que se articula vigorosamente com o dispositivo da sexualidade na manutenção da família nuclear monogâmica.

A análise empreendida pela RLI sobre a questão da conjugalidade e a resistência que fazem a ela, é parte de uma postura política que reivindica o respeito e a dignidade, não uma integração as normas e instituições legitimadas socialmente. Mas, as críticas do grupo à regulação e disciplinarização do campo sexual, quando feitas sob o pressuposto da interdição, limitam a análise sobre as relações de força que operam no corpo social para disciplinar o comportamento sexual e afetivo para a monogamia e, ainda, sobre as relações de força que ocorrem dentro das próprias relações não-monogâmicas.

Por que pessoas que estão aparentemente libertas da “lei monogâmica” sentem ciúme? Por que ele é ainda naturalizado nos discursos, mesmo quando se investe sobre ele a crítica? Por que a confissão e todo o esquema de controle que ela propicia fazem parte de muitas das relações não-monogâmicas? É possível ter uma relação livre sem promover uma ruptura radical com o controle sobre o comportamento sexual e afetivo do parceiro ou da parceira? É preciso ir além do conceito de repressão para tentar responder a tais perguntas. A história mostra que, se foi viável o uso estratégico das relações monogâmicas para articular ações político/econômicas é porque foi possível investir sobre elas esquemas de saber-poder. É o comportamento heteronormativo monogâmico que ocupa o topo da “pirâmide erótica”, posição em que se é socialmente recompensado.

Se o conceito de heteronormatividade é frequentemente tratado no âmbito das homossexualidades, os movimentos de afirmação da sexualidade e da afetividade múltiplas mostram o quanto esta norma sujeita também os heterossexuais e condiciona seus desejos. Por outro lado, as propostas “libertadoras” contêm sutilezas heteronormativas, seja no estabelecimento de regras

como a polifidelidade, seja na constituição de identidades que colocam em marcha outro conjunto de regras, seja, ainda, em análises binárias de gênero.

A produção de verdades sobre o amor e o sexo, através de discursos universalizadores, geram desigualdades ao desqualificar os discursos que não se enquadram às normas hegemônicas. Ao se colocarem no embate às normas legitimadas socialmente, os militantes pela não-monogamia contribuem para a emancipação das pessoas não-monogâmicas, fazem proliferar vozes silenciadas pelas reportações sociais e colocam em evidência a precariedade com a qual são concebidos os direitos sexuais atualmente, que não abrangem a diversidade de relações do século XXI.

Embora a Rede Relações Livres refira-se a não-monogamia como um “tema de ultravanguarda” esta luta tem, no mínimo, dois séculos, como apresentado no decorrer deste trabalho. Por que, ainda hoje, é difícil conceber relações afetivas e sexuais múltiplas? Por que este tema soa, ainda, transgressor? A criação de alianças que tracem “linhas de força imprevistas” no corpo social, por meio dos afetos é uma possível resposta, conforme argumenta Foucault:

Imaginar um ato sexual que não seja conforme a lei ou a natureza, não é isso que inquieta as pessoas. Mas que indivíduos comecem a se amar: aí está o problema. A instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam; ao mesmo tempo, a dominam e perturbam<sup>195</sup>.

Partindo deste argumento, é possível dizer que o afeto constitui ameaça ao exercício do biopoder. Trata-se de uma potência para transformação social ainda pouco explorada no campo da gestão social. Na própria pesquisa, a falta de uma análise aprofundada sobre o afeto e sua interferência na dinâmica das relações sociais apresenta-se como lacuna e aponta um caminho para futuros estudos na área.

Como pesquisadora, cabe-me dizer que a vivência com a Rede Relações Livres e o campo que se abriu a partir da intervenção proposta pela pesquisa trouxe contribuições inestimáveis para minha própria emancipação, como pessoa que vive a multiplicidade sexual e afetiva. No Brasil e na Espanha, onde realizei a Residência Social, o interesse suscitado pelo tema abriu caminho para discussões sobre a

<sup>195</sup> CECCATY, R.; DANET, J.; LE BITOUX, J. *De l'amitié comme mode de vie*. Entrevista de Michel Foucault. **Gai Pied**, n.25, abr. 1981.

prática não-monogâmica, fora dos âmbitos em que ela é geralmente discutida, o da perversão, o da traição e o do destino trágico. Foi possível abordá-la como um modo de viver a sexualidade e a afetividade, no qual as relações são inventadas a partir dos encontros e dos interesses dos indivíduos que nelas se colocam. Se há movimentos lutando por isso é porque é preciso desafiar as leis que tentam domesticar os sentimentos.

## REFERÊNCIAS

ABDEL-MONEIN, S. G. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibرنético. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.7, n.1-2, p.39-64, 2002.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). **Jus Navigandi**, Teresina, ano11, n.1225, 8 nov. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9138>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

AYRES, José Ricardo C. M. Vulnerabilidade dos jovens ao HIV/AIDS: a escola e a construção de uma resposta social. In.: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Mônica. **Questões para o debate sobre a heteronormatividade nas relações afetivas**: um estudo de caso sobre a Rede Relações Livres. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265380\\_ARQUIVO\\_monica\\_barbosa\\_FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278265380_ARQUIVO_monica_barbosa_FG9.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2010.

BENCKE, Carlos Alberto. **Partilha dos bens na união estável, na união homossexual e no concubinato impuro**. Disponível em: <[http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos\\_pdf/Carlos\\_Alberto\\_Bencke/Partilha.pdf](http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Carlos_Alberto_Bencke/Partilha.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2010.

BENSUSAN, Hilan. Sobre quem não pode falar (sobre alguns aspectos de um não-conformismo cognitivo). **Revista ÉTHICA**, Rio de Janeiro, v.13,n.1, p.191-203, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mais Confiança?** Disponível em <<http://vsites.unb.br/ih/fil/hilanb/papers/confian.pdf>>. Acesso em 30 de julho 2011.

BEVILACQUA, Viviane. Os caçadores de Infiéis. Caderno Donna, **Zero Hora**, 30 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/donna/19,206,2793402,Os-cacadores-de-infieis.html>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. **Frente Parlamentar apresentará PEC contra o aborto**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/>>.

SAUDE/196133-FRENTE-PARLAMENTAR-APRESENTARA-PEC-CONTRA-O-ABORTO.html>. Acesso em: 28 abr. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2010.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Programa Nacional de Direitos Humanos:** PNDH 3. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Revista Direitos Humanos:** especial PNDH 3. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2008-2010.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Rumos para o Cairo +20:** compromissos do Governo Brasileiro com a Plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência Da República, 2009.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.21, 2003.

\_\_\_\_\_. **El género en disputa:** el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007.

CABAL, Luisa; LEMAITRE, Julieta; ROAS, Mônica (Ed). **Cuerpo y derecho:** legislación y jurisprudência em América Latina. Bogotá: Temis, 2001.

CECCATY, R.; DANET, J.; LE BITOUX, J. **De l'amitié comme mode de vie.** Entrevista de Michel Foucault. **Gai Pied**, n.25, abr. 1981.

COLAVITTI, Fernanda. O fim da monogamia? **Revista Galileu**, São Paulo, p. 38-45, out. 2007.

CORRÊA, Sonia. Cruzando A Linha Vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 101-121, jul./dez. 2006.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas.** São Paulo: Iglu, 1991.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 2008.

EMENS, Elizabeth F. **Monogamy's law:** compulsory monogamy and polyamorous existence. Chicago: The Law School, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do estado e da propriedade privada.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem dos discursos.** *L'Ordre du discours*, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.

\_\_\_\_\_. Beyond Structuralism and Hermeneutics. In.: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **The Subject and power.** Chigago: The University of Chicago Press, 1982.

\_\_\_\_\_. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In.: FREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Un parcours philosophique.** Paris: Gallimard, 1984. Disponível em <<http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/3.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits. 1954-1988.** Paris: Editions Gallimart, 1994. v.2.

\_\_\_\_\_. **De l'amitié comme mode de vie.** Entrevista a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amizade.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sexo, poder e indivíduo**: entrevistas Selecionadas. Desterro: Edições Nefelibata, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto. Definindo Gestão Social. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2005, Juazeiro do Norte, BA, **Anais...** Juazeiro do Norte, BA, [s.n], 2005. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/extensao/gestao-da-responsabilidade-social-empresarial-e-desenvolvimento/bibliografia-basica/01%20Ge nau to.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2011.

GAZETA NO POVO. **Sexo casual cresce, mas proteção diminui, diz ministério**. **Gazeta do Povo**, 18/06/2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=897391>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

GLOBO.COM. **Pesquisadores estabelecem relação entre fidelidade e inteligência**. Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM 1220747-7823-PESQUISADORES+ESTABELECEM+RELACAO+ENTRE+FIDELIDADE+E+INTELIGENCIA,00.html>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

GÓIS, J. B. H. Reabrindo a caixa-preta: rupturas e continuidades no discurso sobre AIDS nos Estados Unidos (1987-98). **História, ciências, saúde**, Manguinhos, SP, v.9, n.3, p.515-33, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n3/14071.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2011.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSI, Mirian Pillar; MELLO, Luís; UZIEL, Anna Paula. **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HUA, Cai. **A society without father or husbands**: the Na oh China. Nova Iorque: Zone Books, 2001.

ILGA - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANS E INTERSEXO. **Relatório de 2009 sobre a homofobia no Estado.** Disponível em: <[http://old.ilga.org/news\\_results.asp?LanguageID=5&FileCategory=32&ZoneID=28&FileID=1257](http://old.ilga.org/news_results.asp?LanguageID=5&FileCategory=32&ZoneID=28&FileID=1257)>. Acesso em: 21 jul. 2010.

KANAZAWA, Satoshi. Why liberals and atheists are more intelligent? **Social Psychology Quarterly**, Londres, v.73, n.1, p.33-57, 2010.

LAUREN, Berlant; WARNER, Michel. Sex in public. **Critical Inquiry**, v.24, n.2, Intimacy, winter, 1998.

LIRA, Paes de. **Câmara dos Deputados. Sessão ordinária, 22/12/2009.** Disponível em: <

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n.8, jun. 2008.

MEDEIROS Martha. Fiéis e inteligentes. **Jornal Zero Hora**, 10 mar. 2010.

MILANI, Carlos Sanches, et al. **Sistematização de práticas de desenvolvimento local**. Salvador: CIAGS, 2005.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Internacional sobre População e Desenvolvimento. Plataforma de Cairo**. Cairo, 1994.

PARKER, Richard. **O vírus da AIDS contaminou o casamento**. O Estado de São Paulo, 06/12/2004. Entrevista concedida a Mônica Manir. Disponível em: <<http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=61475>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

PENEDO, Suzana López. **El Laberinto queer:** la indentidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Egales, 2008.

PEREIRA, Henrique de Carvalho. Da metamorfose dos deuses: capitalismo e arquétipo no século XXI, **Estud. pesqui. psicol.** [online], v.9, n.2, 2009.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis em corpos desfeitos. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, p.149-174, jan./jun. 2007.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano:** liberdade cultural num mundo diversificado. São Paulo: Queluz: 2004.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.1, p.11-20, jan./abr. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado.** São Paulo: Queluz: Mensagem, 2004.

QUIVY, Raimond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1998.

REDE RELAÇÕES LIVRES. **Pergunta: um equívoco RLi?** Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/12/02/pergunta-um-equivoco-rl/>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Ser uma Mulher Livre no Século XXI, o que significa?** Disponível em: <[http://rederelacoes\\_livres.wordpress.com/2010/07/23/texto-mulher-livre/](http://rederelacoes_livres.wordpress.com/2010/07/23/texto-mulher-livre/)>. Acesso em: 10 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Sexo, prazer e afetividade.** Disponível em: <[http://rederelacoes\\_livres.wordpress.com/2010/05/15/ferramentas-%e2%80%b9-rederelacoeslivress-bl-og-%e2%80%94-wordpress/](http://rederelacoes_livres.wordpress.com/2010/05/15/ferramentas-%e2%80%b9-rederelacoeslivress-bl-og-%e2%80%94-wordpress/)>. Acesso em: 14 abr. 2010.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

ROBINSON, Evelyn. **The social construction of adoption.** Christies Beach: Clova Publications, 2003. Disponível em: <[http://www.clovapublications.com/\\_data/](http://www.clovapublications.com/_data/)>.

docs/2003%20the%20social%20construction%20of%20adoption2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In.: VANCE, Carlore (Org). **Placer y Peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/bss/documents/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documents/sociologia_das_ausencias.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.** [online]. v.2, n.2, p.46-71, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso&tlang=pt)>. Acesso em: 28 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Tensões da modernidade ocidental. In.: **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHERER-WARREN. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In.: DIAS, Leila Cristina; SILVA Leandro Silveira da. (Org). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: CIA das Letras, 2007.

SERVA, M. e JAIME, JR. P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.1, p.64-79, mai/jun., 1995.

SHEILL, Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as Nações Unidas? In.: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Org). **Questões de Sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

SIMÕES, Thiago Felipe Vargas. **A família afetiva**: o afeto como formador de família. IBDFAM, 2007. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=336>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TOSI, Giuseppe. O significado e as consequências da Declaração Universal de 1948. In.: **Capacitação de Educadores da Rede Básica em Direitos Humanos**, módulo 1.

USAID. **Prevenção de HIV/IST e Preservativos**. Disponível em: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PDACF819.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACF819.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2011.

VARGAS, Regina. **Gestão social e direitos humanos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

WATNEY, Simon. **Práticas de liberdade**: escritos selecionados sobre o HIV/AIDS. Durham: Duke University Press, 1994.

WEID, Olívia von der. **Adultério consentido**: corpo, gênero e sexualidade na prática do swing, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

WHYTE, Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.